

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PABLO SPÍNDOLA

A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo 2010

PABLO SPÍNDOLA

A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em história

Área de concentração: Teoria e Filosofia da História

Orientadora: Sara Albieri
De acordo com professora orientadora

São Paulo 2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pablo Spíndola

A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em história.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____
Julgamento _____

Instituição _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Julgamento _____

Instituição _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Julgamento _____

Instituição _____
Assinatura _____

Este trabalho é dedicado a Glauco Spíndola que me despertou e ensinou sobre a importância do olhar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valnice e Josias, e aos meus irmãos, Valmiro e Rômulo, por todo o incentivo e confiança; por acreditarem de maneira inabalável neste trabalho; por todo carinho e afeto que tornaram possível a realização do mesmo; por terem sido, dentre outras coisas, a primeira forma de financiamento do trabalho.

A Mariana Albuquerque Dantas, historiadora sem a qual não seria possível a realização deste trabalho; por suas leituras; por suas correções; por suas sugestões; debates teóricos. Além disso, pelo carinho, companheirismo, compreensão e paciência. Por quem tenho a honra de ter sido escolhido, apesar da distância física, para ficar ao seu lado.

A Sara Albieri, pela compreensão, pela oportunidade, pelas discordâncias, pelas cobranças e, sobretudo, paciência.

Aos amigos, historiadores, leitores, Rodrigo de la Torre Oliveira, Fabio Sapragnas Andrioni, Roger Domenech Colacios, Carla Berto, Lucas Bittencourt que em diferentes momentos e situações tiveram paciência para ler e contribuir com esse trabalho, e que em muitos e bons momentos fizeram nascer discussões acaloradas sobre história, filosofia e a vida.

Aos amigos das noites “báquicas”, encontros sempre regados a muitas discussões e algum vinho acontecidos no apartamento 103 do bloco G do CRUSP: Francine Iegelski, Vitor Henriques, Tiago Almeida e Daniel Oliveira. Sempre com o ímpeto e o vigor que só a juventude e a amizade poderiam dar, proporcionaram contribuições diretas e indiretas nas formas de ver e pensar a história.

Aos professores, os quais tive a oportunidade de ser aluno durante a realização do trabalho, Janice Theodoro, Marco Antonio de Almeida, Giulia Crippa, Nelson Schapochnik e Lilia Moritz Schwarcz. Todos proporcionaram contribuições significativas para o desenvolvimento do trabalho, além de partilharem suas formas de fazer pesquisa também ensinaram como ser professor.

Ao Professor Durval Muniz Albuquerque Junior, pelas contribuições ainda antes do ingresso no mestrado, pelas conversas durante encontros em congressos pelo Brasil, pelas muitas indicações e sugestões dadas na banca de qualificação deste trabalho.

Aos amigos encontrados nas disciplinas cursadas, representadas nas pessoas de Marcelo Téó e Kleber Amâncio. Direta e indiretamente ajudaram a pensar sobre os problemas de se fazer uma pesquisa e os caminhos traçados por ela.

A Priscila Piazzentini Vieira, por ter gentilmente partilhado informações, considerações e inquietações sobre o tema desta pesquisa, sempre muito atenciosa e solícita.

Aos muitos amigos feitos na graduação de história da UFPE que ficaram no Recife e que em encontros esporádicos sempre foram muito compreensivos e pacientes com as ausências provocadas pela prática solitária da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil pela bolsa concedida por dois anos.

*[...] gostaria de escrever livros-bomba, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê. Em seguida, eles desapareceriam. Esses livros seriam de tal forma que desapareceriam pouco depois de lidos ou utilizados. Os livros deveriam ser espécies de bombas e nada mais. Depois da explosão, se poderia lembrar às pessoas que esses livros produziram um belíssimo fogo de artifício. Mas tarde, os historiadores e outros especialistas poderiam dizer que tal ou tal livro foi tão útil quanto bomba, e tão belo quanto um fogo de artifício. (Michel Foucault, *Ditos & Escritos IV*, p. 266)*

SPÍNDOLA, Pablo. **A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo.** 2010 141f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RESUMO

Michel Foucault no seu livro *Vigiar e punir*, ao estudar o plano arquitetural do panóptico de Jeremy Bentham, inventa a concepção do panoptismo. Foucault tenta entender o panóptico dentro das problematizações do espaço, que para ele vão estar ligadas às dificuldades, no século XVIII, de lidar com o crescente aumento populacional e as transformações oriundas desta demanda. Segundo os escritos de Bentham, o panóptico é em sua estrutura física um prédio circular com uma torre central, de onde se pode observar as celas construídas a sua volta. Para empreender o estudo da invenção do panoptismo por Foucault, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No Primeiro capítulo foi feita uma investigação sobre quais foram as prerrogativas do panoptismo, no sentido de inserir o pensador e sua obra dentro de um universo de produção. No segundo capítulo vai se falar de aproximações e divergências nas concepções de Foucault e Bentham do panóptico, em como Foucault o tomou como um indicativo de uma temporalidade. No terceiro capítulo foi feita uma divisão das fases do pensamento do autor, relacionando-as a arte e o ofício de historiar, para entender como é possível falar em invenção do panoptismo.

Palavras-chave: Michel Foucault, História, Panóptico, Panoptismo, Teoria

ABSTRACT

Michel Foucault in his book *Discipline and Punish (Vigiar e punir)* invents the concept of panoptic studying its architectural plan elaborated by Jeremy Bentham. Foucault tries to understand the panoptic inserted in problems about space that are, for him, connected to difficulties, in the XVIII century, to deal with population growth and its transformations. According to Bentham, the physical structure of panoptic is a circular building with a central tower, where someone can observe the cells constructed around it. To achieve the panoptism invention by Foucault, the dissertation was divided in three chapter. In the first was made an investigation about panoptism circumstances in order to inset the author and his work in a universe of production. The second deals with Foucault and Bentham's approximations and divergences on conceptions about the panoptic. Besides this, the second chapter shows how Foucault takes the panoptic as an indicative of one temporality. The third chapter makes splitting in Foucault's thought in phases, connect them with the art and the métier of make history to understand how it can tell about panoptism invention.

Keywords: Michel Foucault, History, Panopticon, Panoptism, Theory

Sumário

Introdução	10
1. Apresentação geral do tema	12
2. Apropriação de um conceito	14
Capítulo I: A invenção do panoptismo	19
1. Circunstâncias do panoptismo	19
2. Formalização do panoptismo	29
3. Construção do argumento	30
4. O historiar do panoptismo e os historiadores	53
Capítulo II: História do panóptico	64
1. O panóptico	65
1.1 As cartas	65
1.2 Tentativas de construção do panóptico	71
1.3 Contemporâneos do panóptico	74
2. O panóptico e suas relações de idéias	80
2.1 Diálogos do panóptico	83
3. Panóptico X panoptismo	87
Capítulo III: A arte e o ofício de historiar	94
1. Arqueologia	96
1.1 <i>A História da loucura</i> ou uma arqueologia da percepção.	98
1.2 <i>O Nascimento da clinica</i> ou uma arqueologia do olhar	102
1.3 <i>As palavras e as coisas</i> ou uma arqueologia do saber	106
1.4 <i>A arqueologia do saber</i> ou uma transição para genealogia.	109
2. Genealogia	121
3. Ontologia do presente	127
Considerações	132
Fontes	136
Bibliografia	137

Introdução

Se Deus segurasse toda a verdade oculta em sua mão direita e, na mão esquerda, a persistente luta pela verdade... e dissesse “Escolha!”, eu humildemente me curvaria diante de sua mão esquerda e diria: “Pai, dá-me a luta. Porque a verdade pura é para Ti somente.”
(Gotthold Lessing, *Theologiekritische Schriften III*, p. 33)

Dentre as muitas formas de começar um texto, talvez a mais direta, nem por isso a mais simples, seja argumentar sobre o título, o qual deve conter a idéia central a ser tratada. Contudo um pequeno comentário sobre o dístico posto acima é fundamental, pois não se trata de uma mera alusão à natureza da incompreensão humana, assim como também não está posto por abordar a crença no divino. As atenções estão voltadas para a relação de escolha e de busca. O ofício do historiador pode guardar semelhanças diretas com essas questões. Seu fazer implica constantemente escolhas, e através de seus argumentos busca compreensão.

A escolha do título é a evidência deixada para indicar o que se vai ler e o que pode conter, é como seu escritor escolheu abordar a temática anunciada. O título *A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo* não é diferente, a temática central é o ato de historiar, que possui três acepções:

- 1) Ato de fazer o relato histórico de;
- 2) Narrar, contar;
- 3) Embelezar com ornatos; enfeitar.

Se se entender o passado como elemento cronológico, ou seja, aquilo que passou, como resultado ter-se-á uma percepção de pensar a história enquanto ação. Mesmo sendo uma constatação um tanto óbvia, ao se tomar o exercício da história como historiar, apresenta-se uma nuance fundante pois, a história só poderá ser entendida enquanto ação, com um verbo – historiar – e nas suas três acepções em conjunto.

O historiar que leva em consideração a primeira acepção: o ato de fazer o relato histórico de algum objeto, implica dizer que todas as escolhas que o historiador faz, seja de evidenciar um determinado fato, minimizar outro ou ainda tomar determinado objeto passado como fato histórico, constitui fazer relato histórico. A segunda acepção – narrar, contar – reforça esse entendimento em dois aspectos: o primeiro é a reafirmação da ideia de ação,

movimento daquilo que se faz; e o segundo é evidenciar o meio pelo qual o historiador acontece, o veículo pelo qual ele se realiza, ou seja, a narrativa. Seu instrumento de implementação é a narração, podendo também ser esta entendida como discurso. A terceira acepção igualmente ligada à ideia de ação é a de enfeitar, embelezar com ornatos, sentido que pode ser contestado dentro de uma visão que afirma a história e seu historiador como um fazer científico. Entretanto, entendendo-se o embelezamento como uma das formas de convencimento, objetivo este almejado por boa parte das formas de conhecimento, a acepção de historiador leva em consideração os ornatos utilizados pelo historiador em sua ação de narrar o passado cabendo um alargamento nessa ideia, pois ele serve tanto ao convencimento como a evidência do historiador ao construir sua narrativa.

O historiador é, também, esse exercício teórico-metodológico que o historiador realiza ao selecionar, ao escolher seus objetos, seus posicionamentos, suas implicações, suas provocações e direcionamentos. Isto desde o início da pesquisa histórica até os fins de sua redação, ou seja, o próprio fazer historiográfico, levando-se em conta o emaranhado temporal no qual ele está inserido. Também é possível, com isso, um alargamento do objeto, pois como a escolha da fonte é uma construção que é validada em seu fazer-se é possível, por exemplo, tomar a invenção de um conceito como objeto desse historiador, vendo nessa construção como seu construtor faz as amarras do seu trabalho contando uma história, narrando-a e embelezando-a para se tornar mais sedutora e convincente.

A segunda parte do título menciona três termos: o primeiro, *Michel Foucault*, pensador francês do século XX que produziu reflexões significativas nas mais diversas áreas do conhecimento (Filosofia, Sociologia, Medicina, Psicologia, Antropologia, Teoria literária, Biologia, Direito, História, para mencionar algumas). O segundo termo é *invenção*, podendo ser entendido como aquilo que surge ou foi re-arranjado e se diferenciou do que era anteriormente pois,

Ainda que o historiador não possa prescindir de uma pesquisa empírica, ainda que a História objetive o *acontecido* e não o puramente inventado, a ele certamente é que cabe a tarefa de selecionar os dados do passado e ordená-los de forma coerente, o que, numa acepção mais ampla da palavra, também não deixa de ser uma invenção.¹

O terceiro termo é *panoptismo*, nomeando uma prática social decorrente do *panóptico*. Este originalmente grafado em inglês, *Panopticon*, (Foucault opta por manter a grafia inglesa

¹ VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? Ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. 2005. p. 90.

quando escreve em francês), em português manteve uma tradução próxima, *panóptico*. A manutenção desta forma se deve à composição da palavra que tem origem grega, sendo dividida em duas partes: *Pan* que vem de *pâs, pâsa, pân*, e significa todo, inteiro e exprime a noção de totalidade, universalidade². E *Óptico* que é relativo à óptica, à visão, visual, pessoa versada em óptica, que passa pelo olho ou sai dele, ou ainda, fabricante de instrumentos ópticos. O significado dessa junção pode ser entendido como a universalidade do olhar, visão total, o que tudo vê, observação de tudo. Sendo assim, como o título demonstra, o intento é estudar como Foucault se apropriou de um conceito para utilizá-lo como ferramenta de explicação histórica, ou seja, seu historiar.

1. Apresentação geral do tema

Michel Foucault inventa a concepção do panoptismo, sendo esta formalizada no livro *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão (Surveiller et punir: naissance de la prison)*, publicado em 1975, embora o tema já tenha sido abordado em outros momentos. Ainda em 1973, Foucault esteve no Brasil para um ciclo de cinco conferências na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde tratou do assunto. Também nos cursos realizados no *Collège de France*, nos anos de 1971 e 1972, intitulados *Teorias e instituições penais*, e no *A sociedade punitiva* de 1972 e 1973, mencionou a temática. Além disso, na coleção *Ditos & escritos: Estratégia, poder-saber*, que na edição brasileira³ é uma reunião de textos sobre a temática explicitada no título, o panóptico e sua utilização são referidos e discutidos em artigos avulsos. O panoptismo e o panóptico ainda são mencionados no livro *Microfísica do poder*, organizado por Roberto Machado, constituindo-se numa coleção de artigos e entrevistas de Foucault, publicado em 1979.

Entretanto, o criador da noção do panóptico foi o filósofo inglês Jeremy Bentham, elaborado no plano físico, arquitetural, pensando num prédio que servisse para um sistema de cerceamento e controle daqueles que estão ali inseridos. O panóptico está descrito numa série de vinte e uma cartas de 1787 na Rússia, traduzidas para o português e publicadas em 2000, sob a organização de Tomaz Tadeu da Silva. Somam-se a estas cartas dois pós-escritos de

² DUARTE, Adriane de Silva. **Dicionário grego-português**. 2007.

³ Na edição francesa – *Dits et écrits* – a organização optou pela reunião cronológica dos textos e não temática, como no caso da publicação em língua portuguesa.

1790 e 1791, reimpressos em inglês no volume IV de *The Works of Jeremy Bentham*, editados por John Bowring. Também existe uma carta de Bentham endereçada ao deputado da Assembléia Nacional francesa M. J. Ph Garran, em 1791 intitulada *Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões*, publicada na *Revista Brasileira de História* em 1987.

O panóptico pode ser entendido, em sua estrutura física, como um prédio circular com uma torre central, de onde se podem observar as celas construídas a sua volta. As celas teriam duas janelas para fazer com que a luz atravessasse cada uma delas, possibilitando à torre central ou panóptica, o poder de, a todo instante, acompanhar tudo que ali se passa. A torre de observação teria grandes janelas abertas para as celas, as grades de cada compartimento não poderiam ser grossas a ponto de dificultar a visão da torre de controle, assim os vigiados seriam vistos em sua totalidade. Dentro da central panóptica, as janelas estariam recobertas com persianas ou biombos para impedir os que estivessem sendo observados de perceberem que estariam sendo vigiados. Logo quem vê nunca é visto, assim como quem é visto nunca vê e está hipoteticamente sob constante observação.

Michel Foucault tenta entender a arquitetura do panóptico dentro das problematizações do espaço que, para ele, estariam ligadas às dificuldades, no século XVIII, de lidar com o crescente aumento populacional e as transformações oriundas desta demanda. O espaço precisa ser pensado em sua materialidade, e sua construção está inserida nas formas de direcionamento do poder enquanto ação. O panóptico propõe resolver o problema de como controlar um número crescente de pessoas empregando um número reduzido de controladores. Preocupação, segundo Foucault, de uma sociedade burguesa em formação que necessita tornar mais sutis seus mecanismos de poder, para gerir um maior número de relações e pessoas.⁴

Foucault analisa a construção do panóptico benthaminiano explicando que o detento é um objeto de informação à medida que é visto, mas nunca sujeito de uma ação comunicativa. Surge assim um dos efeitos do panóptico, que é o de introjetar a sensação de vigilância⁵. A idéia de observação contínua, mesmo que não seja efetivada em seu exercício, proporciona uma subjetivação do efeito da disciplina. O recluso é coagido sob a indução de que está sendo observado. A disciplina é um conjunto das minuciosas invenções técnicas que permitem ordenar a extensão útil das multiplicidades humanas e diminuir os inconvenientes do poder.⁶

⁴ FOUCAULT, Michel. O Olho do poder. In: **Microfísica do poder**. 1979. p. 211-214.

⁵ Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 2009. p. 190-198.

⁶ Idem. p. 206.

A introjeção subjetiva tem o efeito de criar uma realidade comportamental induzida, ou seja, essa sujeição, mesmo que fictícia, constrói uma relação real e mecânica de disciplina. Daí a necessidade de o poder ser visível e verificável, construindo uma máquina que, a partir dos mais diversos desejos, fabricasse efeitos homogêneos de poder.⁷ A aplicação desse modelo passa a ser eficaz em qualquer instituição que assim a deseje, seja a escola, o hospital, o hospício, a fábrica ou a casa de detenção. Melhorando a funcionalidade da disciplina nessas instituições por retirar o peso das velhas “casas de segurança”, a arquitetura assume o lugar da força física.

Foucault afirma que a observação contínua serviria para disciplinar, sendo esse modelo aplicado à sociedade como um todo, na forma daquilo que o mesmo chamou de “docilização dos corpos”. Segundo o pensador, isto significa dizer que os métodos disciplinares contribuíram para formar uma sociedade obediente. Esta busca da disciplina é vista como uma espécie de herança das instituições criadas com a ascensão da sociedade burguesa do século XVIII, quando o corpo social vai imbuir-se da vigilância constante para adequação e estabelecimento das relações de poder. Os métodos panópticos nessa sociedade disciplinar tornaram possível uma ciência racional do homem. Ora, à medida que o autor instrumentaliza o conceito de Bentham para entender uma temporalidade, evidencia-se também essa prática interpretativa como um meio de *historiar*.

A preocupação do presente trabalho é entender a constituição de uma hermenêutica das construções discursivas da realidade, estando dentre elas a história e o seu fazer-se. Talvez essa proposição não seja respondida direta ou indiretamente, mas deve ser buscada para garantir uma aproximação da historicidade das escolhas tomadas por Foucault. A questão não é a confirmação ou a refutação das teses foucaultianas, mas entender os caminhos percorridos pelo autor em direção ao seu objeto e que o levou à constituição do panoptismo como uma ferramenta de compreensão do passado. Pois, o panóptico é também a forma encontrada pelo pensador para entender uma temporalidade, logo representa o *historiar* no momento de sua construção.

2. Apropriação de um conceito

⁷ Ibidem.

Ao se ter como objeto a apropriação de um conceito, como aquele do panóptico, para compreender as escolhas teóricas de Foucault e seu modo de historiar, cabe entender a noção de *intenção* para perceber a construção realizada por seu inventor. O historiador e crítico de arte estadunidense Michael Baxandall, no seu livro *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*, problematiza a intencionalidade do pintor, elaborando uma compreensão significativa. Ele propõe refletir acerca das causas de um quadro e suas explicações históricas. Ele prefere chamar de “crítica inferencial”, ou seja, o que podemos inferir quando historiamos as causas de um quadro.

Isso implica dizer que a explicação causal não é a única via possível para a história da arte e que dentre as várias maneiras, uma delas é entender um quadro como um produto intencional.⁸ Baxandall se coloca como um historiador que, mesmo partindo de um ceticismo quanto a obter a verdadeira intenção do artista, vê esse ceticismo como afirmativo e animado, pois a impossibilidade de um conhecimento certo e definitivo é que empresta agudeza e força à crítica inferencial.⁹ Para ele:

O papel do historiador das idéias não é apresentar vagas generalizações prescritivas sob o rótulo de “teorias”, mas verificar como proposições muito simples se comportam diante de casos complexos, pelo menos tão complexos quanto permitam o tempo e a energia disponíveis. Não se trata de imitar os especialistas em metodologia, mas de desempenhar uma função complementar à deles.¹⁰

O autor lida com uma perspectiva que, longe de uma relativização letárgica, propõe entender objetos complexos através de inferências críticas. Para tal, o primeiro exemplo que toma é o da construção de uma ponte, que mesmo sendo uma analogia genérica, permite a exemplificação de sua teoria. O exemplo tomado é a construção de uma ponte sobre o rio Forth, que fica pronta em 1889. A escolha da ponte serve para entender como um objeto destinado a resolver um problema, em um determinado contexto, levou a uma seqüência de questões que ora se relacionavam com fatos individuais, ora com fatos gerais. A ponte é o exemplo da solução do problema que, dentro de um contexto específico, possibilitou reconstruir a relação entre objeto – solução – situação.¹¹

A partir desse caso, a analogia proposta é que um “*pintor ou autor de um artefato histórico qualquer se defronta com um problema cuja solução concreta e acabada é o objeto*

⁸ BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. 2006 p. 27.

⁹ Idem. p. 28.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem. p. 45-79.

que ele nos apresenta.”¹² O que se pretende é “reconstruir ao mesmo tempo o problema específico que o autor queria resolver e as circunstâncias específicas que o levaram a produzir o objeto tal como é.”¹³ Numa outra situação, o artista que recebe a encomenda de um quadro tem um problema a resolver: pintar de acordo com suas características sem perder de vista a satisfação de quem o encomendou. Historiar essa relação é entender como um pintor, dentro dos limites da técnica, dos materiais, das suas especificidades e das do seu cliente, resolveu e interligou essas premissas. Baxandall argumenta que sua

atividade será sempre relacional – tratamos das relações entre um problema e sua solução, da relação entre o problema e a solução com o contexto que o cerca, da relação entre nossa interpretação e a descrição de um quadro, da relação entre uma descrição e um quadro.¹⁴

O princípio defendido pelo autor é que é possível explicar objetos históricos considerando-os como soluções de problemas que aparecem em determinadas situações, e tentar reconstruir uma relação lógica entre esses três elementos (objetos históricos – solução de problemas – determinadas situações). Essa teoria permite mapear o tecido de intenções de uma imagem, pois relaciona o problema apresentado ao artista para pintar com sua obra acabada e em quais contextos de possibilidades ele estava inserido. Mesmo essa teoria sendo pensada para a história da arte, o autor, ao tomar como exemplo uma ponte, possibilita sua propagação para diferentes objetos.

A intenção é um elemento fundante dessa forma de compreensão, pois os quadros são produto de atividade humana, logo obedecem a propósitos. Baxandall elabora sua hipótese da seguinte forma:

A hipótese de fundo é que todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma “qualidade intencional”. Nessa acepção, a intencionalidade caracteriza tanto o ator quanto o objeto. A intenção é a peculiaridade que as coisas têm de se inclinar para o futuro.¹⁵

A relação entre o objeto e a circunstância é quem vai demonstrar a intencionalidade, desmontando com isso, uma visão mais simplificadora que entenda intenção como um estado de espírito a ser reconstruído. Sendo assim, a palavra intenção é ampliada:

¹² Ibidem. p. 48.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem. p. 81.

Posso querer estender o sentido da palavra “intenção” para abranger a lógica interna da instituição ou das condutas que contribuíram para essa predisposição, e das quais o indivíduo talvez não tivesse consciência no momento em que produziu determinado objeto. Mesmo quando o autor descreve seu estado de espírito, esses relatos têm pouca validade para uma explicação da intenção do objeto; é preciso compará-los com a relação entre o objeto e as condições em que foi produzido, retocá-los, ou ajustá-los, ou inclusive descartá-los se houver incoerência.¹⁶

Com esta extensão do sentido do termo “intenção”, a compreensão de um conceito pode ser uma relação entre as camadas discursivas e argumentativas de um texto com os seus elementos externos e internos, compondo seus padrões de intenção.

Entender a invenção dentro de uma forma de historiar é, em certo sentido, notar seus padrões de intenção, se debruçando sobre as relações entre o escrito, o lido e o inventado. Se for necessário nomear esta forma de pensar a história, o mais adequado seria uma história da cultura intelectual, pois se está historiando a apropriação que um autor faz de outro conceito, mas o foco não é a adequação, é o que resulta dessa apropriação. A forma foucaultiana de utilizar o panóptico é o estabelecimento de um historiar, é a história em seu fazer-se. A apreensão deste momento é possível se pesquisados os seus padrões de intenção, que não indicaram as causas que levaram o autor à determinada utilização, mas evidenciaram as possibilidades relacionais no entrelaçar destes fios de passado.

Para empreender o estudo da invenção do panoptismo por Foucault, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo foi feito, num momento inicial, uma investigação sobre quais foram as características do panoptismo, no sentido de inserir o pensador e sua obra dentro de um universo de produção. Em seguida como ele começa a formalizar o panoptismo antes de publicar *Vigiar e punir*, principalmente nas conferências pronunciadas no Rio de Janeiro. No terceiro momento, partiu-se para a reconstrução dos argumentos que possibilitaram Foucault falar de panoptismo dentro do livro *Vigiar e punir*. O objetivo é entender como Foucault se torna um inventor de um panoptismo em *Vigiar e punir* ao intencioná-lo como uma chave de leitura para uma época. Num quarto momento, o intuito é perceber como as proposições de Foucault foram recebidas por outros historiadores e como suas práticas de fazer história foram debatidas.

Esse diálogo entre Foucault e historiadores será tomado em três textos especificamente. O primeiro é o de Jacques Léonard, *L'historien et le philosophe A propos*

¹⁶ Idem.

de: Suveiller et punir; naissance de la prison, respondido por Foucault no texto *A poeira e a Nuvem* em 1980. Outro é o debate que aconteceu na *Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978*, onde estão presentes vários historiadores. Os diálogos com os historiadores servem para Foucault se posicionar, sobretudo, em relação ao seu historiar, ajudando a fornecer uma resposta para a questão: como ele inventa o panoptismo.

No segundo capítulo, vai se falar de aproximações e divergências nas concepções de Foucault e Bentham do panóptico, de como o inglês foi compreendido por seus contemporâneos como um representante da modernidade e Foucault o tomou como emblema de uma temporalidade. O foco central é o panóptico descrito inicialmente nas vinte e uma cartas de Bentham. Visa-se, assim, um estudo dos argumentos de Bentham no que tange ao panóptico. Será tratado, também, o universo teórico de Jeremy Bentham, na medida em que estabeleça uma relação com o panóptico. Partindo disso, mostraremos o alargamento do panóptico transformado em designação para uma época: o panoptismo, e como a alusão ao projeto arquitetural do panóptico foi uma invenção para o historiar de Foucault.

No terceiro capítulo será feita uma investigação do pensamento de Foucault, procurando relacioná-las com a arte e o ofício de historiar, para entender como é possível falar em invenção do panoptismo. Assim sendo, a trajetória intelectual do autor será tratada desde as pesquisas “arqueológicas”, passando pela analítica do poder nas formas “genealógicas” até os trabalhos sobre a ontologia do presente. A ideia é mostrar a invenção do panoptismo em sua ligação com as preocupações de pesquisa mais gerais do autor.

Nesse caminho, mais que a busca pela verdade, o que interessa são as possibilidades, ou como um homem em uma dada época respondeu às inquietações no ato de historiar. O que sem dúvida pode remontar a um questionamento antigo entre os historiadores: o que fazem os historiadores quando escrevem/fazem história? A resposta não é simples, fácil, ou objetiva, ela é possível e datada, tem uma historicidade que pode ser contada, pesquisada e questionada por todos que se interessarem pela pergunta.

Capítulo I: A invenção do panoptismo

O sentido histórico, quando reina irrefreado e traz todas as suas conseqüências, erradica o futuro, porque destrói as ilusões e retira às coisas sua atmosfera, somente na qual elas podem viver. A justiça histórica, mesmo quando é exercida efetivamente e em intenção pura, é uma virtude pavorosa, porque sempre solapa o que é vivo e o faz cair: seu julgamento é sempre uma condenação à morte.
(Nietzsche, *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, p. 65)

Para poder entender o mosaico de possibilidades temporais no qual Foucault estava inserido, cabe recorrer a sua obra, em como ele chega à invenção do panoptismo, mas também é fundamental perceber o intelectual inserido em seu tempo assim como suas circunstâncias, sejam elas intelectuais ou de ordem prática, como a militância vivenciada no período em questão. Além disso, é fundamental perceber estas condições de produção do pensamento em Jeremy Bentham, pois isto alicerçará a tese de que Foucault difere e mesmo inventa uma funcionalidade distinta daquela proposta pelo filósofo inglês para o panóptico.

Foucault é o inventor da noção de panoptismo e, simultaneamente a isso, perceber as sutilezas de sua invenção torna possível entender o que faz um historiador quando faz história. Essa construção pode ser compreendida através da passagem do panóptico ao panoptismo, ou seja, como acontece uma transformação procedimental no tratamento dado aos escritos de Bentham, e como estes são um sintoma de época. Esta forma de fazer história, reflexiva com componentes de filosofia, torna possível inventar uma chave hermenêutica como o panoptismo, que mais do que um conceito é um entendimento importante para pensar sobre uma determinada temporalidade.

1. Circunstâncias do panoptismo

Ao estudar o panóptico, Foucault também expõe as nuances de seu momento histórico, que o provoca a refletir sobre poder, disciplina e cerceamento de liberdades. Nesse sentido, o

pensamento a respeito do projeto de Bentham requer também o entendimento de um momento historicamente localizável. Ao produzir as abordagens sobre o panóptico, Foucault está inserido em um período histórico muito específico, como comenta em entrevista citada por Pierre Billeouet, pois “*sem maio de 68 certamente não teria tido a coragem de levar minha pesquisa para o lado da pena, das prisões, das disciplinas*”.¹⁷ Como já mencionado, o livro *Vigiar e Punir* foi publicado em 1975, contudo suas pesquisas acompanharam estudos anteriores e o livro já estava pronto desde 1973, mas o filósofo teria se recusado a torná-lo público antes.¹⁸

Para compreender este momento de Foucault, é fundamental a biografia escrita pelo jornalista Didier Eribon, possivelmente a mais relevante, pois além de ser a mais citada pelos estudiosos do pensador, é diferente de biografias meramente laudatórias ao biografado. Eribon realiza uma abordagem que leva em consideração a biografia de um intelectual e a implicação disto foi levar em conta a trajetória feita por este, para entender quais os debates de idéias correntes no momento de sua produção. Existem outras biografias sobre a vida de Foucault¹⁹, entretanto a de Eribon é um pouco menos heróica que a de Pierre Billeouet, por exemplo, tendo em vista que tematiza a vida do filósofo em associação com a sua produção intelectual. O que se pretende com isso é não justificar a obra pela vida do pensador, contudo também não é possível uma dissociação completa entre os escritos e o vivenciado por Foucault. A biografia de Didier Eribon é a que mais se aproxima dessa máxima: produção intelectual e vida pessoal como concomitantes para o historiar.

A biografia escrita por Didier Eribon, *Michel Foucault 1926-1984*, é diferente em sua forma e proposta: ao invés de um inventário cronológico da vida pessoal e suas obras o percurso é outro. O caminho teórico adotado é uma mescla de vivência acadêmica e, quando necessário, o particular, referenciando sempre a vida pessoal de Foucault naquilo em que parece significativo para elucidar sua produção intelectual. Diferentemente de outras biografias, que assumem um tom de exaltação ao biografado, Eribon obedece a uma ordem cronológica, mas não necessariamente linear, pois momentos temporais podem ser retomados dentro de cada parte. Por exemplo, quando na terceira parte ele comenta a publicação do livro, *Vigiar e Punir*, o aborda em três capítulos de maneiras distintas. Cada capítulo enfatiza

¹⁷ BILLOUET, Pierre. **Foucault**. 2003. p. 140

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. 2003. p. 2.

¹⁹ Dentre as biografias intelectuais existentes podem ser citadas: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. RAJCHMAN, John. **Foucault: a liberdade da filosofia**. VEYNE, Paul. **Foucault revoluciona a história**. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o niilismo de cátedra**. MILLER, James. **The passion of Michel Foucault**.

situações diferentes: as revoltas de maio de 68, o envolvimento político, ou as querelas com outros intelectuais.

A ênfase será conferida aqui na terceira parte, tendo em vista que é nesta onde se encontra o período da produção do panoptismo. Além disso, é onde Foucault, após ganhar maior notoriedade e respeito dos demais intelectuais, com a publicação de seus livros anteriores (*História da Loucura, Nascimento da Clínica, As palavras e as coisas e Arqueologia do saber*), reordena sua trajetória intelectual. Ele, como descreve Eribon, assume um papel mais engajado politicamente, simultaneamente à escrita de *Vigiar e Punir*.

Segundo Eribon, Foucault ingressa para o corpo docente da Universidade de Vincennes no início de 1969, e ali permanece até abril de 1980 quando recebe a notícia da morte de Jean-Paul Sartre. Durante a década de 70, intensifica sua participação em atividades políticas. Também é nesse momento que Foucault ingressa no *Collège de France* e profere a aula inaugural publicada em livro como *A ordem do discurso*. Viaja ao Brasil, mais de uma vez, vindo para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Natal; chamando atenção o ciclo de conferências ministradas no Rio de Janeiro em 1973, que foram reunidas e publicadas com o título de *A verdade e as formas jurídicas*. Nesse ciclo de conferências já se encontram referências ao estudo das prisões, principalmente na IV e V conferência na quais aborda o panóptico.²⁰

Ao voltar para a França, Foucault faz a apresentação do dossiê de um parricida, *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, publicado no mesmo ano, 1973. Esse dossiê foi encontrado durante as pesquisas desenvolvidas sobre a história das prisões e os relatórios sobre os prisioneiros e, dois anos depois, publicou *Vigiar e Punir*. No ano seguinte, em 1976 escreveu *A vontade de saber*, primeiro volume da trilogia da *História da sexualidade*.

Dessa forma, a década de 70 é marcada por uma intensa produção que, para Eribon, está umbilicalmente ligada a sua reordenação política e sua aproximação com a militância, através da participação em atos, manifestos, abaixo-assinados, chegando ao enfrentamento físico com a polícia, o que o leva a ser preso depois de uma manifestação.²¹ Não cabe uma relação detalhada de cada atividade política de Foucault, por não ser esse o intuito do trabalho, mas também por já ter sido feito por Eribon. Contudo, chama a atenção como durante toda a narrativa, o autor defende esse período da vida de Foucault como sendo um momento de militância intensa e de uma produção voltada para o cotidiano da vida ativista.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2005. p. 79-126.

²¹ ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926-1984*. p. 271.

Os exemplos da militância de Foucault dados por Eribon se iniciam com a nomeação de Foucault para a universidade de *Vincennes* e mostram como o professor participou ativamente das manifestações que fecharam a mesma universidade com barricadas de cadeiras a sua entrada.²² Foucault permaneceu dois anos em *Vincennes*, sendo esse o período em que mais se engajou, pois “na realidade, é um Foucault totalmente diferente que vai nascer nesse momento crucial.”²³ Para Eribon, o pensador produtor de obras que procuraram refletir sobre os jogos de verdade muda, “esse homem vai-se desvanecer pouco a pouco, vai-se fazer esquecer, e do alambique vincennense vai emergir o filósofo militante, cuja intervenção se desdobrará em todas as frentes, as da ação e as da reflexão.”²⁴

Foucault saiu da universidade de *Vincennes* para assumir a cátedra *História dos sistemas de pensamento*, no *Collège de France*, até então ocupada por Jean Hyppolite. Ele disputou com outros dois pensadores, Yvon Belaval²⁵ e Paul Ricoeur.²⁶ Foucault teve sua candidatura apoiada por Georges Dumézil e Jules Vuillemin, que o apresenta na votação.²⁷ Na aula inaugural, Eribon afirma que era visível a emoção de Foucault, desde a referência respeitosa e admiradora de seu antecessor, Jean Hyppolite, até a contundente apresentação sobre a ordem no discurso.²⁸

Estando no *Collège de France*, manteve sua atividade militante e formou grupos de estudo, pois fundou, juntamente com Pierre Vidal-Naquet e Jean-Marie Domenach, o Grupo de informações sobre as prisões (GIP)²⁹, dois meses após a sua aula inaugural. O GIP é fundado em 8 de fevereiro de 1971 através de um manifesto divulgado e assinado por seus integrantes tendo por finalidade saber o que é a prisão, bem como:

quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, o controle médico os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu.³⁰

²² Idem. p. 228-232.

²³ Ibidem. p. 233.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Yvon Belaval tem diversos trabalhos publicados nas áreas de filosofia e literatura, alguns dos seus títulos são: **Philosophes et leur Langage; Etudes Leibniziennes; Etudes sur Diderot; Leibniz, critique de Descartes; Recherche de la Poesie; Filosofia alemana de Leibniz a Hegel**, para citar alguns.

²⁶ Paul Ricoeur tem maior reconhecimento junto aos historiadores, pois tem vasta obra na área. Para citar algumas: **Tempo e Narrativa** (em três volumes); **A memória, a história e o esquecimento**.

²⁷ ERIBON, Didier. **Michel Foucault 1926-1984**. p. 243.

²⁸ Idem. p. 244-247.

²⁹ O termo em francês é *Groupe d'information sur les prisons*, que contem as mesmas iniciais do termo em português, sendo assim, mantém-se a mesma abreviatura. A partir de agora, sempre que se utilizar a abreviatura – GIP – estará se referindo ao Grupo de informações sobre a prisão (*Groupe d'information sur les prisons*).

³⁰ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. 2003. p. 2.

Estas observações foram também motivadas pela prisão de militantes maoístas, que de dentro do cárcere realizaram pesquisas sobre a situação e informaram sobre a realidade do mesmo; desse grupo de detentos faziam parte: A. Geismar, M. Le Bris, M. Le Dantec, entre outros. A repercussão do GIP vem através da adesão de pessoas como Sartre, Deleuze e C. Mauriac. Foucault era tido pelos próprios integrantes do grupo como o líder desse movimento que, segundo alguns críticos, termina estimulando a revolta em 35 prisões entre 1971 e 1972.³¹

As motivações para o GIP são as poucas informações que se tinha até então sobre as prisões, como pode ser visto nessa passagem do manifesto: “*é uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida. Temos o direito de saber, nós queremos saber.*”³² O manifesto afirma ainda que as informações sobre as prisões não se encontravam em relatórios oficiais, daí o intuito de perguntar a quem estava preso. A metodologia proposta para essa investigação sobre as prisões foi se disponibilizar um questionário que seria enviado para quem entrasse em contato requerendo-o e assim que tivessem informações em volume suficiente, seriam então divulgadas.³³ O manifesto se encerra dizendo que não tem pretensões de provocar uma reforma penitenciária, desejando apenas conhecer a realidade para alertar a opinião pública. A partir disso, seria elaborado um Manual do perfeito detido (*Manuel du parfait arrêté*) e um outro aos responsáveis pela detenção, um Aviso aos detentores (*Avis aux arrêteurs*). A finalidade desses dois manuais foi descrita como “*saber o que nos ameaça; mas também é bom saber como se defender*”.³⁴

Após a fundação do GIP, surge outro grupo, a Comissão de Ação dos Presos (CAP), dirigida por S. Livrozet, um ex-detento que reivindica autonomia aos intelectuais, solicitação legítima para Foucault que, desde a publicação do dossiê de Pierre Rivière, defendia que se ouvisse os presos, escutando suas reivindicações sem interlocutores.

Em 1974, Foucault se separa do GIP, mas continua a utilizar os espaços para a propagação de suas ideias, como a imprensa ou seminários, onde milita abertamente contra a pena de morte. Participa também da fundação do jornal *Libération* e de um protesto coletivo contra o fascismo espanhol em Madri, ao lado de Yves Montard, Régis Debray e outros, época em que ficou, novamente, à beira do enfrentamento físico, em que foi preso junto com C. Mauriac e Jean Genet³⁵.

³¹ Idem. p. 1.

³² Ibidem. p. 2.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem. p. 3.

³⁵ ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. p. 296-300.

Sua produção intelectual e seminários neste momento abordaram temas cada vez mais ligados a sua militância, como pode ser visto em seus cursos no *Collège de France*. O curso do biênio 1971-1972 recebe o título de *Teorias das sociedades punitivas*, e o seguinte é intitulado *A sociedade punitiva*, de 1972-1973. Entretanto, Foucault decidiu retardar a publicação de *Vigiar e Punir*, pois a obra já estava pronta há quase dois anos, nos meses finais de 1973, liberando-a para publicação apenas no início de 1975, no intuito de não ser acusado de impostura nas suas pesquisas por aproveitar-se das informações recebida dos presos.³⁶

Eribon reitera sua defesa do pensador militante fazendo uma ligação entre *Vigiar e punir* e *História da Sexualidade*, o primeiro volume (*A vontade de saber*), já que um foi lançado em 1975 e o outro logo em seguida, em 1976. Ele afirma que “*Foucault fala-nos em ambos os casos, em <poder> e das modalidades do seu exercício.*”³⁷ *A vontade de saber* seria a retomada de um antigo tema que é moldado nas preocupações do pensador militante, pois a idéia de lidar com a temática é aplicada com um instrumental similar ao livro anterior e põe no centro da discussão o poder sendo exercido sobre os corpos. Entretanto, ele faz uma ressalva sobre *A vontade de saber*, afirmando ser este um projeto antigo de Foucault: “*quando profere algumas conferências no Brasil, em 1965, mostra ao seu amigo de São Paulo o manuscrito de As palavras e as coisas, confia-lhe que gostaria de escrever em seguida uma história da sexualidade.*”³⁸

Vigiar e Punir foi publicado em fevereiro de 1975 e teve uma grande repercussão na imprensa francesa com número especial na revista *Magazine Littéraire*, ganhou páginas especiais e entrevistas no *Le Monde*, *La Quinzaine Littéraire*, *Le Figaro*, *L'Express*, *Le Nouvel Observateur* e outros. A revista *Critique* consagrou uma edição inteira ao livro e a Foucault.

Nesse momento da vida do intelectual, separar as implicações acadêmicas das políticas é difícil e seria descartar a constituição das possibilidades de que o pensador dispunha ao produzir seu livro. A separação entre as implicações acadêmicas e políticas nesse momento da obra é complicada e exigiria uma divisão muito tênue ou forçosa. O livro foi lido por diversos segmentos sociais: acadêmicos, não acadêmicos, profissionais liberais e inclusive por juristas, e as agitações e rebeliões remetidas à publicação causaram efeitos na estrutura administrativa do Estado, nos relatórios administrativos e vistoriais.

³⁶ Idem. p. 303-308.

³⁷ Ibidem. p. 303.

³⁸ Ibidem. p. 304.

Pierre Billouet tenta dar uma noção do impacto produzido pelo livro *Vigiar e Punir* associadas ao GIP e a Comissão de Ação dos Presos afirmando que foi feita uma abertura das prisões no sentido de dar visibilidade por parte da imprensa, formular parlatórios livres, des-disciplinarização e a desculpabilização dos presos.³⁹ Estes passaram a não aceitar mais o modelo de vigilância e tratamento dado nas prisões e reivindicaram melhores condições: “matei, peguei tantos anos, mas isso não é razão para faltarem cobertores e sentir frio no inverno”⁴⁰.

O livro *Vigiar e punir* também levou a desdobramentos

(...) entre os historiadores, Agulhon, Chartier, Farge, Leonard Perrot, Revel, etc., discutem seu livro em geral, e pelo menos Farge e Perrot continuam a pesquisa com Foucault. A primeira publicou *Le désordre des familles*, a partir de manuscritos que trabalham em conjunto, e a segunda publicou o ensaio de Bentham, Veyne, Hadot e Legoff, sem discutir esse livro em especial, também se interessam pela relação de Foucault com a história.⁴¹

Interessa ver nesse momento como o pensador, que antes problematizara os sistemas de pensamento modernos, inseriu-se num debate que, em certa medida, reavalia a fundamentação teórica dos seus escritos e reformula seus conceitos estabelecendo tessituras que se inserem no seu posicionamento político. É possível entender também, os jogos de verdade nos quais o pensador estava inserido durante a invenção do panoptismo e suas reverberações no ofício historiográfico.

Didier Eribon em outro livro, *Foucault e seus contemporâneos*, propôs outra forma de fazer a biografia intelectual do pensador. Ele apresentou um tipo de história diferente da primeira, pois ao invés do corte transversal, que privilegia um recorte de idéias onde se problematiza simultaneamente espaços teóricos, institucionais e políticos, adota o estudo de caso. A proposta do estudo de caso buscou dar enfoque às relações do autor com outros autores específicos. Novamente interessa ao presente trabalho, por informar quais eram os outros pensadores com quem Foucault dialogava para elaborar o panoptismo. Eribon escolheu alguns autores contemporâneos a Foucault, para serem postos em diálogo e obedeceu a critérios similares ao primeiro livro. Ele assim evidencia sua proposta:

Estes foram escritos – e foi o princípio de seleção a que me impus – a partir de elementos ou documentos inéditos, que projetam novas luzes sobre Foucault e suas relações, com alguns pensadores que cruzaram o seu

³⁹ BILLOUET, Pierre. **Foucault**. 2003. p. 127-152.

⁴⁰ Idem. p. 142.

⁴¹ Ibidem. p. 143.

caminho: Dumézil, Barthes, Lacan, Althusser, Habermas... Esta não é uma história exaustiva, naturalmente; a tarefa seria propriamente interminável. Mas estes poucos estudos atravessam todos os períodos da obra de Foucault. Reunidos em feixes, restituem sua trajetória de conjunto. Também desenham, espero, o mapa das paisagens intelectuais nas quais essa trajetória desbravou seus caminhos. Eles se abrem, portanto, para uma história mais geral, sem a qual seria inútil tentar compreender Michel Foucault.⁴²

O livro de Eribon, *Foucault e seus contemporâneos*, segue uma estratégia de legitimação que não nega a do livro anterior, mas opta por um corte na relação entre pensadores, problemas e movimentos intelectuais e sociais. O autor enfatiza isso afirmando que:

Neste novo livro, adotei outra estratégia, pensando que seria possível, desta vez, abordar certos aspectos de sua carreira, de sua obra, de seu engajamento político, de seu papel na vida intelectual e cultural na França ou no estrangeiro, observando o que foram as suas relações com certos pensadores, certos problemas, certos movimentos contemporâneos.⁴³

A relação a ser estabelecida é de tomar as idéias de Foucault e relacioná-las com os pensadores que, estando a sua volta, exerceram relevância a ponto de demarcar balizas no seu pensamento. Por isso, o biógrafo diz ser um estudo de caso. As escolhas dos casos, ou melhor, dos pensadores a serem trazidos para discussão mantêm as relações com o livro anterior, pois é montado no tripé espaço teórico, institucional e político. Tríade conceitual que autoriza ou desautoriza as ligações intelectuais de Foucault e seus contemporâneos.

Como o foco é a invenção do panoptismo em *Vigiar e punir*, cabe um recorte no livro de Eribon, mais especificamente no segundo capítulo, *A crítica e seus monstros*, onde ele rebateu os críticos do pensamento de Foucault, detendo-se principalmente nos franceses num período próximo a publicação do livro, ou ainda, com uma temática que desembocaria na do livro. O exemplo de Eribon é o livro de Luc Ferry e Alain Renaut, *La pensée 68, Essai sur l'anti-humanisme contemporain*,⁴⁴ que classifica como “dois ensaístas que parecem ter perdido o controle do teclado do computador.”⁴⁵ A argumentação proposta diz que Foucault é um precursor de maio de 1968 na França, pois sua obra seria permeada por um direitismo e um conservadorismo que eclodiu no anti-humanismo.

Essa argumentação é contestada por Eribon, ele defende exatamente o contrário, pois “um corte se instaurou no pensamento de Foucault depois de maio de 1968; seu trabalho se

⁴² ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. p. 10-11.

⁴³ Idem. p. 10.

⁴⁴ Este foi publicado no Brasil com o título de *Pensamento de 68: ensaios sobre o anti-humanismo contemporâneo*, pela editora Ensaio em 1988.

⁴⁵ ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. p. 53.

modificou, politizou-se. Foi nesse sentido que sua pesquisa se voltou para a análise do poder. E ele reinterpretou todo o seu itinerário anterior em termos políticos.”⁴⁶ Nesse debate Eribon diz que:

Existe realmente, em Foucault, uma politização de sua pesquisa, das suas atividades, das suas declarações dos seus modos de existência. Ele até faria, em certas ocasiões, declarações de um esquerdismo tão radical que aqueles que o conheceram antes de 1968 mal poderiam acreditar que se tratava da mesma pessoa. É evidente que *Vigiar e Punir* se inscreve na esteira de suas atividades militantes do início dos anos 70. É um livro ‘nascido das lutas’ e ‘destinado a voltar a elas’, diria ele.⁴⁷

O direcionamento político de Foucault, defendido por Eribon, tem um viés diferente, pois se afirma contra algumas idéias dominantes defendidas após 68. “*Vigiar e Punir é um livro dirigido contra a teoria marxista do poder, e principalmente contra a teoria althusseriana dos ‘aparelhos ideológicos do Estado.*”⁴⁸ Sendo assim, como o foco de interesse são os diálogos entre Foucault e seus contemporâneos no que se refere às problematizações contidas em *Vigiar e Punir*, vale a pena se deter um pouco mais no capítulo dedicado a Althusser.

Com o título de *O passado dura muito tempo*, Eribon, vai comentar a relação entre Louis Althusser e Michel Foucault. Desde o início dessa relação, em que Foucault foi aluno de Althusser quando se preparava para o concurso de admissão para *École Normale Supérieure* em 1949, até a morte de Foucault, Althusser é acompanhado de um amigo em comum num hospital psiquiátrico em 1984. Eribon narra o entusiasmo de Althusser em se aproximar de um aluno que ele considerava brilhante, e com quem tinha em comum uma depressão suicida. O ingresso de Foucault no Partido Comunista Francês, se deu por influência de Althusser, mas a relação se distanciou fisicamente quando Foucault foi morar na Suécia. Mas com a publicação de *História da loucura*, Althusser volta a se interessar por Foucault e lê entusiasticamente o livro.⁴⁹ A relação se manteve firme com a publicação de *O Nascimento da clínica*, mas começou a mudar depois de *As palavras e as coisas*, pois Althusser enxergava duras críticas ao pensamento marxista contidas nesse livro, recomendando inclusive não ser traduzido para o italiano por “*não ser muito bom e ter cheiro*

⁴⁶ Idem. p. 55.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem. p. 183-185.

de briga no ar” prometendo “*passar um sabão em Foucault por dar entrevistas idiotas sobre Marx*”,⁵⁰

Apesar das divergências teóricas, a amizade entre os pensadores continuou inabalável, pois Althusser findou suas críticas afirmando “*Apesar disso ainda gosto dele*”.⁵¹ Eribon chama atenção para o fato de que:

O que une Althusser e Foucault não é a política, é Bachelard, é Canguilhem, é a epistemologia, principalmente no domínio da história das ciências humanas, foi uma preocupação largamente difundida, e encontra-se uma excelente ilustração desse fato no relatório redigido por Jules Vuillemin em 1969, para apresentar a candidatura de Foucault ao *Collège de France*, que descreve esse esforço como “*característico da filosofia contemporânea no nosso continente.*”⁵²

A ligação entre eles deu-se através das referências intelectuais, também de afinidade pessoal, mas não à proximidade de posicionamentos políticos. E quando às referências teóricas são cruzadas com a militância, nota-se uma discordância peremptória, pois “*Foucault ataca de modo bastante brutal o próprio procedimento de Althusser, que equivale, segundo ele, a exonerar o marxismo dos crimes de Stalin, pregando uma volta ao ‘verdadeiro Marx’.*”⁵³

Busca-se compreender, assim, um pouco da trajetória feita por Foucault, através dos olhos do seu biógrafo, para entender quais os debates de ideias concorrentes no momento de sua produção. Nesse sentido, os escritos de Didier Eribon podem ser elucidativos para historiar Foucault, facilitando o seu estudo e a análise do movimento que os debates tomaram no estabelecimento de uma arqueologia de saberes. A biografia de Eribon serve de aporte, porque ela oferece algo pouco comum, já que não tende a ver um Foucault herói, mas tematiza a sua produção intelectual. Sobretudo, ela faz um desmonte de um problema comum em biografias, que é o de fazer a vida do biografado a simples justificativa da sua obra. O que seria pouco em relação à produção do intelectual. A vida de Foucault interessa naquilo que tange a produção do conhecimento e enquanto panorama intelectual.

A biografia de Foucault serve à investigação do seu pensamento na medida em que é possível questionar porque ele fez determinadas escolhas como, por exemplo, entender a sua viagem ao Brasil e a sua fala sobre o panóptico, como é citado por Eribon nas conferências da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e depois isso não ser mais mencionado,

⁵⁰ Ibidem. p. 194.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem. p. 199.

para só então, o próprio Foucault retomar, dois anos depois. As mudanças das escolhas pessoais de Foucault, como mostrou Didier Eribon, também marcaram seu trabalho, não por acaso *Vigiar e Punir* teve sua publicação adiada, haja visto o seu envolvimento no GIP. Cabe agora retomar a formalização do panoptismo acompanhando passo-a-passo a construção do argumento de Foucault, pois assim é possível investigar a constituição de uma maneira de historiar associada à construção desse conceito.

2. Formalização do panoptismo

Michel Foucault trata um pouco mais formalmente do panóptico e do panoptismo pela primeira vez quando vem ao Brasil para um ciclo de cinco conferências na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) que aconteceu entre 21 e 25 de maio de 1973. Para ele “*o panoptismo é uma forma de poder que repousa não mais sobre um inquérito mas sobre algo totalmente diferente, que eu chamaria de exame.*”⁵⁴

Foucault dá início a uma argumentação que inventa uma interpretação do panóptico, porém, suas pesquisas sobre a prisão são anteriores, pois desde 1971 estava envolvido com o estudo ou mesmo em atividades políticas ligadas às prisões, como já referenciamos. Ainda antes de lançar o livro *Vigiar e punir*, Foucault, nas conferências que profere no Rio de Janeiro, faz provocações e defesas do panóptico como acontecimento ímpar na história, desdobrando e alargando-o no panoptismo:

Peço desculpas aos historiadores da filosofia por esta afirmação, mas acredito que Bentham seja mais importante para nossa sociedade do que Kant, Hegel, etc. Ele deveria ser homenageado em cada uma de nossas sociedades. Foi ele que programou, definiu e descreveu de maneira mais precisa as formas de poder em que vivemos e que apresentou um maravilhoso e célebre pequeno modelo desta sociedade da ortopedia generalizada: o famoso *Panopticon*. Uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito; uma espécie de instituição que deve valer para as escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios fabricas, etc.⁵⁵

Alçar Bentham à condição de filósofo mais importante da sociedade ocidental é uma provocação aos historiadores da filosofia, como o próprio Foucault diz, mas é, sobretudo, uma

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2005. p. 87.

⁵⁵ Idem. p. 86.

mudança do foco da investigação, é perceber num plano arquitetural uma generalização ortopédica da sociedade que corrigiria os espíritos desviados. Ele continua sua argumentação:

O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo. O panoptismo é uma forma de poder que repousa não mais sobre um inquérito mas sobre algo totalmente diferente, que eu chamaria de exame.⁵⁶

Essas afirmações sugerem uma série de perguntas: quais argumentos podem dar sustentabilidade a esse raciocínio? Como ele chega a estas conclusões acerca do panóptico? Onde acontece exatamente a invenção do panoptismo? As respostas a essas questões foram apresentadas de forma inicial nas conferências realizadas no Rio de Janeiro, mas não seria incorreto afirmar que a formalização só acontece em *Vigiar e punir*.

Logo, se faz necessário agora entender o livro propriamente dito para depois analisar porque essas afirmações de Foucault incomodaram tanto os historiadores e não só os da filosofia. Para entender essa construção, existem algumas possibilidades: fazer uma longa lista de comentadores, ou ainda arrolar os detratores das proposições de Foucault, ou mesmo eleger através da historiografia vigente a pertinência ou não do trabalho. No entanto, o caminho escolhido aqui é mais direto: acompanhar minuciosamente cada argumento no próprio texto e como eles se encadeiam numa construção geral.

As implicações disso são: a reconstrução feita a partir das palavras do próprio pensador, praticamente sem interlocutores, assim como a pouca interferência ou posicionamento diante das ideias do próprio Foucault. Posicionamento este que só aparece na exata medida da seleção das citações, o que proporciona dois efeitos: o de acompanhar em demasia o intelectual sem criticá-lo ou questioná-lo e o segundo de ter pouca informação a respeito do posicionamento de quem escreve, sendo possível ver apenas através das escolhas das citações. Como o interesse é entender o que faz um historiador quando pratica história, ou seja, o seu historiar, justifica-se o posicionamento de observação e remonte argumentativo.

3. Construção do argumento

⁵⁶ Ibidem. p. 87

Depois de dissertar sobre os processos de suplício na França dos séculos XVII e XVIII, Foucault apresenta o objeto do livro *Vigiar e punir*⁵⁷: “Uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”⁵⁸ E esse estudo vai obedecer a quatro regras gerais: 1) “tomar a punição como uma função social complexa”⁵⁹; 2) “Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política”⁶⁰; 3) “colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem”⁶¹; 4) “verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal (...) não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder”⁶².

Em suma, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de um tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto. De maneira que, pela análise da suavidade penal como técnica de poder, poderíamos compreender ao mesmo tempo como o homem, a alma, o indivíduo normal ou anormal vieram fazer a dublagem do crime como objetos da intervenção penal; e de que maneira um modo específico de sujeição pôde dar origem ao homem como objeto de saber para um discurso com *status* “científico”.⁶³

Ainda referente ao objetivo do livro, Foucault empregou um termo muito específico e que é uma marca do seu historiar nesse momento: *genealogia*. Não por acaso ele o utiliza nos objetivos do livro e em seguida afirma que “a história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da ‘alma’ moderna.”⁶⁴ O conceito de “genealogia” foi tomado dos estudos de Nietzsche sobre a moral, e é um divisor na forma de Foucault lidar com o historiar. Uma melhor explicação dessa utilização só vai ser dada no texto “Nietzsche, a genealogia e a história”⁶⁵; para ele “A genealogia restabelece os

⁵⁷ O exemplar utilizado aqui de *Vigiar e punir* foi a edição mais recente, até então, a 36ª edição que teve a tradução de Raquel Ramallete e que está citada na íntegra na bibliografia final do trabalho. Sempre que se julgou necessário tomou-se o texto em seu idioma original *Surveiller et punir: naissance de la prison*, publicado pela editora Gallimard em 2006 que detém os direitos de publicação desde sua primeira impressão. Como as diferenças entre a obra traduzida e a em francês são muito pequenas e não apresentaram mudanças significativas nos termos centrais para esse trabalho, optou-se por fazer as citações em português.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 26.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Ibidem. p. 27.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem. p. 31. (Grifo nosso)

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 1979. p. 15-37.

diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo causal das dominações.”⁶⁶

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhe à evolução de uma espécie, ao destino de um povo.⁶⁷

A concepção histórica que inventa o panoptismo tem suas bases na forma genealógica de refletir sobre o passado. A discussão especificamente sobre esta forma de história será retomada mais adiante, porém se faz necessário compreender que a ponta de lança que leva ao projeto panóptico tem suas bases nesse historiar.

Antes de chegar ao panóptico, Foucault percebeu as condições que puderam produzir a emergência do panoptismo. Para isso, ele faz da história das prisões uma minuciosa investigação das relações de poder incididas sobre o corpo do prisioneiro. Na primeira parte ele vai tratar do corpo supliciado e quais formas de poder ele se liga:

Sofrimento, confronto e verdade estão ligados uns aos outros na prática da tortura; trabalham em comum o corpo do paciente. A investigação da verdade pelo suplício do “interrogatório” é realmente uma maneira de fazer aparecer um indício, o mais grave de todos – a confissão do culpado; mas é também a batalha, é a vitória de um adversário sobre o outro que “produz” ritualmente verdade. A tortura para fazer confessar tem alguma coisa de inquérito mas tem também de duelo.⁶⁸

A hipótese foucaultiana é de que o suplício, para além de ser um teatro do poder do soberano, é também um duelo onde o corpo sujeitado é o caminho para a verdade; o duelo consiste em o carrasco retirar deste a verdade que esconde. Não é apenas a mão do soberano que se confunde com a do carrasco, mas a própria ideia de verdade que tem suas marcas forjadas na anatomia do corpo supliciado.

A tortura judiciária, no século XVIII, funciona nessa estranha economia em que o ritual que produz a verdade caminha a par com o ritual que impõe a punição. O corpo interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E do mesmo modo que a presunção é solidariamente um elemento de inquérito e um fragmento da culpa, o

⁶⁶ Idem. p. 23.

⁶⁷ Ibidem. p. 21.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 42.

sofrimento regulado da tortura é ao mesmo tempo uma medida para punir e um ato de instrução.⁶⁹

Há, então, um deslocamento fundamental, pois percebe-se como o corpo, na concepção do suplício, é o lugar da verdade, mas também o suplício é a punição em ação, a presunção da culpa legitima o início da punição através da tortura que evidencia a verdade. Como um ciclo que ao mesmo tempo em que produz a verdade do crime também pune e, dessa forma, na punição se confirma a verdade do crime.

O ciclo está fechado: da tortura à execução, o corpo produziu e reproduziu a verdade do crime. Ou melhor, ele constitui o elemento que, através de todo um jogo de rituais e de provas, confessa que o crime aconteceu, que ele mesmo o cometeu, mostra que o leva inscrito em si e sobre si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos da maneira mais ostensiva. O corpo várias vezes supliciado torce a realidade dos fatos e a verdade da informação, dos atos de processo e do discurso do criminoso, do crime e da punição.⁷⁰

O suplício como forma de punição tem então uma função jurídico-política, funcionando como um tipo de cerimônia que reconstitui o poder do soberano, outrora lesado, através de um ritual público. Este tipo de execução está ligado a toda uma série de outros rituais públicos que também servem de restauração do poder soberano com, por exemplo, a coroação, a entrada do rei numa cidade conquistada, supressão de súditos revoltados.⁷¹ O crime que, de alguma forma, levantou-se contra o soberano, é punido aos olhos de todos com força, e sua finalidade é manter a dissimetria entre o súdito e o soberano através força.

Diferentemente do que se imaginava na história do direito penal, Foucault defende que a mudança dessa forma de punição para uma menos violenta não se dá por uma humanização das punições, ou menos ainda, por uma evolução do ordenamento jurídico, mas estaria associada a uma série de disputas, de relações de poder que em um dado momento mudam, pois a própria criminalidade muda por razões complexas.

Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o

⁶⁹ Idem. p. 43.

⁷⁰ Ibidem. p. 47.

⁷¹ Ibidem. p. 49.

deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas.⁷²

O poder de punição sem limites do soberano, que se confunde com o próprio, passa a ser visto como uma disfunção, um excesso centralizador monárquico, o que provoca uma má economia do poder. É entendida como má no sentido de ser custosa demais, pois provoca em seus interlocutores, os súditos, uma rejeição mais do que uma exemplificação. A mudança ocorre exatamente na passagem de uma criminalidade de sangue para uma de fraude, o parricida é punido com o mesmo rigor dos delitos econômicos. Daí um outro desdobramento, já que não se trata de humanizar as punições mas de perceber que crimes diferentes devem ser tratados diferentemente, porém essa “diferença” cria um problema para a justiça da época, pois delega a esta um poder excessivo também.

A má economia do poder e não tanto a fraqueza ou a crueldade é o que ressalta da crítica dos reformadores. Poder excessivo nas jurisdições inferiores que podem – ajudadas pela pobreza e pela ignorância dos condenados – negligenciar as apelações de direito e mandar executar sem controle sentenças arbitrárias; poder excessivo do lado da acusação à qual são dados quase sem limites meios de prosseguir, enquanto que o acusado está desarmado diante dela, o que leva os juízes a ser, às vezes severo demais, às vezes, por reação, indulgentes demais; poder excessivo para os juízes que podem se contentar com provas fúteis se são “legais” e que dispõem de um liberdade bastante grande na escolha da pena; poder excessivo dado à “gente do rei”, não só pela relação aos acusados, mas também aos outros magistrados; poder excessivo enfim exercido pelo rei pois ele pode suspender o curso da justiça, modificar suas decisões, cassar os magistrados, revogá-los ou exilá-los, substituí-los por juízes por comissões real.⁷³

Diante desse quadro

A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhada em seus efeitos; enfim, que aumentem os efeitos diminuindo o custo econômico (ou seja, dissociando-o do sistema da propriedade, das compras e vendas, da venalidade tanto dos ofícios quanto das próprias decisões) e seu custo político (dissociando-o do arbitrário do poder monárquico).⁷⁴

Essa forma de entender o poder como eminentemente relacional, ou seja, uma coisa que circula, que só funciona em cadeia, que jamais está localizada em um ou outro lugar, ou está

⁷² Ibidem. p. 75.

⁷³ Ibidem. p. 77.

⁷⁴ Ibidem. p. 78.

nas mãos de alguém, jamais é apossada como uma riqueza ou um bem⁷⁵, possibilita uma outra leitura da reforma penal.

A reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder, do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas. E se foi outra coisa que o resultado provisório de um encontro de pura circunstância, é porque entre esse superpoder e esse infrapoder se estendia uma rede de relações.⁷⁶

As razões da reforma penal que ocorreram no século XVIII são muitas e não são fruto de um processo de humanização: se faz necessário mudar o objetivo da punição assim como sua escala e para isso definir novas táticas para atingir um alvo mais tênue. Novas técnicas que ajustem as punições aos efeitos provocados por ela, que produzam princípios universais de regularização de castigo e com isso diminuam seu custo econômico e político aumentando sua eficácia, ou seja, constituam uma nova economia e tecnologia do poder de punir.⁷⁷

A humanização que foi levantada como bandeira da reforma penal e defendida pelos reformadores baseia-se numa série de regras⁷⁸ que “suavizam” as punições através de uma economia calculada do poder de punir.

Mas elas exigem também um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos.⁷⁹

Um dos pontos cruciais da reforma penal foi encontrar para um determinado crime o castigo que melhor lhe convém, fazer da punição uma desvantagem que desestimule a idéia de um delito, sem utilizar o suplício tal qual o circense ato de execução no picadeiro ocupado pelo carrasco e o punido. O jogo de poderes agora requer “*constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculo que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder.*”⁸⁰

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2002. p. 35.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 84.

⁷⁷ Idem. p. 86.

⁷⁸ Foucault descreve detalhadamente cada uma delas e suas implicações, ele cita ao menos 6: *regra da quantidade mínima; regra da idealidade suficiente; regra dos efeitos laterais; regra da certeza perfeita; regra da verdade comum; regra da especificação ideal.*

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 97.

⁸⁰ Idem. p. 100.

Foucault comenta que três grandes modelos concorreram para dar resposta às prerrogativas da reforma, ou melhor, três maneiras de organizar o poder de punir: a primeira que ainda estava em funcionamento, assentada no direito monárquico; e outras duas que estão ligadas a uma concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir que pertence a sociedade inteira. Porém elas são diferentes entre si, pois “*no projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeito de direito; utiliza sinais, conjuntos codificados de representações...*”⁸¹ No outro onde se tem as instituições carcerárias “*a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com traços que deixa, sob forma de hábitos, no comportamento.*”⁸² Estes modelos são formas de lidar com o exercício do poder de punir, tecnologias de poder.

Segundo o pensador, o modelo que vai prevalecer é o terceiro, substituindo o modelo “*representativo, cênico, significante, público, coletivo*”⁸³ por um “*coercitivo, corporal, solitário, secreto*”.⁸⁴ Ele se pergunta: “*Por que o exercício físico da punição (e que não é o suplício) substituiu, com a prisão que é seu suporte institucional, o jogo social dos sinais de castigo, e da festa bastarda que os fazia circular?*” A resposta é a disciplina. Porém essa resposta requereu maiores explicações, tais como: quais os caminhos que levaram o autor à disciplina? Ele defende que houve durante o século XVIII “*uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder*”⁸⁵, reconhecendo que não foi a primeira vez que isso aconteceu, atenta para o fato de, entretanto, muitas coisas serem novas nessas técnicas de controle do corpo. Este passou a ser trabalhado detalhadamente, exercendo-lhe uma coerção sem folga, mantendo-o no nível da mecânica dos movimentos.⁸⁶

Esse controle implicou numa coerção ininterrupta, constante e mais preocupada com os processos da atividade física que com os resultados, e sendo exercido com uma codificação que esquadrinhou o tempo, o espaço e os movimentos.⁸⁷ Ele explica: “*Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem um relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplina’.*”⁸⁸

⁸¹ Ibidem. p. 126.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem. p. 127.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem. p. 132.

⁸⁶ Ibidem. p. 132-133.

⁸⁷ Ibidem. p. 133.

⁸⁸ Ibidem.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, e está nascendo; ela define como se pode ter domínios sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.⁸⁹

Dentro dessa argumentação já se começa a desenhar as idéias que mais adiante serão utilizadas para invenção do panoptismo, pois é a mecânica do corpo enquanto “anatomia política” que permite entender o panóptico ampliado. Além disso, disciplina é um dos pontos fulcrais do projeto de Bentham, que é também uma maquinaria do poder que otimiza relações de sujeição. Otimiza no sentido de tornar o exercício de “docilização” menos custoso enquanto ortopedia social. Entretanto essa invenção não é súbita, pelo contrário é complexa e perceptível de maneira pulverizada, está nas filigranas das idéias em disputa, nas condições de possibilidade que permitem sua implementação ou não.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primarias; investidas lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar.⁹⁰

Foucault analisou como essa disciplina foi se tornando uma força diferentemente do que se imagina, já que não tolhe, cerceia, inibe, mas sim produz. Produz na acepção de que constrói individualidades, comportamentos e saberes a partir dos corpos que controla. Ao comentar sobre as mudanças disciplinares adotadas nos treinamentos militares do século XVIII, ressalta como “*as disciplinas, organizando ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelece ligações operatórias*”⁹¹ E essa disciplina também deve ser compreendida como um tipo de

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem. p. 134.

⁹¹ Ibidem. p. 142.

aparelho que aprimora o exercício em relação ao tempo, transformando-o em mais uma maquinaria do corpo.

Porém ele se coloca duas questões: a que se deve esse sucesso da disciplina que fabrica indivíduos? Por que essa técnica específica de poder que toma indivíduos como objeto e instrumento de exercício funciona?⁹² A resposta conferida é a seguinte: “*O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.*”⁹³ Com essa resposta parece ficar muito claro que Foucault está se referindo ao panóptico, pois é o plano arquitetural que fisicamente combina: olhar hierárquico (a torre central donde se observa sem ser visto), a sanção normalizadora (mas do que criar no indivíduo a sensação de observação deve observar e punir), e o exame (que produz o saber a ser aplicado ao próprio prisioneiro).

“*O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam*”⁹⁴ O panóptico é o dispositivo que eleva a vigilância hierárquica ao seu limite de aplicabilidade próxima à perfeição, no sentido de obedecer a essa composição da disciplina.

O aparelho disciplinar perfeito capacita um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. Foi o que imaginara Ledoux ao construir *Arc-et-Senans*: no centro dos edifícios dispostos em círculo e que se abriam todos para o interior, uma lata construção devia acumular as funções administrativas de direção, policiais de vigilância, econômicas de controle e verificação, religiosa de encorajamento à obediência e ao trabalho; de lá viriam todas as ordens, lá seriam registradas todas as atividades, percebidas e julgadas todas as faltas; e isso imediatamente, sem quase nenhum suporte a não ser uma geometria exata. Entre todas as razões do prestígio que foi dado, na segunda metade do século XVIII, às arquiteturas circulares, é preciso sem dúvida contar esta: elas exprimiam uma certa utopia política.⁹⁵

A vigilância é decisiva, pois ao mesmo tempo em que produz disciplina, pela observação e repreensão em caso de falta, também é uma engrenagem física que proporciona uma economia na aplicação da relação de poder. Foucault mostra como num tratado de 1790 “A

⁹² Ibidem. p. 164.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem. p. 165.

⁹⁵ Ibidem. p. 167

vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo um peça interna no aparelho de produção, e uma engrenagem específica do poder disciplinar”⁹⁶ A contribuição mais significativa da vigilância hierárquica é tornar o poder disciplinar num sistema integrado, ligado ao interior da economia e aos fins do dispositivo onde é exercido.

Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: ficais perpetuamente fiscalizados.⁹⁷

Seguindo a tríade do poder disciplinar, tem-se a sanção normalizadora, pois na essência de todo sistema disciplinar funciona um pequeno mecanismo penal. A função desse mecanismo penal é sancionar, direcionando o certo, o permitido dentro daquele regime de poder, e também reprimir o considerado errado por esse mesmo sistema de validação. Como se as disciplinas estabelecessem uma “infrapenalidade”; quadriculando um espaço vazio deixado pelas leis; qualificando e reprimindo um conjunto de comportamentos que escapam aos grandes sistemas de punição por serem relativamente insignificantes.⁹⁸

Em suma, a arte de punir, no regime de poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionando os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto.⁹⁹

Uma relação argumentativa é estabelecida ao mesmo tempo em que Foucault está descrevendo essa forma de punição associada ao poder disciplinar, como também descreve as funcionalidades do panóptico, daí sua inter-relação que permite falar em panoptismo. A sanção normalizadora, que pune as micro-falhas oriundas das “infrapenalidades” estabelecidas pela disciplina é a conduta desviante do indivíduo não “docilizado” pelo poder panóptico.

⁹⁶ Ibidem. p. 169.

⁹⁷ Ibidem. p. 170.

⁹⁸ Ibidem. p. 171.

⁹⁹ Ibidem. p. 176.

Para fazer com que o poder da disciplina normalizante funcione é necessário um outro instrumento, um que afira, separe, produza, individualize, este sendo identificado como exame.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível.¹⁰⁰

O exame nas relações disciplinares liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder, mas para isso pressupõe certos mecanismos, que dentro da engrenagem da disciplina tem o seu efeito duplicado, pois produz informação para melhor aplicação desta, assim como é melhor aplicado por ser disciplinado.

Foucault arrola ao menos três mecanismos: 1) *“O exame investe a economia da visibilidade no exercício do poder: tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual a exhibe.”*¹⁰¹ O poder disciplinar se exerce tornando-se invisível, mas impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatório, o exame essa cerimônia de observação;¹⁰² 2) *“O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias.”*¹⁰³ O exame sustenta uma rede de anotações escritas, sendo constituída de documentos que captam e fixam comportamentos, produzindo assim um sistema de registros intensos e de acumulação documentária;¹⁰⁴ 3) *“O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um ‘caso’: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder.”*¹⁰⁵ O caso é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e em sua própria individualidade, mas é também o indivíduo que tem que ser treinado e retreinado, classificado, normalizado,

¹⁰⁰ Ibidem. p. 177.

¹⁰¹ Ibidem. p. 179.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem. p. 181.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 183.

excluído, diferentemente da casuística anterior exemplificada na jurisprudência que qualificavam um ato e podiam modificar a aplicação de uma regra.¹⁰⁶

Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente.¹⁰⁷

A disciplina, enquanto tecnologia de poder, é o componente que permite falar em panoptismo, autoriza uma invenção para entender o passado diferentemente do que se fazia até então, ela produz o indivíduo pelo conhecimento que se pode ter dele. O regime de vigilância-sanção-exame mais do que ser apenas uma articulação presente no projeto de Bentham, é uma forma social de estabelecimento do poder, este sempre relacional.

No capítulo III (da terceira parte – *O panoptismo*) Foucault articula as idéias que apresentou até então e em seguida as costura como panoptismo, ele abre o capítulo dando como exemplo a descrição de um regime de quarentena numa cidade pestilenta do século XVII.

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. A ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões; a da doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições.¹⁰⁸

A figura da quarentena é a aplicação da mecânica no poder disciplinar, incluindo seus aspectos de vigilância, sanção e exame, mas também é um mecanismo que obedece às demandas de sua época, mais do que isso, respondem representando uma forma de poder.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 183-184.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 187-188.

Essa identificação é significativa, pois Foucault, ainda antes de descrever o panóptico, afirma: “*O panóptico de Bentham é arquitetura dessa composição*”¹⁰⁹ e assim o descreve:

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz, e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.¹¹⁰

A “armadilha” da visibilidade é, para o pensador, produtora do efeito mais importante, criar uma sensação de observação contínua.

Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar um relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores.

Ao produzir essa interpretação do projeto de Bentham, Foucault está simultaneamente produzindo uma exemplificação para sua argumentação e abrindo espaço para se tornar possível falar em panoptismo como uma marca de determinada época. Para ele “*O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.*”¹¹¹ Essa idéia é basilar, pois o panóptico enquanto dispositivo, ao dissociar a relação ver-ser visto otimiza o exercício do poder disciplinar num patamar antes não alcançado. O dispositivo é importante,

...pois automatiza e desvincula o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos.¹¹²

A mudança técnica que o panóptico representa também é o que o diferencia em relação ao gerenciamento do poder disciplinar, pois permite, por exemplo, que qualquer indivíduo, uma vez ocupando sua torre central, exerça o poder disciplinar. O olhar, além de

¹⁰⁹ Ibidem. p. 190.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem. p. 191.

¹¹² Ibidem.

ampliado, permite um conhecimento não especializado para ser operacionalizado, como também fabrica efeitos homogêneos de poder por funcionar independente da capacidade de seu gestor.

Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina [panóptica]: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que tem o prazer em espionar e em punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.¹¹³

A associação entre visibilidade e poder é uma peça chave para entender a importância dada por Foucault ao projeto de Bentham.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fazê-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição

O deslocamento do panóptico ao panoptismo começa a acontecer nesse momento pois, para Foucault, as características do panóptico tornam-no capaz de uma generalização de utilização; mais do que isso, fazem com que o princípio para o qual foi inicialmente pensado seja ampliado. Sua aplicação serve a qualquer situação que necessite vigiar, examinar, catalogar, disciplinar. Seguindo as indicações de Bentham, Foucault afirma:

O panóptico, também, faz um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças; nos doentes, observar os sintomas de cada um, sem que a proximidade dos leitos, a circulação dos miasmas, os efeitos do contágio misturem os quadros clínicos; nas crianças, anotar os desempenhos (sem que haja limitação ou cópia), perceber as aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas e, em relação a uma evolução normal, distinguir o que é “preguiça e teimosia” do que é “imbecilidade incurável”; nos operários, anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço, e, se são pagos por dia, calcular seu salário em vista disso.¹¹⁴

¹¹³ Ibidem. p. 192.

¹¹⁴ Ibidem. p. 193.

Porém, para o autor existem outros aspectos que estão implicados no que o panóptico possibilita, para além de distinguir, observar, classificar, anotar as aptidões, o panóptico também

pode ser utilizado como uma máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. Ensinar simultaneamente diversas técnicas aos operários, estabelecer qual é a melhor. Tentar experiências pedagógicas...¹¹⁵

Sendo assim: “*O panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O panóptico pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos.*”¹¹⁶ Por conta dos seus mecanismos de observação a eficácia e a capacidade de inserção no comportamento crescem vertiginosamente, “*um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.*”¹¹⁷

Para Foucault, o panóptico, conjuntamente com a quarentena da cidade pestilenta, é a configuração duma transformação na disciplina entendida como uma tecnologia de poder. O panóptico é um modelo generalizável de funcionamento mas, mais do que isso, é uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens.¹¹⁸ Isso faz do panóptico um divisor, pois marcou o imaginário durante mais de dois séculos, porém não deve ser compreendido apenas como um edifício:

É o diagrama de um mecanismo de poder levado a sua forma ideal: seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico. [...] É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se trate de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.¹¹⁹

¹¹⁵ Ibidem. p. 193.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem. p. 194.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem. p. 194-195.

O argumento apresentado muda a forma de pensar o panóptico, ele deixa de ser um esquema apenas arquitetural para ser um intensificador de poder que serve a muitas finalidades. Ele assegura uma economia geral: em material, pessoal e tempo. Tem uma eficácia maior que outros projetos, pois é preventivo, seu funcionamento além de simples é mecânico. “É uma maneira de obter poder”¹²⁰ Sua importância é reiterada por Foucault:

Uma espécie de “ovo de Colombo” na ordem da política. Ele é capaz com efeito de vir se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo); de aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela; de constituir um mecanismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma proporção direta entre o “mais-poder” e a “mais-produção”. Em suma fez com que o exercício do poder não se acrescente de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que se investe, mas que esteja nelas presente bastante sutilmente para aumentar-lhe a eficácia aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio.¹²¹

O panóptico foucaultiano é uma máquina de fazer ver, é uma espécie de câmara escura em que se vigia os indivíduos, um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira.¹²² “O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação torna-se aí uma função generalizada.”¹²³

Não por acaso Foucault persiste na função “generalizadora”, essa propriedade de amplificação do panóptico vai ser uma das condições de possibilidade que permite falar em panoptismo.

O panóptico tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espelhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar.¹²⁴

O poder proporcionado dentro do esquema panóptico longe de ser pesado, custoso, proibitivo, tolhedor ele é eficaz. Daí ele coloca algumas questões: como isso acontece? Qual a diferença dessa modalidade de exercício de poder para outros?

¹²⁰ Ibidem. p. 195.

¹²¹ Ibidem. p. 195-196.

¹²² Ibidem. p. 196.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Ibidem. p. 197.

A solução do panóptico para esse problema é que a majoração produtiva do poder só pode ser assegurada se por um lado ele tem possibilidade de se exercer de maneira contínua nos alicerces da sociedade, até seu mais fino grão, e se, por outro lado, ele funciona fora daquelas formas súbitas, violentas, descontínuas, que estão ligadas ao exercício da soberania.¹²⁵

Aos olhos de Foucault, o panóptico de Bentham tem duas contribuições que o transformam em um princípio geral, uma de natureza teórica e outra de ordem prática:

Ao nível teórico, Bentham define outra maneira de analisar o corpo social e as relações de poder que o atravessam; em termos de prática, ele define um processo de subordinação dos corpos e das forças que a utilidade do poder deve majorar fazendo a economia do Príncipe. O panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objetivo e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina.¹²⁶

Essa é a passagem em que Foucault anuncia a sua invenção, que foi articulada anteriormente: para o filósofo o panoptismo como princípio geral de uma nova “anatomia política” é uma rede de dispositivos. Novamente fazendo uma leitura do projeto de Bentham ele afirma: “*Bentham sonha fazer delas [disciplinas] uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção.*”¹²⁷ Foucault acrescenta que: “*O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ela programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares.*”¹²⁸

A invenção é também entender o panoptismo como uma outra forma de disciplina, e Foucault faz isso descrevendo as duas:

Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o *panoptismo*, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que esta por vir. O movimento que vai de um projeto a outro, de um esquema da disciplina de exceção ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação história: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar a grosso modo de

¹²⁵ Ibidem. p. 197.

¹²⁶ Ibidem. p.

¹²⁷ Ibidem. p.

¹²⁸ Ibidem. p. 197-198.

sociedade disciplinar. Realizou-se uma generalização disciplinar, atestada pela física benthaminiana do poder, no decorrer da Era Clássica.¹²⁹

Com o panoptismo, essa disciplina-mecanismo, além da generalização desse tipo de exercício de poder, muda processos mais profundos, muda as formas de se fazer da própria disciplina. Segundo Foucault podem se constatar três grandes mudanças:

1) *A inversão funcional das disciplinas*: originalmente cabia-lhes principalmente neutralizar perigos, fixar as populações inúteis ou agitadas, evitar os inconvenientes de reuniões muito numerosas; agora se lhes atribui (pois se tornam capazes disso) o papel positivo de aumentar a utilidade possível dos indivíduos.¹³⁰

2) *A ramificação dos mecanismos disciplinares*: enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplinas se multiplicam, seus mecanismos têm uma certa tendência a se desinstitucionalizar, sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e circular em estado “livre”; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar.¹³¹

3) *A estatização dos mecanismos de disciplina*: na Inglaterra, foram grupos privados de inspiração religiosa que, muito tempo, realizaram as funções de disciplina social. Na França, se uma parte desse papel ficou nas mãos das sociedades de patronatos ou de auxílios, outra – e sem dúvida a mais considerável – foi muito cedo ocupada pelo sistema policial.¹³²

Dessas três mudanças apontadas pode-se perceber que a disciplina não é uma instituição propriamente dita, assim como não é um aparelho estatal “*ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicações, de alvos; ela é um ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia.*”¹³³

Outra ruptura provocada por essa forma de fazer história, essa invenção do panoptismo, é não lidar com uma idéia de progresso como se uma determinada forma de disciplina tivesse substituído outra.

Não que a modalidade de disciplina de poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-se às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-se entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os

¹²⁹ Ibidem. p. 198. (grifo nosso)

¹³⁰ Ibidem. p. 198.

¹³¹ Ibidem. p. 199.

¹³² Ibidem. p. 201.

¹³³ Ibidem. p. 203.

elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.¹³⁴

Sendo assim, Foucault apresenta um reformador chamado Julius¹³⁵ que escreve alguns anos após o projeto de Bentham, 1831, e o entende como a comprovação do nascimento dessa sociedade onde o panoptismo é o modelo em voga.

Foucault diz isso porque Julius também vê no panóptico um acontecimento na “história do espírito humano” – “*Aparentemente, não passa da solução de um problema técnico; mas através dela se constrói um tipo de sociedade.*”¹³⁶ Foucault acrescenta ainda que:

Julius via como um processo histórico cabalmente realizado o que Bentham descrevera como um programa técnico. Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância: sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás de grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os círculos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos.¹³⁷

Entretanto, com isso não se nega as outras dimensões dos processos históricos que igualmente estão acontecendo, concomitantemente a “*formação dessa sociedade disciplinar está ligada a um certo número de amplos processos históricos no interior dos quais ela tem lugar: econômico, jurídicos-políticos, científicos e etc.*”¹³⁸

Estes processos são divididos pelo filósofo em três, o primeiro de razão econômica, pois torna o exercício do poder o menos custoso possível, pela parca despesa que acarreta; liga enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce, em suma faz crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.¹³⁹

As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro”. Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e

¹³⁴ Ibidem. p. 204.

¹³⁵ JULIUS, N. H. *Leçons sur les prisons*, trad. francesa. 1831. p. 384-386.

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2009. p. 204.

¹³⁷ Idem. p. 205.

¹³⁸ Ibidem. p. 206.

¹³⁹ Ibidem.

como tal deve-se entender não só “produção” propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército)¹⁴⁰

O segundo processo histórico mencionado por Foucault é o jurídico-político, pois “a modalidade panóptica de poder – ao nível elementar, técnico, humildemente físico em que se situa – não está na dependência imediata nem no prolongamento direto as grandes estruturas jurídico-políticas de uma sociedade; ela não é entretanto absolutamente independente”¹⁴¹ O próprio pensador explica melhor essa relação dando novamente as condições de possibilidade em que essa historicidade se estabelece.

A forma jurídica geral que garantiu um sistema de direitos em princípio igualitário era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos, físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente desigualitário e assimétrico que constituem as disciplinas. E se, de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente, com ou sem revezamento, a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais jurídicas. O contrato podia muito bem ser imaginado como fundamento ideal do direito e do poder político; o *panoptismo* constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção.¹⁴²

Pois,

Por regular e institucional que seja, a disciplina, em seu mecanismo, é um “contradireito”. E se o juridismo universal da sociedade moderna parece fixar limites aos exercício dos poderes, seu *panoptismo* difundido em toda a parte faz funcionar, ao arrepio do direito, uma maquinaria ao mesmo tempo imensa e minúscula que sustenta, reforça, multiplica a assimetria dos poderes e torna vãos os limites que lhe foram traçados.¹⁴³

O terceiro processo histórico mencionado é o tecnológico, ele comenta que “tomados um a um, a maior parte desses processos tem uma longa história atrás de si.”¹⁴⁴ Porém as disciplinas atravessam um limiar tecnológico quando, no século XVIII, “atingem o nível a partir do qual formação de saber e majoração de poder se reforçam regularmente segundo

¹⁴⁰ Ibidem. p. 207.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem. p. 209. (grifo nosso)

¹⁴³ Ibidem. p. 210. (grifo nosso)

¹⁴⁴ Ibidem. p. 211.

um processo circular.”¹⁴⁵ A tecnologia física do panóptico é a mecânica científica que permite ao poder mudar a codificação de punir para um poder disciplinar.

E para voltar ao problema dos castigos legais, a prisão com toda a tecnologia corretiva de que se acompanha deve ser recolocada aí: no ponto em que se faz a torção do poder codificado de punir, em um poder disciplinar de vigiar; no ponto que os castigos universais das leis vêm aplicar-se seletivamente a certos indivíduos e sempre aos mesmos; no ponto em que a requalificação do sujeito de direito pela pena se torna treinamento útil do criminoso; no ponto em que o direito se inverte e passa para fora de si mesmo, e em que o contradireito se torna o conteúdo efetivo e institucionalizado das formas jurídicas. O que generaliza então o poder de punir não é a consciência universal da lei em cada um dos sujeitos de direito, é a extensão regular, é a trama infimamente cerrada dos processos panópticos.¹⁴⁶

O panoptismo como invenção formulada a partir do panóptico é uma forma de historiar onde o poder não localizado é visto numa mecânica corpuscular, generalizável e que permite entender uma dada temporalidade e, para além disso, permite perceber o começo de uma determinada forma de sociedade.

Nesse sentido, uma distinção é fundamental: a diferença entre a noção de começo e origem que está alicerçada na forma genealógica de pensar história, retirada de Nietzsche, não citado diretamente em *Vigiar e punir*, mas constantemente remetido em seu jargão. Foucault fez essa diferenciação no *Nietzsche, a genealogia e a história*¹⁴⁷

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.¹⁴⁸

Essa formas de historiar, segundo Foucault, ensina a rir das solenidades de origens¹⁴⁹, sendo assim “o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor, esta marca quase apagada que não saberia enganar um olho, por pouco

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 1979. p. 15-37.

¹⁴⁸ Idem. p. 17-18.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 18.

histórico que seja;”¹⁵⁰ O panoptismo é também a aplicação dessa prática de historiar; ele não buscou o início fundador, mas procurou entender as condições de possibilidades de uma época, condições estas que se ligavam ao poder disciplinar, à economia dos corpos, ao ordenamento jurídico em transformação, à técnica física representada pelo panóptico.

O recuo no tempo, iniciado pela descrição da punição através do suplício, em que simultaneamente vai se metamorfoseando até possibilitar o panoptismo, é uma forma de historiar diretamente ligada à genealogia:

A genealogia não pretende recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimentos; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhe à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. [...] é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.¹⁵¹

O olhar genealógico do panoptismo “*restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentimento, mas o jogo causal das dominações.*”¹⁵² O panóptico é “*a emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude.*”¹⁵³ Uma concepção de história como esta é muito mais sutil e microcós mica, seus interesses estão direcionados para as relações de poder, é um modelo de história efetiva, como Foucault explica:

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento. [...] É preciso compreender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência que a

¹⁵⁰ Ibidem. p. 20.

¹⁵¹ Ibidem. p. 21.

¹⁵² Ibidem. p. 23.

¹⁵³ Ibidem. p. 24.

todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior.¹⁵⁴

A genealogia retorna a três modalidades da história, mas as retoma metamorfoseando-as: “a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber.”¹⁵⁵ O panóptico encarna e simultaneamente constitui essa forma de lidar com o historiar, sua historicização dá-se na medida em que, visto como panoptismo, como demolidor de monumentos, associado e mudando em relação às formas disciplinares anteriores, constitui uma invenção do passado que procura dar conta de algumas transformações da vontade de verdade sobre o corpo, sobre os indivíduos.

Numa entrevista de outubro de 1973 – *Sobre o internamento penitenciário* –, anterior à publicação de *Vigiar e punir*, anterior ao texto sobre a genealogia e a história, e pouco posterior às suas conferências no Rio de Janeiro, (*A verdade e as formas jurídicas*), Foucault assim descreve o panóptico de Bentham:

O sonho de Bentham, o *panóptico*, no qual um único indivíduo poderia vigiar todo mundo, é, no fundo, penso eu, o sonho, ou melhor, um dos sonhos da burguesia (porque esta sonhou muito). Esse sonho ela realizou. Ela talvez não o tenha realizado sob a forma arquitetural que Bentham propunha, mas é preciso lembrar-se do que Bentham dizia sobre o panóptico: é uma forma de arquitetura, é claro, mas é sobretudo uma forma de governo; é uma maneira para o espírito exercer o poder sobre o espírito. Ele via no panóptico uma definição das formas de exercício do poder. Aproximem o texto de Bentham, que é de 1787, da apresentação do Código Penal por Treilhard, em 1810, na França: Treilhard apresenta o poder político como uma espécie de panóptico realizado nas instituições. Ele diz: o olho do imperador vai poder chegar até os recantos mais obscuros do Estado. Pois o olho do imperador vigiará os procuradores-gerais, e os procuradores-gerais que vigiarão todo mundo. Assim, não haverá mais nenhuma zona de obscuridade no Estado. Todo mundo será vigiado. O sonho arquitetural de Bentham tornara-se uma realidade jurídica e institucional no Estado napoleônico que, aliás serviu de modelo a todos os Estados do século XIX. Direi que a verdadeira mudança foi a invenção do panoptismo. Vivemos em uma sociedade panóptica. Têm-se estruturas de vigilância inteiramente generalizadas das quais o sistema penal, o sistema judiciário são uma peça assim como a prisão, por sua vez, também o é; estruturas de vigilância das quais a psicologia, a psiquiatria, a criminologia, a sociologia, a psicologia social são os efeitos. É ali, nesse panoptismo geral da sociedade, que se deve reinserir o nascimento da prisão.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Ibidem. p. 28.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 37.

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. Sobre o internamento penitenciário. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 71-72.

O panoptismo é uma generalização do panóptico, é também um complexo grupo de reordenação de ideias, estas uma vez rearranjadas permitem pensar a disciplina de forma diferente, possibilitam entender a reforma penal de maneira distinta, inventam uma forma de ver o passado. Essa concepção que inventa o panoptismo é uma historiar genealógico que antes de ser apenas uma interpretação do passado é uma intrincada investigação de como foi possível começar determinadas relações de poder sem estabelecer entre elas, necessariamente, uma relação de causalidade. O panoptismo como composição do passado é o desenrolar de uma forma de ver a história, um tipo de fazer histórico que dialoga com outras formas de fazer história, a publicação de *Vigiar e punir*, como dito, provoca reações as mais diversas desde elogios até as críticas mais contundentes.

4. O historiar do panoptismo e os historiadores

Em 1976, a historiadora Michelle Perrot proferiu uma conferência sobre a história das prisões em 1848, na Assembléia Geral da *Société d'Histoire de la Révolution de 1848*, sociedade esta presidida por outro historiador, Maurice Agulhon. Dessa reunião surgiu a iniciativa de realizar uma série de estudos sobre o sistema penitenciário no início do século XIX, reunidos e publicados no *L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*, reunidos por Michelle Perrot e publicados em 1980. Nessa publicação consta um artigo escrito por Jacques Léonard em 1976 por ocasião do lançamento de *Vigiar e punir*: o título é *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*.¹⁵⁷ Esse artigo é o início de uma debate que na época ficou muito conhecido pois foi um dos primeiros, se não o primeiro, a questionar o historiar de Foucault. Além disso, Léonard também polemizou o posicionamento que os historiadores tinham diante dos escritos de Foucault que alternavam entre a admiração e a irritação. Entretanto, o artigo é ainda mais significativo porque foi dos que Foucault se prontificou a responder, o que completa o diálogo entre os intelectuais, mas também evidencia o posicionamento dos seus interlocutores.

¹⁵⁷ LÉONARD, Jacques. *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*. In: PERROT, Michelle. *L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*. 1980. p. 9-26.

Os comentários de Léonard são elogiosos de maneira geral, vendo Foucault como um historiador que os historiadores têm interesse de escutar¹⁵⁸, porém ele critica contundentemente algumas questões quanto ao historiar de Foucault. Segundo Léonard, Foucault “*percorre três séculos a rédea solta, como um cavaleiro bárbaro*”¹⁵⁹, pois “*exagera a racionalização e a normalização da sociedade francesa na primeira metade do século XIX.*”¹⁶⁰ Para Léonard, é difícil entender se se “*descreve uma maquinaria ou se ele denuncia uma maquinação*”¹⁶¹, ele duvida das conclusões a que se pode chegar ao levar a cabo o projeto de Foucault “*Disciplinados, verdadeiramente, o povo francês do século XIX? Como explicar então as revoltas, insurreições, revoluções, as doutrinas subversivas, o romantismo?*”¹⁶² A forma argumentativa adotada por Léonard é significativa, pois ele formula um tipo de historiador imaginário em anteposição ao filósofo, se questionando sobre as formas de Foucault historiar. Segundo Léonard “*O século XIX dos historiadores não é um mecanismo de submissão, nem um complô maquiavélico, mas uma junção de lutas políticas e sociais articuladas.*”¹⁶³

Léonard coloca em oposição à normalização maciça a poeira dos fatos, no sentido em que a forma de Foucault fazer história não dá conta da poeira dos fatos, como dá a história dos historiadores, dos “pequenos fatos verdadeiros”; ao invés disso, trataria de grandes idéias vagas. Um dos exemplos para essa afirmação é o panóptico:

Poder-se-ia continuar assim por muito tempo, levantando a poeira dos fatos concretos, contra a tese da normatização massiva. O próprio símbolo do panóptico, monumento racional e instrumento de monitoramento, mereceria outras atenuações. O autor admite, de resto, que este plano não foi realizado com freqüência. Muitas das prisões do século XIX são anteriores a 1791. Aquelas que foram reconstruídas após 1830, geralmente não correspondem à concepção de Bentham; elas não serviram de modelo a outras instituições. Se muitas casernas, colégios, hospitais e prisões da primeira parte do século XIX de fato se parecem, é porque eles ocupam freqüentemente edifícios conventuais, secularizados pela Revolução, ou porque seus arquitetos copiaram o modelo monástico.¹⁶⁴

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibidem. p. 11. <<M. Foucault parcourt trois siècles, à bride abattue, comme un cavalier barbare.>>

¹⁶⁰ Ibidem. <<M. Foucault exagère la rationalisation et la normalisation de la société française dans la première moitié du XIX^e siècle.>>

¹⁶¹ Ibidem. p. 14. <<on ne sait pas très bien si M. Foucault décrit une machinerie ou s’il denonce une machination.>>

¹⁶² Ibidem. p. 16. <<Discipliné vraiment, le peuple français du XIX^e siècle? Comment expliquer alors les révoltes, insurrections, révolutions, les doctrines subversives, le romantisme quarante-huitard, et tout ce que Léon Daudet fustigera dans le “stupide XIX^e siècle”?>>

¹⁶³ Ibidem. <<Le XIX^e siècle des historiens n’est pas un mécanisme d’écrasement, ni un complot machiavélien, mais un ensemble de lutas politiques et sociales articulées.>>

¹⁶⁴ Ibidem. p. 13. << On pourrait continuer ainsi longtemps, en soulevant la poussière des faits concrets, contre la thèse de la normalisation massive. Le symbole du Panopticon lui-même, monumente rationnel et instrument

Foucault responde a Léonard num texto também publicado na coletânea de Michelle Perrot (*L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*) que tem o título de *La poussière et le nuage*¹⁶⁵, publicado em português como *A poeira e nuvem*.¹⁶⁶ Ele chama a atenção para o estereótipo construído por Léonard: historiador X filósofo, cavaleiro virtuoso da exatidão X doutor do conhecimento inesgotável, “os pequenos fatos verdadeiros contra as grandes idéias vagas: a poeira desafiando a nuvem.”¹⁶⁷ Apesar das proposições Foucault reconhece três questões que servem “de ponto de partida para um debate: 1) Da diferença de procedimento entre a análise de um problema e o estudo de um período. 2) Do uso do princípio de realidade em história. 3) da distinção a ser feita entre a tese e o objeto de uma análise.”¹⁶⁸

Sobre a primeira reflexão, a forma de lidar com o período estudado, cavaleiro bárbaro segundo Léonard, a resposta de Foucault é uma provocação: “Os especialistas de cada período, tal como crianças bochechudas que se acotovelam em torno de um bolo de aniversário, foram equitativamente tratados?”¹⁶⁹ Para ele esses questionamentos sobre a periodização são equivocados, pois seu intuito é estudar um problema:

- 1) Trata-se de estudar a aclimação, no novo regime penal, de um mecanismo punitivo, imediatamente convocado a se tornar dominante. Isso quanto ao *objeto*.
- 2) Trata-se de explicar um fenômeno, cuja manifestação primeira e mais importante se situa nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do século XIX. Isso quanto ao *tempo* forte da análise.
- 3) Trata-se, enfim, de verificar se essa dominância de encarceramento e a aceitação de seu princípio se mantiveram bem, mesmo na época das primeiras grandes constatações de fracasso (1825-1835). Isso quanto aos *limites* últimos da análise.¹⁷⁰

Para o filósofo existe um descompasso entre a sua forma de historiar, investigar um problema, e o que Léonard presume que seja o feito por ele, o estudo de um período.

de surveillance, mériterait d'autres atténuations. L'auteur admet du reste que ce plan n'a pas été souvent réalisé. Beaucoup de prisons du XIX^e siècle sont antérieures à 1791. Celles qui ont été reconstruites après 1830 ne répondent généralement pas à la conception de Bentham; elles n'ont pas servi de modèles à d'autres établissements. Si beaucoup de casernes, de collèges, d'hôpitaux et de prisons du premier XIX^e siècle se ressemblent effectivement, c'est parce qu'ils occupent souvent des Bâtiments conventuels, sécularisés par la Révolution, on parce que leurs architectes ont copié le modèle monastique.>>

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *La poussière et le nuage*. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. 1980. p. 29-39.

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *A poeira e a nuvem*. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 323-334.

¹⁶⁷ Idem. p. 323-324.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 324.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 325.

¹⁷⁰ Ibidem.

Para quem, de fato, gostaria de estudar um *período*, ou ao menos uma instituição durante um dado período, duas regras entre outras se imporiam: tratamento exaustivos de todo o material e equitativa repartição cronológica do exame. Quem, em contrapartida, quer tratar de um *problema*, surgido em um dado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados. [...] Só se podem denunciar as “ausências” em uma análise quando se compreendeu o princípio das presenças que nela figuram.¹⁷¹

O segundo ponto, ou o princípio da realidade histórica, ou se os franceses são ou não obedientes, Foucault responde afirmando que: “*a intenção refletida, o tipo de cálculo, a ratio de que se lançou mão na reforma do sistema penal, quando se decidiu introduzir nele, não sem modificação, a velha prática do internamento. Trata-se, em suma, de um capítulo na história da ‘razão punitiva’.*”¹⁷² Suas pesquisas estão com outras preocupações e respondendo a outra ordem de exigências: o princípio do encarceramento penal obedecia a qual cálculo? O que se esperava dele? Sobre quais modelos se apoiava? A que forma de pensamento ela estava referida?¹⁷³

A que exigências deveria então responder uma análise histórica da razão punitiva no final do século XVIII?

- 1) Não construir o quadro de tudo o que se pode saber hoje sobre a delinquência nessa época; [...] Em suma, fixar pontos de ancoragem de uma estratégia.
- 2) Determinar por que tal estratégia e tais instrumentos táticos foram escolhidos, de preferência sobre tais outros. É preciso, portanto, inventariar os domínios que puderam informar sobre tais escolhas.
- 3) Determinar, enfim, quais efeitos de retorno se produziram: o que, dos inconvenientes, desordens, prejuízos, conseqüências, imprevistas e incontroladas, foi percebido, e em que medida esse “fracasso” pôde suscitar uma reconstrução da prisão.¹⁷⁴

O terceiro ponto, ou problema da estratégia, ou o objeto de uma análise e a tese, Foucault diz que o historiador imaginário de Léonard cometeu dois erros grosseiros: um referente à leitura do texto e outro ao sentido das palavras.¹⁷⁵ Primeiro ele aponta os erros de leitura:

¹⁷¹ Ibidem. p. 326-327.

¹⁷² Ibidem. p. 327.

¹⁷³ Ibidem. p. 328.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 328-329.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 331.

“O aparelho disciplinar produz poder”; “pouco importa quem o exerce”; o poder “tem seu princípio em uma certa distribuição combinada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares”: nenhuma dessas frases constitui minha concepção pessoal do poder. Todas, e da maneira mais explícita, descrevem projetos ou manejos, concebidos ou ajustados, com seus objetivos e o resultado que deles se esperava: em particular, trata-se do que Bentham esperava do panóptico, tal como ele próprio o apresentou (que se queria reportar ao texto citado: sem nenhum equívoco possível, é a análise do programa benthaminiano).

Em seguida ele aponta como Léonard confundiu o sentido de suas palavras ao não compreender a diferença entre a tese do livro e o seu objeto. Ele aponta que a tese central do livro não é a automaticidade do poder, nem a mecânica vista nos dispositivos disciplinares, estes são o seu objeto, mais precisamente, a forma como tal poder seria possível e almejável no século XVIII.¹⁷⁶

Estudar a maneira como se quis racionalizar o poder, como se concebeu, no século XVIII, uma nova “economia” das relações de poder, mostrar o papel importante que nele ocupou o tema da máquina, do olhar, da vigilância, da transparência etc., não é dizer nem que o poder é uma máquina, nem que tal idéia nasceu maquinalmente. É estudar o desenvolvimento de um tema tecnológico que acho importante na história da grande reavaliação dos mecanismos de poder no século XVIII, na história geral das técnicas de poder e, mais globalmente ainda, das relações entre racionalidade e exercício do poder, importante também no nascimento de estruturas institucionais próprias às sociedades modernas, importante enfim para compreender a gênese ou o crescimento de certas formas de saber, com as ciências humanas, em particular.¹⁷⁷

Os questionamentos de Léonard e as respostas de Foucault são importantes porque dão a dimensão de como o livro foi recebido, mas principalmente por indicar como foi lido entre os historiadores, não por acaso a figura do genérico historiador imaginário. Dessa leitura ressaltam-se críticas que parecem ir das expectativas frustradas que os historiadores têm ao ver uma forma de historiar que não é de “história”, mas produz um discurso historiográfico. O próprio Foucault diz isso “*não sou historiador no sentido estrito do termo; mas os historiadores e eu temos em comum um interesse pelo acontecimento.*”¹⁷⁸ Ele lida com seu objeto de maneira diferente. Para além da acidez das respostas dadas às suas críticas, é possível perceber como se está diante de um processo de praticar história de maneira

¹⁷⁶ Ibidem. p. 332.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 333.

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. Diálogos sobre o poder. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 257.

diferente. E a diferença é estabelecida pelo seu crítico, pouco importando “poeira” ou a “nuvem”, apenas fazendo com que surja uma outra possibilidade de lidar com um objeto histórico.

Não se trata com isso de ver uma revolução na forma de fazer a história, embora haja quem defenda isso,¹⁷⁹ mas de mostrar como a construção foucaultiana do panoptismo é complexa e requer uma análise mais cuidadosa, que investigue as relações disciplinares dentro das condições da sociabilidade de poder que ela inicia e legitima. As objeções de Léonard visam, entre outras coisas, como é possível falar em panóptico como símbolo, como monumento racional e instrumento de monitoramento, sem atenuações?¹⁸⁰ Com isso mostrava uma leitura pouco atenta ou equivocada, não compreendendo a diferenciação entre o problema abordado e o período estudado.

Em 20 de maio de 1978, Foucault é novamente convidado a participar de discussões sobre *Vigiar e punir* e sua forma de fazer história, e debater também sobre sua discussão com Jacques Léonard numa mesa-redonda¹⁸¹ com a participação de vários historiadores. Estavam presentes nessa mesa-redonda: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Gosses, Jacques Léonard, Pascal Pasquino, Michelle Perrot, Jacques Revel.

As perguntas dirigidas a Foucault foram divididas em quatro grandes blocos: 1) Por que a prisão?; 2) “Acontecimentalizar”; 3) O problema das racionalidade; 4) O efeito anestésico. Essa divisão obedece, sobretudo, aos rumos que o debate com Léonard tomou.¹⁸² Logo no início de sua resposta, Foucault faz questão de minimizar divergências entre campos e diminuir as polêmicas entre historiadores e filósofos, dizendo que não quer que tomem o que ele diz como universal, afirmando que propõe “ofertas de jogo” para qualquer um que possa se interessar, não sendo suas afirmações dogmáticas. “*Meus livros não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo fragmentos filosóficos em canteiros históricos*”¹⁸³

¹⁷⁹ Paul Veyne dedica um trabalho muito interessante sobre isso, mas que não será aqui abordado pelo interesse em foco evidenciado na transformação do panóptico em panoptismo. VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. 1995. p. 149-181.

¹⁸⁰ LÉONARD, Jacques. L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. 1980. p. 13.

¹⁸¹ FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 335-351.

¹⁸² Refere-se aqui aos dois textos já citados anteriormente - *L'historien et le philosophe* – de Léonard e – *A poeira e a nuvem* – de Foucault.

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 336.

Em seguida começa respondendo ao primeiro bloco de perguntas – Por que a prisão? – dizendo que “*Em primeiro lugar, porque ela foi bastante negligenciada até então nas análises.*”¹⁸⁴ Uma segunda motivação foi “*retomar o tema da genealogia da moral, mas segundo o fio das transformações do que se poderia chamar de ‘tecnologias morais’.*”¹⁸⁵ Uma terceira motivação foi um fato contemporâneo a ele: as prisões e alguns aspectos da prática penal estavam sendo postas em questão em países como França, Estados Unidos, Inglaterra e Itália.¹⁸⁶ Afirma como uma quarta motivação o fato de estar interessado nas práticas:

Neste trabalho sobre as prisões, assim como em outros, o alvo, o ponto de ataque da análise, eram não as “instituições”, não as “teorias” ou uma “ideologia”, mas as “práticas” – e isto para captar as condições que, em um dado momento, as tornam aceitáveis: a hipótese sendo a de que os tipos de práticas não são apenas comandados pela instituição, prescritos pela ideologia ou guiados pelas circunstâncias – seja qual for o papel de uns e de outros –, mas que eles têm, até certo ponto, sua própria regularidade, sua lógica, sua estratégia, sua evidência, sua “razão”.
[...] Quis, portanto, fazer a história não da instituição prisão, mas da “prática de aprisionamento”. Mostrar sua origem ou, mais exatamente, mostrar como essa maneira de fazer, muito antiga, é claro, pôde ser aceita em um momento como peça principal no sistema penal. A ponto de aparecer como uma peça inteiramente natural, evidente, indispensável.¹⁸⁷

Na resposta de Foucault existe um tipo de demarcação de território que quer se distanciar de determinadas práticas de historiar, talvez mais próximas ao marxismo, porém o mais significativo é seu posicionamento em favor de uma genealogia: “*Não se trata, portanto, de reencontrar uma continuidade escondida, mas de saber qual é a transformação que tornou possível essa passagem tão apressada.*”¹⁸⁸

A segunda parte das perguntas, “Acontecimentalizar” o eixo das questões, se volta para a prática de Foucault, para forma como ele lidou com suas análises, em como isso incomodou aos historiadores, em como suas análises estariam oscilando entre um hiper-racionalismo e uma sub-racionalidade. Inicialmente ele expõe qual a sua idéia de “acontecimentalização”, que

consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 337.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 338.

¹⁸⁸ Ibidem.

que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação causal.¹⁸⁹

Esse efeito de “desmultiplicação” tem, ao menos, três contribuições significativas para se compreender a forma de historiar foucaultiana e sua invenção do panoptismo. As acepções são: “*analisar o acontecimento segundo os processos múltiplos que o constituem.*”;¹⁹⁰ “[...] *construir, em torno do acontecimento singular analisado como processo, um ‘polígono’, ou melhor, ‘poliedro de inteligibilidade’, cujo número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado como legitimamente concluído.*”;¹⁹¹ “*implica, portanto, um polimorfismo crescente, à medida que a análise avança*”¹⁹² Essa forma quebra uma relação com um eixo central condutor de historicidade; o que se tem nesse processo são muitas relações diversas, muitas linhas de análise.¹⁹³

Na terceira parte, *problemas da racionalidade*, as questões giram em torno de como Foucault resolve as mudanças das práticas, das tecnologias, dos regimes de produção do verdadeiro e do falso.¹⁹⁴ Esta parte da discussão interessa principalmente porque Foucault ali explica como entende o panóptico:

Por um lado, sua elaboração responde a toda uma série de práticas ou de estratégias diversas: assim, a pesquisa de mecanismos eficazes, contínuos, bem avaliados que é, com toda certeza, uma resposta à inadequação entre as instituições do Poder Judiciário e as novas formas da economia, da urbanização etc.; ou ainda a tentativa, muito sensível em um país como a França, de reduzir o que havia de autonomia e de insalubridade na prática judiciária e no pessoal de justiça, em relação ao conjunto do funcionamento do Estado; ou ainda a vontade de responder ao aparecimento de novas formas de delinquência etc. [...] É inteiramente exato que os delinquentes foram recalcitrantes a toda a mecânica disciplinar das prisões; é inteiramente exato que a maneira mesma como as prisões funcionavam nos prédios improvisados em que foram construídas, com os diretores e os guardas que as administravam, fazia delas caldeirões de bruxas ao lado da bela mecânica benthamiana.¹⁹⁵

Ele abandona formas acabadas de entendimento do passado como verdadeiro e falso, e passa a problematizá-las como historicamente localizadas. O panóptico não precisa ter sua execução

¹⁸⁹ Ibidem. p. 339.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Ibidem. p. 340.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem. p. 341.

¹⁹⁴ Ibidem. p. 343.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 345.

complementada, mas interessa entender como se constituíram os regimes de verdade que o permitiram.

Essas programações de conduta, esses regimes de jurisdição/veredicto não são projetos de realidade que fracassam. São fragmentos de realidade que induzem esses efeitos de real tão específicos, que são aqueles da divisão do verdadeiro e do falso na maneira como os homens se “dirigem”, e se “governam”, se “conduzem” eles próprios e os outros.¹⁹⁶

Na última parte da mesa-redonda, *O efeito anestésico*, Foucault é questionado se sua forma de lidar com as rupturas das evidências e como acontecem, não teriam, por exemplo, um efeito anestésico sobre educadores penitenciários. Ele reconhece que talvez o que tenha dito no livro tenha sim o efeito anestésico, entretanto precisa ser localizado para quem.

Se julgo pelo que disseram as autoridades psiquiátricas francesas, se julgo pela corte de direita que me acusava de me opor a qualquer poder, e a esquerda que me designava como “última muralha da burguesia”, se julgo pelo bravo psicanalista que me aproximava de Hitler de *Mein Kampf*, se julgo pelo número de vezes em que, há 15 anos, fui “autopsiado”, “enterrado” etc., pois bem tenho a impressão de ter tido sobre muita gente um efeito mais irritador que anestésico.¹⁹⁷

Em seguida comenta uma pergunta sobre se os historiadores não estariam também anestesiados; de pronto a resposta é uma suposição, se os historiadores não estariam, isto sim, irritados. E, nesse momento, ele especula: “*Talvez porque meu problema não é construir algo novo ou validar o já feito. Talvez porque meu problema não é propor um princípio de análise global da sociedade. E é nisto que meu projeto era, de partida, diferente daqueles dos historiadores.*”¹⁹⁸ Provocações a parte, Foucault põe uma questão para os historiadores muito interessante, “*fazer a história da ‘objetivação’ desses elementos considerados pelos historiadores como dados objetivamente (a objetivação das objetividade, se ousar dizer), é este tipo de círculo que gostaria de percorrer.*”¹⁹⁹

O panoptismo é também uma história da objetivação da disciplina, uma construção saída de um plano objetivo, o panóptico, para uma história dos regimes de validação que autorizaram ou não um determinado discurso. Independentemente de sua realização, o panóptico interessa por fazer ver quais foram e como foram possíveis os regimes de disciplina

¹⁹⁶ Ibidem. p. 346.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 348.

¹⁹⁸ Ibidem. p. 350.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 351.

na sua emergência. Como ele mesmo afirmou, não se estabeleceu uma forma universalizável de pensar sobre e com a história; mas a invenção do panoptismo, de um Foucault leitor de Bentham, pode servir como uma caixa de ferramentas a ser utilizada em outras propostas de historiar.

Em uma entrevista de maio de 1975, *Diálogo sobre o poder*²⁰⁰, concedida a estudantes de Los Angeles, Foucault trata de Bentham, do panóptico e do panoptismo. Em resposta ao questionamento se estaria em condições de elaborar um modelo de poder no que concerne ao sistema penitenciário ele diz:

De fato, acho que encontrei a figura que dá conta desse tipo de poder, desse sistema de poder. Uma descrição bastante exata me foi dada pelo panóptico de Bentham. [...] No final do século XVIII, a sociedade instaurou um modo de poder que não se fundamentava sobre a exclusão – é ainda o termo que se emprega –, mas sobre a inclusão no interior de um sistema no qual cada um devia ser localizado, vigiado, observado noite e dia, no qual cada um devia ser acorrentado à sua própria identidade. Vocês sabem que Bentham sonhou com a prisão ideal – que dizer, o tipo de prédio que pudesse ser tanto um hospital como uma prisão, um asilo, uma escola ou uma usina. [...] Acho que o panóptico representa uma espécie de motivo mitológico de um tipo de sistema de poder: aquele ao qual nossa sociedade recorre nos dias de hoje.²⁰¹

Encontrar essa figura, esse motivo mitológico de um sistema de poder vai além de uma constatação, é encontrar uma forma de descrever a ascensão de um dado regime de poder disciplinar que estava em disputa numa dada temporalidade.

Questionado se a obra de Bentham teria sido uma influência própria ou se era uma influência mais geral que se exercia sobre o discurso científico, Foucault afirma amplitude do projeto, enfatizando o caráter abrangente e em certa medida paranóico que tinha o plano arquitetural de Bentham.

Bentham, é claro, teve uma influência considerável, e os efeitos dessa influência se fazem sentir de maneira direta. Por exemplo, a maneira como se pôde construir e administrar prisões na Europa e nos Estados Unidos é diretamente inspirada em Bentham. [...] Se é verdade que um sonho como o de Bentham, um projeto tão paranóico exerceu influência considerável é porque, no mesmo momento, se assistia, em toda a sociedade, à instalação de uma nova tecnologia do poder. Esta se manifestava, por exemplo, no novo sistema de vigilância que se instaurava no exército, na maneira como, nas escolas, as crianças eram expostas, todos os dias, ao olhar de seu professor.

²⁰⁰ FOUCAULT, Michel. Diálogos sobre o poder. In: **Ditos & escritos IV**. 2003. p. 253-266.

²⁰¹ Idem. p. 255.

Tudo isso estava sendo instaurado no mesmo momento, e o conjunto do processo se encontra no sonho paranóico de Bentham.²⁰²

Talvez se possa contestar se “o sonho paranóico” de Bentham de fato o é, mas sua ramificação e expansão o são. A forma de pensar historicamente de Foucault desmascara a condição de uma certa história do presente, no sentido em que o autor remete, repetidas vezes, aos possíveis desdobramentos do panoptismo em sua contemporaneidade. Porém a forma de articular seus argumentos para inventar uma forma de explorar o passado em relações antes não estabelecidas torna-se muito coerente em sua construção.

²⁰² Ibidem. p. 263.

Capítulo II: História do panóptico

Ninguém é totalmente indiferente à felicidade e desgraça de outros. A primeira tem uma tendência natural a produzir prazer, e a segunda, dor. Isto é algo que cada qual pode verificar em si mesmo.

(David Hume, *Uma investigação sobre os princípios da moral*, p. 85)

A noção do panóptico retomada por Foucault pode ser tratada como uma invenção, pois, mais do que comentar ou utilizar a concepção proposta por Bentham, tem-se uma ampliação das suas formulações; de um plano arquitetural, físico, concreto para uma chave hermenêutica de entendimento numa dada temporalidade. Foucault está interessado em investigar que tipo de condições propiciaram a racionalidade constitutiva do panóptico e, para além disso, como essa forma de entendimento permite falar em panoptismo mais do que em panóptico. Nesse sentido cabe entender quais foram as escolhas feitas por Foucault, e para entender isso é necessário ver o que foi deixado de lado e o que foi incluído, mais precisamente, ver o que Foucault selecionou para a construção.

Para tentar entender essa invenção é preciso abordar a idéia do panóptico de Jeremy Bentham, ou seja, levar em consideração os fatores externos de sua elaboração, a contextualização de sua emergência. Essa contextualização pode ser subdividida em duas: uma preocupada com as vivências do pensador, de ordem quase biográfica, e outra que busca os seus interlocutores intelectuais, contra quem o intelectual poderia estar argumentando.

Há ainda uma outra forma de estudar as idéias do panóptico, que seria a de compreender os elementos internos utilizados por seu pensador: como ele construiu sua argumentação, articulou as idéias e projetou o panóptico. Também pode ser feita uma subdivisão dessa forma de investigação: uma preocupada diretamente com os argumentos, isto é, quais autores ele faz referência, como faz e a que construções chega, e outra que visa perceber os argumentos do autor dentro de um panorama mais amplo por meio dos diálogos com teóricos.

Essa investigação pode tornar possível perceber as múltiplas facetas da invenção de Foucault, o panoptismo, sendo assim fundamental entender sua primeira formulação com Bentham. O panóptico foi um projeto arquitetural criado por Jeremy Bentham, no século

XVIII; e para entender as formulações e demandas que o tornaram possível, é essencial retomar o caminho desse projeto.

1. O panóptico

A invenção do panoptismo por Foucault obedece a uma trajetória filosófica que está preocupada com um historiar próprio, porém as preocupações de seu inventor, Jeremy Bentham, não são as mesma escolhidas e ressaltadas por Foucault. Tentar entender o que Bentham propunha à luz de sua historicidade e mesmo a crítica que recebeu de seus contemporâneos é fundamental para perceber as nuances da invenção realizada por Foucault. O intuito é entender a construção do panóptico em conjunto com o universo teórico de Jeremy Bentham, estabelecendo relações com os teóricos do século XVIII, os principais pensadores, idéias centrais e interlocutores. O panóptico é problematizado a partir das condições de possibilidade da obra de Bentham, da mesma forma como foi feito com Foucault. As cartas escritas da Rússia, os pós-escritos, a carta endereçada à França, serão vistas, mas o serão estabelecendo padrões de intenção junto à obra de Bentham e o debate então em voga.

1.1 As cartas

No momento do nascedouro do modelo panóptico, os debates sobre a prisão estavam vivos nas sociedades que queriam uma reforma no seu ordenamento penal. Havia motivações para se considerar o encarceramento prisional inadequado. Primeiro, impedia o poder judiciário de controlar e verificar a aplicação da lei, antes vista em local público. Segundo, a prisão misturava os condenados, podendo fabricar um exército de inimigos interiores ao próprio governo. Terceiro, fornecia abrigo, roupas, comida e freqüentemente trabalho, garantindo melhor destino para os presos do que para alguns operários da época, podendo gerar atração de delinquentes. Quarto, as pessoas presas terminariam fadadas à criminalidade

pelos hábitos e infâmia adquiridos no processo que os levava à prisão e os aprendidos no período do cárcere.²⁰³

Foucault afirma que para superar estes entraves uma vantagem se sobressai, a de que a prisão produz a figura discursiva da delinquência, esta entendida no constituinte de uma prática. Segundo ele, a produção deste instrumento de controle e pressão sobre o ilegalismo não pode ser negligenciado para entender o exercício do poder sobre os corpos. Elaborar-se um elemento físico do poder, o panóptico, que sucinta a psicologia do sujeito. Psicologia esta da sujeição do controle disciplinar.²⁰⁴ O panóptico de Bentham é o modelo, segundo Foucault, que consegue superar estes problemas.

O panóptico, descrito nas cartas, é o seguinte:

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser de celas. Essas celas são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por partições, na forma de raios que saem da circunferência em direção ao centro, estendendo-se por tantos pés quantos forem necessários para se obter uma cela maior. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. [...] Cada cela tem, na circunferência que dá para o exterior, um janelas, suficientemente larga não apenas para iluminar a cela, mas para, através dela permitir luz suficiente para a parte correspondente do alojamento. A circunferência interior da cela é formada por uma grade de ferro suficientemente fina para não subtrair qualquer parte da cela da visão do inspetor.²⁰⁵

Um aparelho arquitetural sustentado por toda uma estrutura de isolamento de cada preso onde nem mesmo a preocupação com os dejetos escapa. Cria-se também um sistema de tubos de lata que liga a torre central a cada cela, para o inspetor ter acesso sonoro em cada uma delas e disciplinar o preso. Sistema esse abandonado posteriormente por não encontrar uma saída em que o inspetor também não fosse ouvido pelos presos. Todo processo de construção é minuciosamente explicado dando inclusive a medida em “pés” para a construção.²⁰⁶ Este modelo pode ainda ter uma variável de construção de duas torres panópticas para possíveis exigências no sistema carcerário dado o volume de presos, para que não se diminuísse a vigilância.

²⁰³ FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva (1972-1973)**, In: **Resumos dos Cursos do Collège de France**. p. 29-30.

²⁰⁴ Idem. p. 42-43.

²⁰⁵ BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. 2000. Carta II. p. 18.

²⁰⁶ Idem. Carta III. p. 20-23.

A parte essencial do plano é a centralidade, combinada com o dispositivo eficaz para ver sem ser visto. Para tal, a forma do edifício mais apropriada é a circular.

Você ficará satisfeito em observar que, embora o ponto mais importante seja, talvez, o de que as pessoas a serem inspecionadas devam sempre sentir-se como se estivessem sob inspeção, essa não é de forma alguma, a única possibilidade [...] O que é também de importância é que, para a máxima proporção de tempo possível, cada homem deve realmente estar sob inspeção. [...] Não apenas isso, mas quanto maior for a probabilidade de que uma determinada pessoa, em um determinado momento, esteja realmente sob inspeção, mais forte será a persuasão – mais intenso, se assim posso dizer, o sentimento que ele tem de estar sendo inspecionado.²⁰⁷

A idéia é fixar o inspetor, se necessário com sua família, para aumentar o poder de observação, onde qualquer um o exerce seja por laços familiares, necessidade de função ou mesmo curiosidade individual de observação.

A vantagem do plano é a “aparente onipresença” combinada com a extrema facilidade de sua real presença.²⁰⁸ O que implica em diminuição na quantidade de pessoal, sem diminuição da inspeção. O controle dos subalternos também é amplificado, estando esses expostos ao controle do inspetor-mor, assim como os prisioneiros. Evitando excessos da parte desses subordinados para com os presos e respondendo a inquietante pergunta de “Quem guarda os próprios guardas?”. Outro benefício é facilitar a visita e/ou inspeção dos juízes e outros magistrados, com melhor visualização e diminuição dos riscos de infecção, associando à disciplina. O grau de confiança nesse sistema permite inclusive a abertura para visitas de quaisquer pessoas que desejem observar o funcionamento da instituição, bem como os benefícios realizados por ela na correção do preso.

As casas penitenciárias se apresentam como sendo uma custódia segura. Daí a aplicabilidade dessa forma arquitetural aumentar o grau de segurança, pois para sair desse sistema de observação contínua seria necessário reunir forças na tentativa de organizar uma fuga. Como não há contato entre os prisioneiros, ou pouquíssimo, e a vigilância é ininterrupta, garante-se a segurança efetiva. Esse lugar de confinamento passa a ser muito eficiente.²⁰⁹

A aplicação desse modelo leva o indivíduo à solidão, necessária para a sua reabilitação e o mantém constantemente segregado mesmo quando se recebe os benefícios dos serviços religiosos. Concepção religiosa associada à reforma protestante do final do século XVIII, e de grande força na Grã-Bretanha. Com o edifício circular isso seria feito dentro da distância de

²⁰⁷ Ibidem. Carta V. p. 25.

²⁰⁸ Ibidem. Carta VI. p. 26.

²⁰⁹ Ibidem. Carta VII. p. 29-30.

observação, evitando brigas, conspirações e fugas eventuais.²¹⁰ À medida que esse corpus vai sendo disciplinado, suas funções podem ser utilizadas socialmente. Bentham comentou de maneira técnica e pormenorizada como empregar a força de trabalho prisional na aplicação das mais diversas tarefas. O argumento busca convencer da lucratividade de investimentos que pode ser obtido ao se investir num corpo prisional disciplinado e eficiente para trabalhar na produção de comerciantes que venha a contratá-los. Tema este abordado, ao mencionar sobre contratos a serem firmados e a defesa de transparência pública na administração do sistema de inspeção.²¹¹

Bentham discute qual o ofício mais vantajoso, no qual deveria ser empregada esta mão-de-obra, subdividindo-a em quatro grandes categorias: trabalhadores capazes, bons, promissores e inúteis. Em seguida, é posta a prova a idéia de reforma do indivíduo, observando o debate sobre se deve ou não permitir que o preso trabalhe num ofício que goste, já que se poderia entender o trabalho também como uma penitência. Dessa forma, o preso não poderia trabalhar em algo que lhe fosse agradável, por esse não ser um método eficiente para reformar o caráter do indivíduo. Deveriam ser estabelecidas, inclusive, comissões de julgamento para discutir essa tarefa.²¹²

Em seguida Bentham, comenta em quais ofícios podem trabalhar os presos. A preocupação é fazer com que essa escolha não tenha uma interferência nociva no mercado de mão-de-obra, nem funcione como uma divisão do trabalho que proporcionaria uma quebra em eventuais ciclos de produção na Inglaterra.²¹³ Ele também fala sobre a autoridade posta em prática pelos controladores dessa mão-de-obra. A preocupação é que estes não exerçam sua dominação de forma excessiva, o que provocaria um problema, mesmo se levando em consideração o fato de a mão-de-obra ser infratora. Esse limite seria feito pensando-se numa possível multa a ser paga por eventuais baixas nessa mão-de-obra, evitando exageros de quem os empregasse. Tudo isso como fruto de um sistema arquitetural que disciplina.²¹⁴ O método para estimular a força produtiva desse trabalhador é o do pagamento de um valor de acordo com seu trabalho, que mesmo sendo inferior ao comumente pago, seria algum tipo de soldo para alguém que, inicialmente, ficaria sem receber remuneração.²¹⁵

No bojo desse processo de associação do preso disciplinado com o trabalho, o debate gira em torno da livre escolha do trabalho; o preso pode adquirir uma habilitação para quando

²¹⁰ Ibidem. Carta VIII. p. 30-31.

²¹¹ Ibidem. Carta IX. p. 31-34.

²¹² Ibidem. Carta X. p. 34-39.

²¹³ Ibidem. Carta XI. p. 39-41.

²¹⁴ Ibidem. Carta XII. p. 42-45.

²¹⁵ Ibidem. Carta XIII. p. 45-47.

sair exercê-la e ainda juntar dinheiro para quando cumprida a pena se reinserir socialmente. E independentemente do destino dado a essa quantia acumulada, lícitos ou ilícitos, fica a função aprendida e uma mão-de-obra barata por ser um ex-presos.²¹⁶

As vantagens obtidas, para o filósofo, em relação à economia pecuniária, ao se implantar a arquitetura da casas de inspeção são inúmeras: diminuição da quantidade de material para construção, pois o tamanho e a estrutura do prédio são menores do que o usualmente utilizado, por conseqüência, o terreno necessário também é menor. A quantidade de mobília segue essa redução. O número de funcionários também vai ser menor. Todo o conjunto panóptico passa a funcionar de maneira mais “enxuta” em termos financeiros e, em sendo aprovada a Lei de trabalhos forçados, poderia funcionar praticamente se auto-sustentando e sua função de fazer com que os prisioneiros “*trabalhem, rezem e sofram*” é assim completada.²¹⁷

O modelo de inspeção benthaminiano também poderia ser aplicado a estabelecimentos de trabalhos forçados que não eram prisões, mas casas de correção, mesmo sendo pensado inicialmente como casas penitenciárias. Seria necessário passar por algumas alterações: substituição de paredes por partições ou cortinas; o refeitório poderia ser coletivo; o dia de descanso como em outras instituições, sem mitigações, não necessariamente para rezar e reformar o indivíduo como na detenção.²¹⁸

As casas penitenciárias do panóptico, poderiam também funcionar como casas de custódia segura. Todavia, como os enquadrados nessa categoria ainda não foram julgados, não poderiam partilhar por antecipação das punições impostas aos “convictos”. Nessa custódia segura, o isolamento não é sustentável e as partições de espaços são desnecessárias. O trabalho forçado para esses pode ser imposto desde que recebam por isso e lhes caiba a escolha do ofício, tendo em vista que sua condenação ou absolvição ainda não foi finalizada.²¹⁹

A aplicação do princípio da inspeção segue também em direção aos negócios da manufatura, que é completamente viável, principalmente se o ali empregado recebe por hora de trabalho. Se centralizaria num figura para presidir, este funcionaria como um centro de observação, o seu escritório ficaria numa parte central e superior para observar sem

²¹⁶ Ibidem. Carta XIV. p. 47-48.

²¹⁷ Ibidem. Carta XV. p. 52.

²¹⁸ Ibidem. Carta XVI. p. 54-56.

²¹⁹ Ibidem. Carta XVII. p. 56-58.

necessariamente ser visto. Poderia assim detectar falhas na organização, má-vontade em produzir e mesmo aqueles que desempenham suas funções com desenvoltura.²²⁰

O princípio de inspeção, depois da utilização nas casas de detenção alcançaria também eficácia na aplicação dos hospícios. A inspeção seria um importante e competente instrumento de controle, no qual a vigilância do insano vem conjuntamente com uma tentativa de discipliná-lo e o isolamento como modelo de regeneração. Essa mesma inspeção evitaria a utilização de correntes e outros tipos de sofrimentos físicos desnecessários a partir desse sistema, e diminuiria os abusos por parte dos que lidam com os insanos.²²¹

Os hospitais também seriam locais onde a implantação desse modelo de inspeção seria aplicável. Para o médico, que em certa medida, necessita ser onipresente para como os seus enfermos, um sistema de comunicação eficiente resolveria essa pretensão. A comunicação se realizaria numa dupla função, pois tanto o médico se comunica com o paciente como este com o médico. Mesmo pronunciando um murmúrio, comum a quem convalesce, o doente seria ouvido. O médico ainda poderia observar se seu remédio esta sendo ministrado nas doses corretas e em tempo hábil. A arquitetura circular ainda proporciona uma minimização de infecções, pois as eventuais infecções que estivessem no ar poderiam se dissipar mais rapidamente dado que se teria uma maior circulação de ar.²²²

Numa carta acrescida posteriormente sobre as escolas, Bentham aplica-lhe o princípio da inspeção. Tem-se, como nas outras aplicabilidades, a benesse da observação que acaba com o problema da “cola” e aprimora o aprendizado da disciplina sem a necessidade de castigo corporal. Contudo, se inicia um debate sobre os efeitos dessa prática nas escolas por não se saber ao certo as conseqüências na educação quando a inspeção se torna extremada. Uma delas seria a possibilidade de formar alunos que reproduziriam o pensamento do professor, dado o alto grau de disciplina. O que poderia ocasionar uma perda de inventividade, proporcionando a formação de pessoas autômatas. A justificativa para esse risco é a finalidade da educação, que é a disciplina, se esta proporciona felicidade não importa as suas conseqüências.²²³ A única ressalva é a segurança a respeito da escolha do mestre, pois sendo esta bem feita, não haveria com o que se preocupar. Assim, como o corpo de uma criança é fruto do de seu pai; a mente é resultado da de seu mestre.

²²⁰ Ibidem. Carta XVIII. p. 58-59.

²²¹ Ibidem. Carta XIX. p. 59-60.

²²² Ibidem. Carta XX. p. 60-63.

²²³ Ibidem. Carta XXI. p. 66.

1.2 Tentativas de construção do panóptico

O projeto do panóptico e sua realização também tem uma historicidade na vida pessoal de Bentham.²²⁴ O panóptico foi pensado para ser mais que um projeto, como mencionado antes, ele visava responder um anúncio para apresentação de projetos para construção de casas de correção em 1786. Com a ajuda do irmão, Jeremy Bentham escreveu as cartas e as enviou para serem impressas e encaminhadas aos interessados no projeto de casa-de-inspeção. Como o pai, Jeremiah, não deu resposta ao seu pedido, decidiu mandar as cartas para um amigo chamado George Wilson.²²⁵

O projeto do panóptico também tem um peso significativo no envolvimento de Bentham com Lord Shelburne, que desde o convite para que fosse trabalhar em seu escritório de Direito em *Lincoln's Inn*, em 1781, tornou-se seu amigo. Esta relação fica demonstrada quando Bentham escreveu uma carta chamada “*Anti-Machiavel*” publicada em 4 de junho de 1789, criticando a política externa do então ministro Pitt. As motivações para estas críticas seriam a amizade de Shelburne, mas além disso, um interesse de Bentham em realizar dois projetos: a reforma das leis e o panóptico. Pois se Shelburne voltasse a ser ministro poderia ajudar Bentham nessa empreitada, ou ainda o próprio poderia se candidatar ao parlamento, com a ajuda do amigo, e tentar realizar seus projetos por conta própria.²²⁶

Shelburne não retornou ao governo, nem Bentham foi escolhido para ser indicado a uma cadeira no parlamento, o que tornou a concretização do panóptico ainda mais difícil. Shelburne indicou *Sir John Jervis* para membro do parlamento deixando Bentham surpreso e indignado. Em agosto de 1790, Shelburne, mandou cópias do panóptico para a Irlanda aos cuidados do chanceler do tesouro, John Parnell. Este recebeu bem o projeto e se disse convencido da importância e utilidade do projeto. Shelburne pediu permissão a Bentham para fazer uma cópia do projeto e uma autorização para sua realização, as duas foram concedidas. Porém o projeto não saiu do papel.²²⁷

²²⁴ As informações de natureza biográfica aqui utilizadas seguiram em larga medida a tese de Rogério Picoli pois, assim como o trabalho de Didier Eribon, tende a fazer um melhor enlace da produção do intelectual com a sua vida particular. Mesmo não sendo um trabalho amplamente conhecido entre os estudiosos de Bentham, ainda assim é o que mais se aproxima de uma forma biográfica que interessa a investigação em curso. Existem outras biografias como, por exemplo a que está nas obras completas de Bentham disponível no *Bentham Project* (acessível on-line), porém a tese de Rogério Picoli nos serve a contento.

²²⁵ PICOLI, Rogério A. **Sobre o governo em Jeremy Bentham: os riscos das partes e o traçado do todo**. Tese de doutorado. 2006. p. 28.

²²⁶ Idem. p. 34-35.

²²⁷ Ibidem. p. 38-39.

Bentham articulou outras formas de colocar em prática o panóptico, solicitando a um amigo chamado Dumont que fizesse uma tradução de parte do panóptico para ser enviado ao parlamento francês. O intuito é sugerir a construção de uma penitenciária nos moldes do panóptico em Paris. A carta de Bentham foi endereçada ao deputado da Assembléia Nacional francesa M. J. Ph Garran em 1791, com o título de *Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões*. No ano seguinte Bentham foi convidado pelo Departamento de Paris para iniciar negociações para construção das instalações panópticas. Entretanto, devido à instabilidade política francesa, que estava no terceiro ano da Revolução Francesa, Bentham recuou diante do convite e disse que não se interessava mais em trabalhar na França.²²⁸

Em 1791, Bentham tentou mais uma vez construir o panóptico propondo ser um contratante-administrador, junto ao governo britânico, para erguer a penitenciária nacional em Londres. Esta proposta foi encaminhada ao primeiro-ministro Pitt, mas antes dela Bentham escreveu dois textos adicionais às vinte e umas cartas, que seriam dois pós-escritos. O primeiro tratava de “*detalhes da construção, mas é também uma reflexão sobre o poder da administração dos presídios, o confinamento em solitária e a natureza da mente criminoso.*”²²⁹ O Segundo “*apresenta sua análise sobre os fins e os meios da punição de acordo com a racionalidade utilitarista, repudiando a idéia de punição como pura vingança.*”²³⁰

O segundo pós-escrito apresenta também o tripé para a administração da prisão: I) lenidade ou brandura no trato; II) severidade; III) economia ou simplicidade. O primeiro garante que a integridade do preso seja mantida. O segundo tem a função de mostrar ao recluso que seu aprisionamento deve ser entendido como um sofrimento. O terceiro garante a preservação da saúde e da vida do preso em condições mínimas para quem está sob punição.²³¹

Sem obter resposta do primeiro-ministro, Bentham buscou alternativas para o projeto. Rogério Picoli comenta que:

Reginald Pole Carew foi quem o auxiliou na tarefa de divulgar a sua proposta para outros membros do parlamento. Bentham conquistou o apoio de Charles Bunbury, presidente da comissão que conduziu os trabalhos de análise do projeto do Hard Labour Bill, cujo resultado foi a decisão de construir a penitenciária. Bentham chegou a contatar George Rose,

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Ibidem. p. 40.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

integrante do tesouro; foi ele quem advertiu Bentham de que Bunbury só se envolveria se o governo se posicionasse. Nenhum dos projetos encaminhados em 1791 trouxe resultados concretos. Numa carta a Pitt, no final de 1791, Bentham solicitou uma resposta a sua carta em janeiro daquele ano.²³²

No decorrer destas tentativas de tirar o panóptico da planta, o pai de Bentham morre em março de 1792, deixando uma herança significativa. Dessa forma, foi garantida autonomia ao filósofo para custear uma vida de conforto e prestígio, condições necessárias para continuar a tentar construir o panóptico. Dois meses depois, Henry Dundas, secretário do interior, solicitou o reenvio do projeto. No ano seguinte, maio de 1793, Bunbury fez um pronunciamento na *Casa dos Comuns*, denunciando as mazelas as quais os presos eram submetidos na deportação e requereu a aprovação do panóptico como forma de minimizar o sofrimento. Em junho do mesmo ano o projeto foi aprovado.²³³

Todavia, ter o projeto aprovado não era sinônimo de sua construção, pois ainda existiam muitas dificuldades burocráticas. Por exemplo, o projeto não estava adequado a uma lei de 1779 que tratava de construções de penitenciárias, além disso, houve uma dificuldade na compra do terreno que o governo havia indicado. Na tentativa de solucionar estas questões, Bentham se propõe a redigir uma nova lei que ficou pronta em fevereiro de 1794, mas o projeto foi rejeitado e obrigado a ser reformulado. No final do mesmo ano o parlamento aprovou o projeto com as alterações. Contudo em 1795, novamente problemas na aquisição do terreno, por conta da valorização oriunda da exploração imobiliária, fez Bentham sugerir um outro local. O novo local sofreu resistência da vizinhança, mas ao final de 1796 haviam sido resolvidas, entretanto a mudança do local levou a uma reformulação na lei de 1794. Uma nova proposta foi enviada para ser autorizada pelo tesouro, e nos primeiros meses de 1797 Bentham buscou a autorização do procurador geral e do promotor-chefe, mas a proposta foi rejeitada. A justificativa utilizada foi a de que a proposta deveria ser mais detalhada para evitar novos problemas.²³⁴

Os consecutivos atrasos na implementação do projeto fez com Bentham procurasse outros meios, primeiro solicitando ser administrador dos esquemas de deportação do rio Tâmesa e depois solicitando um adiantamento ao tesouro para fazer uma penitenciária provisória. As duas alternativas não deram certo, porém em junho de 1798 o relatório da

²³² Ibidem. p. 41.

²³³ Ibidem.

²³⁴ Ibidem. p. 42.

Comissão de Finanças solicitou a realização do contrato e em outubro de 1799 as terras para construção foram compradas.²³⁵

Porém, o Tesouro não aprovou o adiantamento para pagamento das indenizações dos moradores do terreno e exigiu uma estimativa do valor destas. Ao tentar solucionar este problema, Bentham descobriu que o modelo da penitenciária era o dobro do previsto na proposta inicial da lei de 1774, e teria que ter capacidade para 2000 prisioneiros. Afora isto, Bentham realizou uma atualização nos valores da obra pois, havendo se passado seis anos, estavam defasados. O custo da construção era mais que o dobro da proposta inicial e os custos de manutenção também aumentaram, dado que número de presos era maior.²³⁶

O primeiro-ministro Pitt renunciou ao cargo em 1801 e foi formado um novo ministério com a liderança de Henry Addington, que através de Charles Long entrou em contato com Bentham para saber se era possível construir penitenciárias menores. Caso não fosse, seria discutido qual deveria ser o valor da indenização a ser pago para ressarcimento do tempo e recursos investidos por Bentham. Este aceitou fazer presídios menores e enviou uma nova proposta ao novo secretário do interior, Lord Penlham. Não obtendo resposta até 1802 enviou um novo texto ao secretário onde defendia seu projeto e atacava o sistema de deportação. Não obtendo resposta, Bentham acusou a política de encarceramento e deportação praticada como ineficaz, onerosa e inconstitucional.²³⁷

Bentham não obteve resposta até o fim de 1802, e além disto, uma possível guerra contra a França dominava o debate político, em maio de 1803 se confirmou a guerra e as possibilidades do panóptico se encerraram. Em 1812 Bentham recebeu uma indenização do governo para ressarcir o tempo e recurso destinados ao projeto do panóptico.²³⁸

O empenho de Bentham em explicitar e executar o panóptico através desse modelo arquitetural, também tornou o modelo abrangente para toda sociedade. Foucault o interpreta como criador de um tipo de tecnologia do poder, onde a vigilância, ou seja, observação constante e a disciplina assumem papel de fundação. Foucault analisa essa concepção e dá-lhe uma interpretação das conseqüências quando este processo se generaliza infiltrando-se nas mais diversas instâncias e formas sociais.

1.3 Contemporâneos do panóptico

²³⁵ Ibidem. p. 42-43.

²³⁶ Ibidem. p. 43.

²³⁷ Ibidem. p. 44.

²³⁸ Ibidem. p. 45.

Não foi só Foucault que interpretou o panóptico, o historiador Carl E. Schorske, num artigo intitulado *A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli*, argumenta como três pensadores em seguida ao projeto de Bentham, o tomaram como alvo de críticas. Os três autores são: Samuel Taylor Coleridge, Augustus Welby Pugin e Benjamin Disraeli, que escreveram nas décadas de vinte, trinta e quarenta, do século XIX, respectivamente. Essa constatação é um indicativo que o projeto de Bentham, mesmo nunca tendo sido realizado, deixou marcas como o modelo a ser criticado.

O primeiro deles é Samuel Taylor Coleridge, poeta nascido em Londres em 1772, e falecido em 1834, que era também crítico e ensaísta, sendo considerado, ao lado de seu colega William Wordsworth, um dos fundadores do Romantismo na Inglaterra. Publicou alguns poemas em 1796 sem grande reconhecimento, mas em 1798, junto com William Wordsworth, publicou as *Baladas Líricas*. Poemas estes, considerados os precursores do romantismo.

Entre os poemas contidos nas *Baladas Líricas*, sobressaiu-se o longo poema de Coleridge, *The Rime of the Ancient Mariner*. Depois da publicação, ainda em 1796, viajou junto com Wordsworth para a Alemanha. A estadia alemã o levou ao estudo do idioma, mas também, ao interesse pela obra de Immanuel Kant, o qual passou a divulgar quando retornou à Inglaterra. Ainda na Alemanha escreveu também o poema simbólico *Kubla Khan* em 1798, e o poema místico-narrativo *Cristabel* de 1800. Ao retornar aos domínios ingleses escreve “*Dejection: An Ode*” (Melancolia: Uma Ode) e intensificou seus estudos filosóficos.²³⁹

Em 1806 passou a ganhar a vida escrevendo artigos para jornais e realizando palestras. Sem conseguir livrar-se de seu vício do ópio, a partir de 1810 passou a morar na residência do farmacêutico James Gillman, onde terminou seu livro em prosa *Biographia Literária* de 1817. Este consiste numa série de dissertações e notas autobiográficas sobre diversos temas, entre os quais destacam-se suas observações literárias.²⁴⁰

Coleridge publicou ainda outras obras, *Sibylline Leaves* de 1817, *Aids to Reflection* de 1825 e *On the Constitution of the Church and State* de 1829. Depois destas publicações, buscou a republicação de algumas das anteriores. Por volta de 1830, as revisões críticas sobre sua obra lhe eram bem favoráveis e ele passou a ser considerado como um bom crítico literário, embora nunca tivesse alcançado sua independência financeira. Influenciou toda uma geração de novos escritores, como Quincey, Byron e Shelley.²⁴¹

Dos livros mencionados, Carl Schorske, separa *On the Constitution of the Church and*

²³⁹ Essas informações podem ser mais detalhadamente encontradas em: COLERIDGE, Samuel Taylor. *Biographia literaria*. Vol. 1. 2001.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Ibidem.

State, pois foi onde o poeta escreveu sobre teoria constitucional. Nela Coleridge apresentou um organograma das instituições inglesas, da igreja e do Estado, mas com traços medievais adaptados através de lógica e história para modernidade. Na sua estrutura, a classe intelectual é a responsável por preservar e transmitir os valores culturais e ensinar sabedoria para a nação, e recebem o nome de *clerisy*. Ainda segundo Schorske, Coleridge teria se baseado no idealismo alemão, para afirmar que essa classe, *clerisy*, deveriam fazer mais que transmitir e preservar valores. Denunciando, assim, que os intelectuais são a desgraça, doença e degeneração ao invés de serem a força da nação, pois servem à máquina da riqueza. Para Schorske, este posicionamento em relação aos intelectuais é uma afronta a Bentham e seus contemporâneos. O historiador afirma que:

Formado no idealismo alemão, Coleridge encarrega sua *clerisy* da promoção do que deve ser, em contraste com o que é. Lança seus ataques mais encarniçados contra a “teoria mecânico-corpuscular”, a “filosofia mecânica”, termos que usa para a filosofia de Helvetius e de seu discípulo inglês Jeremy Bentham.²⁴²

Os adjetivos utilizados por Coleridge “*teoria mecânico-corpuscular*” e “*filosofia mecânica*” mais do que uma alusão a Bentham, parecem dirigir-se a uma parte muito específica da sua obra, o panóptico. A intenção aqui não é fazer uma defesa de Bentham, mas é indiscutível a presença e relevância deste ao ser objetado tão enfaticamente e censurado. Para além disso, o projeto panóptico reverbera a ponto de ser posto como modelo a ser criticado. O projeto panóptico evidencia as preocupações de uma filosofia moral de Bentham que permeia toda a sua obra, inclusive suas discussões sobre política e suas teorias constitucionais, vistas aqui mais adiante. Contudo os adjetivos empregados parecem ter alvo e a arquitetura panóptica é, no mínimo, um deles. Foucault toma essa relevância dada ao projeto como o indicativo de uma época, uma evidência de temporalidade, daí também a sua invenção, por isso é mais adequado falar em invenção do panoptismo e não do panóptico.

O outro intelectual comentado por Carl Schorske é o arquiteto Augustus Welby Pugin, nascido 1812 e falecido em 1852, também contemporâneo a Bentham, mas já bem mais novo inclusive que Coleridge. Pugin começou seus trabalhos como gravador e designer²⁴³ e ao publicar *Contrasts* em 1836 seria reconhecido como arquiteto.²⁴⁴ Para Schorske, este texto é

²⁴² SCHORSKE, Carl E.. A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. 2000. p. 92.

²⁴³ Este termo ainda não era empregado na época, mas reúne as funções desempenhadas por Pugin, pois entre seus trabalhos, projetava móveis, decoração de espaços no interior de uma casa e a ambientação dos cômodos.

²⁴⁴ Essas informações podem ser mais detalhadamente encontradas em: PUGIN, Augustus Welby Northmore.

um tipo de manifesto mais imoderado da reinvigoração medieval. O título completo da obra é elucidativo sobre a abordagem pretendida pelo autor e da sua idéia de arquitetura; *Contrastes: ou, Um paralelo entre os nobres edifícios da Idade Média e os prédios correspondentes do presente; mostrando a decadência atual de gosto.*

As proposições arquitetônicas de Pugin se concentram em desmerecer planos simples e enaltecer arquiteturas mais rebuscadas, mais comuns durante os séculos anteriores. Ao tratar sobre a argumentação de Pugin, Schorske afirma que:

Pugin defendeu seu argumento com pares de imagens da vida moderna e medieval em seus respectivos cenários espaciais, classificando-as como “caminho certo” e “caminho errado”. Tipos contrastantes de casas para pobres mostram a essência simples de seu argumento. A disciplina repressiva da Nova Lei dos Pobres²⁴⁵ expressa-se na forma geométrica fechada do panóptico de Bentham. O asilo de pobres medieval, ao contrário, é uma confraria de superiores que orientam e seguidores felizes.²⁴⁶

Augustus Welby Pugin entendeu a arquitetura como uma relação autoral que refletia a ética dos construtores, mas diferentemente de Bentham, o belo manifesta o bem e não a utilidade. Contudo, a preferência estética podia ser prontamente legitimada por uma leitura ética e vice-versa. Schorske argumenta que Pugin estava ligado a sua fé católica e por isso integrava a sua ética e estética as formas das igrejas medievais. Seus modelos pictóricos são do século XV e estavam baseados numa apologia à religiosidade desse período, mesmo que ele estivesse vivenciando o século XIX.

Para Pugin, a arquitetura panóptica é um exemplo de erro, sua funcionalidade empobrece, a estética é necessária a qualquer ambiente, seja ele qual for. As críticas dele não são dirigidas apenas à arquitetura “simples” representada pelo panóptico, as igrejas em estilo gótico também são passíveis de crítica, pois seriam falsas em sua imponência.²⁴⁷ O arquiteto mantinha o sentido medieval para elaborar seus projetos para a comunidade utilizando imagens dos ambientes séculos XV e XVI. Logo, para ele, a modernidade é a personificação do erro, pois enfatiza os componentes enquanto sua utilidade. Estes deveriam ser disfarçados e usados quando indispensáveis, não serem tomados como belos como propunha Bentham, já que a beleza estava na sua utilidade.

The collected letters of A.W.N. Pugin. Vol. 3. 2009.

²⁴⁵ Lei aprovada em 1834 que agrupava paróquias em federações e punha as federações sob o controle de conselhos eleitos de guardiões.

²⁴⁶ SCHORSKE, Carl E. A revigoração medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo.** 2000. p. 94.

²⁴⁷ Idem. p. 102.

Mais uma vez ao se eleger um contraponto, a arquitetura do panóptico é encarada como o representante da modernidade, a noção de utilidade contida no projeto panóptico é reflexo de uma moral moderna, ela é o ponto a ser debatido. Com isso se reforça a invenção foucaultiana, que mais do que um plano físico é possível falar em panoptismo, pois este encarna o pensar de uma época permitido numa temporalidade, constituindo uma chave hermenêutica para historiar.

O terceiro intelectual é Benjamin Disraeli, que nasceu em 1804 e faleceu em 1881, foi político britânico de origem judaica e primeiro-ministro do Reino Unido. Começou a carreira profissional no escritório de um procurador, em 1821, a fim de se preparar para um lugar na administração pública, aí se manteve até 1831. Em 1826, iniciou a carreira de escritor com a publicação de *Vivian Grey*. O começo da carreira política deu-se em 1837, com a eleição para deputado por Wycombe. Em 1848 tornou-se líder do partido protecionista. Nesse mesmo ano foi nomeado ministro do Tesouro, em 27 de fevereiro de 1868 assumiu o cargo de primeiro-ministro do reino unido e ficou até 1 de dezembro de 1868, voltando a ocupar esse cargo entre 20 de fevereiro de 1874 e 21 de abril de 1880.²⁴⁸

Em 1874 iniciou uma série de reformas (sobre fábricas e habitações, emendou a lei dos pobres, etc.), mas voltou-se principalmente para o campo externo. Promoveu uma política de expansão e assumiu o controle da Companhia do Canal do Suez, anexou o Transval na África do Sul e o Chipre. Em 1877, aclamou a rainha Vitória imperatriz das Índias. Dois anos mais tarde entrava na Câmara dos Lordes com o título de Lord Beaconsfield.²⁴⁹

Porém antes de ingressar mais detidamente na carreira política, uma obra chama atenção, pois em consonância com os seus outros dois contemporâneos mencionados (Coleridge e Pugin), segundo Schorske, teceu louvores a uma Inglaterra medieval. O romance em que ele faz elogios a Inglaterra medieval é *Sybil: or The Two Nations*, publicado em 1845. O livro narra a história de amor entre um abastado jovem (Charles Egremont) e uma moça pobre (Sybil Gerard), propondo conciliá-los, ou como diz o subtítulo, tentando realizar um enlace entre duas nações.

Contudo, o desenvolvimento da trama produz um efeito diferente, ao invés de comunhão entre os grupos, o que se tem é a submissão, ricos dominando e explorando os pobres. O pano de fundo é um medievalismo ideológico que critica o modelo social moderno. Charles um garoto aristocrático abusa da sua autoridade sobre o pai de Sybil, seu empregado numa das

²⁴⁸ Essas informações podem ser mais detalhadamente encontradas em: HERZOG, Emile Salomon Wilhelm. **Disraeli: a picture of the victorian**. 1928.

²⁴⁹ Idem.

suas fábricas, até eclodir uma revolta e os empregados tomarem a casa senhorial. Sybil, jovem indefesa, passa junto ao grupo que assumiu o controle, a exercer os mesmos tipos de tirania que sofrera antes. Entretanto, em um dado momento sua consciência a faz mudar de lado e defender quem antes a explorava.²⁵⁰

Na história, a casa do patrão é o centro desse desenho espacial, o ponto de observação para a vigilância das suas fábricas, lembrando e/ou sugerindo o projeto do panóptico de Bentham. O romance finda com Charles retomando suas posses, casando-se com Sybil,²⁵¹ porém Schorske não escolhe este livro aleatoriamente pois,

na medida em que esse desenho põe a casa do patrão no centro, ponto de observação para a vigilância da colméia, a fábrica “medieval” ideal de Disraeli conforma-se ao projeto de panóptico do utilitarista Jeremy Bentham, e confirma Foucault com mais facilidade que Pugin.²⁵²

É importante observar que esses três intelectuais tinham projetos de modernização da Inglaterra enquanto pensavam com modelos medievais. Coleridge como teórico de um novo papel para os intelectuais, Pugin como designer espacial e Disraeli como um ideólogo da democracia. Jeremy Bentham, por sua vez, foi tomado por eles como exemplo de uma modernização ingrata mas, sobretudo, como o ponto de debate a ser referenciado. O panóptico é, nos três casos, o cerne que guia os comentários, com isso não se quer dizer que os comentários sobre ele estão corretos ou adequados ao plano arquitetural. Cabe notar que os argumentos, apesar de irem contra, não desprezam as implicações que o panóptico tem.

Perceber estas ideias concorrentes ao panóptico é investigar a historicidade de sua produção. Assim sendo, a possibilidade de se estudar ideias concorrentes num dado momento histórico garante um equilíbrio do panorama intelectual. Nessa tarefa, pode-se observar como determinadas ideias são formadas, se estabelecem e têm uma historicidade mas, sobretudo, como o fazer do historiador é um remontar das evidências do passado. Quando Foucault tomou como baliza um projeto arquitetural, mais do que exemplificar, ele inventou uma forma de lidar com o passado, buscando num plano arquitetural que nem saiu do papel, uma concepção social no tempo. Ele não está interessado na filosofia desenvolvida por Bentham, mas na temporalidade em que este pensamento emerge e permite pensar através desse

²⁵⁰ SCHORSKE, Carl E. A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. 2000. p. 102-106.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Ibidem. p. 106.

modelo, especificamente em como é possível historiar um discurso dentro das condições de possibilidade de sua produção.

Falar em invenção aqui não é pensar em pioneirismo ou brilhantismo do inventor, mas é tentar perceber como diante de uma proposição, que é historiar um determinado problema, foi possível responder a inquietações diferentes. Ao tentar dar conta de um campo onde as explicações contemporâneas ao intelectual não davam cabo de responder, torna-se necessário o historiar genealógico, que não é uma simples busca da origem, mas entender como em determinado momento as coisas se organizaram e constituíram.

2. O panóptico e suas relações de ideias

O passo inicial é uma localização temporal e espacial de Jeremy Bentham, uma breve cronologia da formação e de sua produção bibliográfica. Ele nasceu em 15 de fevereiro de 1748, seus primeiros estudos foram feitos ainda em casa onde aprendeu latim, grego, francês, música, desenho e dança com o tutor La Comte. Em 1755 entrou na *Westminster School*, em 1760 ingressou no *Queen's College*, em Oxford onde graduou-se em direito em 1763, ainda nesse ano ingressou no *Lincoln's Inn*, para formação complementar da prática jurídica. O *Lincoln's Inn* é o mesmo local onde estudou Thomas More (autor da *Utopia*) e contava com uma biblioteca de excelente acervo.²⁵³

Em 1766 obteve o título de M. A. em Oxford, nesse mesmo período frequentou as aulas de química do Dr. Fordyce, médico do *Saint Thomas Hospital* de Londres. Essas aulas o estimularam para experiências amadoras, onde percebeu uma separação entre as ciências físicas e o campo do direito. Em 1769 obteve o direito de exercer a advocacia, mas a exerceu por pouco tempo, por achar o direito inglês tortuoso e cheio de armadilhas. Nesse mesmo ano teve contato com as obras de Montesquieu, Cesare Beccaria, Claude Helvétius e David Hume. Em 1770, as premissas de precisão despertadas pelo cientificismo da química foram levadas para o sistema legal, resultando na sua primeira publicação em 1776. Morreu em 6 de junho de 1832.²⁵⁴

²⁵³ Estas e outras informações biográficas foram retiradas principalmente do trabalho de PICOLI, Rogério A. **Sobre o governo em Jeremy Bentham: os riscos das partes e o traçado do todo**. Tese de doutorado. 2006. Mais especificamente do primeiro capítulo *Biografia intelectual de Jeremy Bentham*.

²⁵⁴ PICOLI, Rogério A. **Sobre o governo em Jeremy Bentham: os riscos das partes e o traçado do todo**. Tese de doutorado. 2006. p. 15-19.

O seu primeiro livro, *A Fragment on Government (Fragmento sobre o governo)*, é um fragmento de um projeto maior desenvolvido com um colega, John Lind. Bentham junto ao amigo decidiu escrever uma crítica ao texto de um ex-professor, William Blackstone, e o livro deste, *Commentaries on English Law*. Este livro era famoso na época, pois tratava sobre as Leis da Inglaterra e discutia de forma geral o tema do governo. Bentham decidira por uma publicação anônima gerando com isso especulações a respeito do autor da crítica. *Fragmento sobre o governo* foi bem recebido inicialmente, mas depois de revelado quem era o autor, um desconhecido, as vendas diminuiriam.²⁵⁵ O projeto inicial da análise crítica de Blackstone foi abandonado por seu amigo, e concluído com o título de *Comment on the Commentaries*, publicado apenas em 1928.²⁵⁶

O Lorde Shelburne (posteriormente, primeiro marquês de *Landsdowne*) ficou impressionado com *Fragmento sobre o governo* e fez um convite para que Bentham fosse trabalhar em seu escritório de Direito em *Lincoln's Inn*, em 1781. O filósofo já se preocupava com outra obra, *Teoria dos Castigos e das Recompensas*, publicada em francês, em 1811. Somente muito depois, essa obra viria à luz em edições inglesas, dividida em duas e com títulos diferentes: *O Fundamento Racional da Recompensa* (1825) e *O Fundamento Racional do Castigo* (1830).

Em 1785, Bentham viajou para a Rússia para auxiliar seu irmão, Samuel Bentham, que estava trabalhando para Catarina II. Além de ajudar, outra motivação era aproveitar o contato do irmão, engenheiro naval de serviço na Rússia, e talvez fazer contato com Catarina II, para mostrar seu código de leis. Ainda em 1786 teve a informação que na Inglaterra se publicaria um anúncio para apresentação de projetos, com o intuito de construir casas de correção.²⁵⁷ É deste anúncio que Bentham elabora as cartas do projeto panóptico, conceitualmente pensado por ele, mas auxiliado por seu irmão na parte física.

Auxiliado por Samuel, Jeremy Bentham elaborou o projeto para concorrer ao anúncio, escreveu as vinte e uma cartas em 1787 e as enviou para o pai. Não obtendo resposta deste, as enviou a um amigo, George Wilson, solicitando serem impressas e encaminhadas aos interessados num projeto de casa-de-inspeção. Estas cartas que tratam do panóptico não foram impressas nesse ano. Só em 1791 seria impresso o conteúdo com o título de *Panopticon: or,*

²⁵⁵ Idem. p. 19-20.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Ibidem. p. 26-30.

the Inspection House.²⁵⁸ Um outro resumo do projeto inicial, foi feito com intuito de ser enviado à França, também em 1791, sendo este um memorando reduzido do projeto inicial.²⁵⁹

Ainda na Rússia escreveu *Defense of Usury (Defesa da usura)*, publicado em 1787, e seu primeiro trabalho sobre economia. Disposto, também, como uma série de cartas, *Defesa da usura*, aproximava Bentham das idéias de Adam Smith. Uma proximidade significativa, pois o primeiro insistia na aplicação lógica dos princípios elaborados pelo fundador da economia política. Bentham argumentava que cada homem era o melhor juiz de seus próprios lucros sem nenhum empecilho e que não havia motivo para limitar a aplicação dessa doutrina ao problema de emprestar dinheiro a juros.²⁶⁰

Em 1788, retornou para Londres, recebeu comentários elogiosos a respeito do *Defesa da usura*. Bentham pretendia seguir carreira política, mas desapontou-se com as possibilidades nesse campo. Dedicou-se, ao estudo da legislação inglesa e em 1789 publicou, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation (Uma introdução aos princípios da moral e da legislação)*, segundo especialistas, sua obra de maior peso filosófico e também mais teórica. Para os estudiosos do utilitarismo, Bentham junto com a obra de John Stuart Mill, forma as bases do utilitarismo clássico, assunto que será abordado mais precisamente adiante. Além dessa obra, Bentham fez inúmeros panfletos, nos quais criticava a lei de difamação, o segredo dos jurados, o juramento, as extorsões de declarações legais. Por outro lado, defendia o empréstimo de dinheiro a juros, a reforma da educação e um novo esquema para o sistema penitenciário.²⁶¹

Em 1792, pela recepção dada a *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, Bentham, recebeu a cidadania francesa e, em 1817, tornou-se um dos principais membros do corpo de advogados de *Lincoln's Inn*. Em 1823, com um grupo de amigos, dentre eles James Mill e seu filho John Stuart Mill, fundou o periódico *Westminster Review*, dando ao periódico uma função de tribuna para a defesa do utilitarismo. Ao mesmo tempo, dedicou-se ao trabalho de uma nova codificação de leis, seu ideal desde a juventude. Além disso, batalhou pela reforma constitucional na Inglaterra, que acabou se realizando no ano de sua morte.²⁶²

²⁵⁸ Idem. p. 28.

²⁵⁹ BENTHAM, Jeremy. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 7, nº 14, março/agosto de 1987. p. 199-229.

²⁶⁰ PICOLI, Rogério A. **Sobre o governo em Jeremy Bentham: os riscos das partes e o traçado do todo**. Tese de doutorado. 2006. p. 26-30.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Ibidem. p. 47-51.

2.1 Diálogos do panóptico

Como dito anteriormente, o panóptico de Bentham não pode ser compreendido sem se levar em conta a historicidade que tem. Historicidade esta composta pela vida de seu autor, assim como, pelos imprevistos contidos nesta, como também por seu universo teórico. Remontar precisamente o universo teórico de um filósofo é uma tarefa árdua e que demandaria uma pesquisa específica de todos os autores da época. Sendo assim, a ideia é fornecer uma panorama intelectual, ou uma paisagem que ajude a entender quais eram as pessoas que formavam o mosaico histórico intelectual de Jeremy Bentham e que teriam relevância no seu projeto panóptico.

Sobre a pesquisa dos autores anteriores e influenciadores de Bentham existe, como exemplo, a dissertação de Rogério Antônio Picoli, intitulada *O utilitarismo à luz da tradição: os predecessores de Bentham*, que além de competente também serve de alicerce. Outro trabalho que trata disto é a dissertação de Davison Sepini Gonçalves, *O Panóptico de Jeremy Betham: por uma leitura utilitarista*. Estes trabalhos vão comentar autores como Thomas Hobbes, Richard Cumberland, John Locke, Francis Hutcheson, John Gay, Richard Price, William Paley e David Hume, como sendo predecessores e colaboradores do utilitarismo de Bentham. Como dito, um estudo detalhado destes seria um trabalho por si só e já realizado, entretanto é possível dentre os autores separar um deles, pois chama atenção por ser diretamente citado por Bentham: David Hume.

O professor Luis Alberto Peluso comenta que “*fundamentados nas idéias de David Hume, os utilitaristas elaboraram um conjunto de teorias defendidas em comum por um grupo de pensadores que, reunidos em torno da figura excêntrica de Jeremy Bentham, as aplicou a vários campos da investigação.*”²⁶³ Ainda segundo os especialistas, essa associação de David Hume ao utilitarismo não é um ponto pacífico nem para os estudiosos de Hume, como também não é para os especialista em utilitarismo.

Contudo, uma afirmação de Bentham chama muita atenção, assim como Kant, diz ter sido despertado de seu “*sono dogmático*”²⁶⁴ ao ler Hume, pois ao ler o *Tratado (Tratado da*

²⁶³ PELUSO, Luis Alberto (org.). Utilitarismo e Ação Social. In: **Ética & utilitarismo**. 1998. p. 16.

²⁶⁴ Esse comentário de Kant é amplamente conhecido entre os filósofos e está nas notas da tradutora do *Tratado da natureza humana* de Hume, Débora Danowski. Assim como também está no prefácio da tradução feita por José Oscar de Almeida Marques à obra de Hume, *Uma investigação sobre os princípios da moral*. David Hume foi o incentivo para Kant, então desconhecido professor universitário em Königsberg de idade avançada e sem obras mais relevantes, escrever a *Crítica da razão pura*, obra divisora de águas na filosofia. Cabe a ressalva de

natureza humana) em sua terceira parte “*sentiu como se escamas tivessem caído dos seus olhos.*”²⁶⁵ A relevância de David Hume para Jeremy Bentham é indicada pelo próprio. Novamente é necessário fazer a ressalva de que o trabalho não é uma comparação entre os autores, nem busca resolver se David Hume pode ser considerado um utilitarista, já que isto demandaria uma problemática diferente da proposta até aqui abordada.

Além disso, não são poucos os trabalhos nessa linha: *The English Utilitarians* de Plamenatz, *Como ser um bom empirista em Ética* de Esperaza Guisán, *Philosophy and Ideology in Hume’s Political Philosophy* de David Miller, *David Hume: Common-Sense Moralist, Sceptical Metaphysician* de D. F. Norton, *Las instituciones morales (Las teorías empiristas de su evolución)* de Hartmut Kliemt, para citar alguns.²⁶⁶ O que interessa é o fato de Bentham ter lido e ter se apropriado e transformado algumas das idéias de Hume, também segundo os especialistas.

Uma pista nesse sentido é dada por José Luis Tasset, em um artigo intitulado *Hume e o Utilitarismo*²⁶⁷, onde é mencionado o livro de David Hume, *Uma investigação aos princípios da moral*. Logo na sua primeira seção – *Dos princípios gerais da moral* – Hume apresenta o problema geral do livro, dizendo:

Surgiu recentemente uma controvérsia que é bem mais digna de investigação e que diz respeito aos fundamentos gerais da moral, a saber: se eles derivam da razão ou do sentimento, se obtemos conhecimento deles por uma seqüência de argumentos e induções ou por um sentimento imediato e um sentido interno mais refinado, se – como em todos os julgamentos corretos acerca da verdade e da falsidade – eles deveriam ser os mesmos para todos os seres racionais e inteligentes ou – como na percepção da beleza e da deformidade – fundam-se inteiramente na estrutura e constituição próprias da espécie humana.²⁶⁸

Uma possível ligação entre Bentham e Hume é perceber, segundo Luis Alberto Peluso, o utilitarismo como “*uma tentativa de transformar a ética na ciência positiva da conduta*

que a *Crítica*, não é apenas uma resposta a Hume, assim como reduzir Hume a provocador de Kant é empobrecer o debate.

²⁶⁵ No original: *That the foundations of all virtue are laid in utility, is there (book III of Treatise) demonstrated, after a few exceptions made, with the strongest force of evidence (...) I well remember, no sooner had i read that part of the work that touches on this subject, than i felt as if scales had fallen from my eyes.* In: BENTHAM, Jeremy. **A Fragment on Government**. p. 36.

²⁶⁶ Estas referências seguem as indicações do professor José Luis Tasset da Universidad de La Coruña, no artigo *Hume e o Utilitarismo: convergências e discrepâncias*, publicado no livro: PELUSO, Luis Alberto (org.). **Ética & utilitarismo**. 1998.

²⁶⁷ TASSET, José Luis. *Hume e o Utilitarismo: convergências e discrepâncias*. In: PELUSO, Luis Alberto (org.). **Ética & utilitarismo**. 1998. p. 27-48.

²⁶⁸ HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. 1995. p. 20.

humana.”²⁶⁹ Ou ainda, como ele mesmo continuar, a definição para o utilitarismo é que: “... existe uma única forma que compele o ser humano a agir: o prazer. Nesse sentido, a ética utilitarista é fundamentada no seguinte princípio: o motivo da ação humana é a busca do prazer e a eliminação da dor.”²⁷⁰

Ao se aproximar um pouco mais das indicações dadas por Luis Alberto Peluso, o livro *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, no qual Bentham afirma que: “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos.”²⁷¹ Em seguida, o próprio, comenta sobre o seu princípio fulcral: “O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei.”²⁷²

Sendo assim, para ele, as regras de conduta são caracterizáveis pela utilidade e pelo prazer/dor que podem proporcionar a um indivíduo e, em extensão, à coletividade, na suposição de uma complementaridade entre a satisfação pessoal e coletiva. Pois, segundo Bentham, o cidadão deveria obedecer ao Estado na medida em que a obediência contribui mais para a felicidade geral do que a desobediência. Diz também, que a felicidade geral, ou o interesse da comunidade em geral, deve ser entendida como o resultado de um cálculo fisiológico, isto é, a soma do bem comum e dores dos indivíduos. Cabe notar que mesmo tendo sido escrito posteriormente às cartas sobre o panóptico, parece haver uma ligação entre estes princípios e os defendidos para as casas de inspeção.

Luis Alberto Peluso também apresenta os argumentos que podem servir de base para eventuais limites ao pensamento de Bentham da seguinte forma,

nas formulações utilitaristas não teriam lugar os mais altos ideais de amizade, dignidade, justiça, liberdade, patriotismo, fraternidade, amor materno. Nesse sentido, a ética de Bentham não comportaria os ideais dos atletas, dos heróis, dos santos, dos mártires, nem dos masoquistas.²⁷³

Ainda seguindo as idéias de Luis Alberto Peluso, pode-se perceber que o mecanismo responsável pelas ações das pessoas é a busca pelo prazer e refutação ou diminuição da dor, pois ele não veria sentido em ideais de valor moral em si mesmas já que o valor moral está naquilo que produz bem-estar ao ser humano. Outro limite contido nas afirmações de Luis

²⁶⁹ PELUSO, Luis Alberto **Ética & utilitarismo**. 1998.

²⁷⁰ Idem. p. 17.

²⁷¹ BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 1979. p. 3.

²⁷² Idem.

²⁷³ PELUSO, Luis Alberto. Jeremy Bentham e seus críticos. In: **Ética & utilitarismo**. 1998. p. 218.

Alberto Peluso sobre o pensamento do inglês é o fato de sua teoria não oferecer uma fisiologia do prazer e da dor, sendo assim, não é possível fazer uma classificação e comparação dos diferentes prazeres e dores. E por fim, outro argumento apresentado por Luis Alberto Peluso é a carência de um instrumental matemático que capacite operações de comparação entre os diferentes tipos de indicadores de prazer e dor.

Estes argumentos não desmerecem o projeto de Bentham: seja o de criar uma estrutura física eficiente em seus métodos de reclusão, vigilância e custo; seja o de debater sobre os princípios que movem a moral do convívio social. Estes argumentos apenas demonstram até onde o modelo utilitarista de Bentham conseguiu chegar e o que ainda pode ser desenvolvido, mas também como o panóptico está inserido dentro de uma determinada forma de pensar o mundo. Pois, como comenta o professor Peluso, o

Panóptico está associado a todo um aparato conceitual de natureza ética e a um conjunto de exigências de natureza arquitetônica que se inter-relacionam. Entretanto, tanto o aparato conceitual de natureza ética, como as exigências da infra-estrutura física expressam a aplicação de todos os princípios adotados pela visão utilitarista de Bentham, com especial referência a três princípios. Assim, o princípio da utilidade, ou a alegação que todas as ações e regras adotadas devem maximizar o prazer e minimizar a dor dos concernidos; o princípio da inspeção, ou a alegação que os agentes reforçam a prática do que é útil quando se encontram sob inspeção; e, finalmente, o princípio da economia, ou a alegação que a utilidade das ações ou regras pode ser encontrada através do cálculo de seus resultados em termos de prazer e sofrimento.²⁷⁴

As proposições de Bentham estão votadas para uma ética que requer uma aplicação prática e ele parece ver no projeto arquitetural do panóptico uma forma de fazer isso, Foucault o toma e o seu projeto como sintomas de uma sociedade, como exemplo de percepção social, como saber que produz sociabilidades.

Cabe novamente ressaltar que a busca não é pela origem do panóptico, nem dar razão a Bentham em detrimento a Foucault, mas entender como um filósofo em uma dada época dialoga com as inquietações de seu tempo. Servindo esta proposição tanto a Bentham quanto a Foucault, que em períodos diferentes, refletiram sobre as prisões, com objetivos distintos.

Bentham vai ser o primeiro filósofo inglês a conseguir deixar uma escola propriamente dita. Os maiores pensadores ingleses até então, exerceram influência sobre o curso das idéias sem transmitir um corpo definido de teorias a um grupo definido de continuadores. Também segundo Luis Alberto Peluso, esse panorama modificou-se com as

²⁷⁴ PELUSO, Luis Alberto. *O Utilitarismo clássico e a eliminação da pobreza*. 2003. p. 24.

idéias dos utilitaristas, nos fins do século XVIII e começo do XIX, que elaboraram um conjunto de teorias defendidas em comum e aplicadas a vários campos de indagação filosófica e científica. O grupo dos utilitaristas trabalhava tendo em vista o mesmo fim, e seus componentes uniam-se na reverência a Jeremy Bentham e seu pragmatismo aplicado a moral.²⁷⁵

3. Panóptico X panoptismo

As idéias apresentadas até aqui, tanto de Foucault como de Bentham, tem o intuito de evidenciar que os pensadores tem problemáticas diferentes, tem preocupações diferentes, objetos distintos, sobretudo objetivos díspares. Foucault, como visto no capítulo anterior, estava refletindo sobre a relação entre o poder e o saber, de como discursos se articulam e formam poderes. As escolhas do pensador também estão associadas às escolhas políticas, como mostrou Didier Eribon, no envolvimento social e militância que o filósofo se inseriu a partir da década de 70. Bentham, por sua vez, na sua trajetória intelectual, construiu uma filosofia moral preocupada em responder pragmaticamente a inquietações éticas. Essas diferenças mostram como o panóptico é uma resposta para uma sociedade que buscava solucionar problemas com os presos, disciplinas e relações de poder, já o panoptismo inventado por Foucault consistiria em perceber como esse panóptico é o indicativo de uma percepção social.

As formas de historiar de Foucault, ao pensar sobre as relações de poder estão interessadas em como socialmente se constituíram percepções sociais, como a visão de uma sociedade mudou no seu trato da punição. Como o saber produziu um discurso autorizado sobre o prisioneiro, mostrando-se mais eficaz por ser menos custoso e produtor de comportamentos, que teve sua tentativa de materialidade na construção do panóptico. Por isso, ele está interessado nas relações discursivas, mas fundamentalmente em sua forma físico-material, e nos desdobramentos que ela vai ter ao constituir poder. Poder este que não existe ou emana de uma entidade superior e estabelece uma relação dicotômica: bem X mal, oprimido X opressor, população X Estado; mas um poder que existe enquanto prática e exercício ordinário. Como ele mesmo explica:

²⁷⁵ PELUSO, Luis Alberto. Jeremy Bentham e seus críticos. In: **Ética & utilitarismo**. 1998. p. 201-222.

O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetido a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.²⁷⁶

Algumas críticas foram feitas a Foucault por conta da leitura realizada do panóptico, tanto por historiadores, como foi comentado no capítulo anterior, como por filósofos, mas especificamente por estudiosos do utilitarismo. Será tomado aqui como exemplo às realizadas por Davidson Sepini Gonçalves no trabalho *O panóptico de Jeremy Bentham: por uma leitura utilitarista*. A escolha desse trabalho deve-se ao fato deste ter como objetivo tentar “mostrar que a leitura de Foucault, por não levar em conta os pressupostos da ética utilitarista que caracterizam toda a obra de Jeremy Bentham, descredencia-se à tarefa de elucidar do que venha a ser realmente o projeto Panóptico”²⁷⁷

O trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado, é interessante principalmente em seu terceiro capítulo que foi subdividido em dois tópicos, pois é onde as críticas foram feitas com maior contundência:

- 1) poder;
- 2) O panoptismo de “Vigiar e punir”

Davidson Sepini Gonçalves afirma: “A descrição do princípio panóptico por Foucault, já de início, causa uma certa indignação ao leitor menos avisado”²⁷⁸ em seguida diz “Foucault insiste nessa leitura pejorativa do panóptico ao observar suas características”²⁷⁹ argumenta também que “Foucault parece querer dar um caráter ardiloso a um detalhe técnico”²⁸⁰, comenta ainda “Mais o que, para Bentham é uma estrutura eficiente de controle e execução de tarefas, para Foucault é uma ameaça. Ameaça de experiências inescrupulosas que visem modificar comportamentos e transformar personalidades.”²⁸¹

Se considerados o objetivo do trabalho, *mostrar que a leitura de Foucault, por não levar em conta os pressupostos da ética utilitarista que caracterizam toda a obra de Jeremy Bentham, descredencia-se à tarefa de elucidar do que venha a ser realmente o projeto*

²⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2002. p. 35.

²⁷⁷ GONÇALVES. Davidson Sepini. **O panóptico de Jeremy Bentham: por uma leitura utilitarista**. 2008. p. 118.

²⁷⁸ Idem. p. 87.

²⁷⁹ Ibidem. p. 88.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ Ibidem. p. 91.

panóptico, podem ser vistos deslizes ou mesmo equívocos na argumentação apresentada, no que se refere a uma leitura mais aprofundada a respeito da proposta de Foucault.

O primeiro e mais significativo deles talvez seja a premissa de partida, Foucault em momento algum do seu livro pretende elucidar o que é a projeto panóptico “*realmente*”, assim como não está interessado propriamente na ética utilitarista. Ele não menciona nenhuma palavra sobre o utilitarismo, nem sobre seus pensadores que não seja Bentham, mais dos que isso, mesmo as outras obras de Bentham não são citadas. Seu interesse é perceber o panóptico como um sintoma, uma evidência do que era possível dizer e seus limites de “dizibilidade”, em como foi possível pensar o que foi pensado, suas condições de possibilidade.

Também é um equívoco ver em Foucault adjetivações: “*leitura pejorativa*”, “*caráter ardiloso*”, “*ameaça de experiências inescrupulosas*”, nenhum desses termos é empregado pelo pensador, todos são fruto de seus leitores, que assim como ele, lêem e fazem interpretações. O adjetivo que Foucault utiliza, e na verdade inventa, é o panoptismo vendo-o como a reverberação social do projeto de Bentham, mas fundamentalmente como o indicativo de uma historicidade.

Bentham foi tomado como exemplo de uma determinada percepção social que respondeu a problemas, específicos de seu tempo, e interessa na exata medida em que compõe um quadro mais amplo. Quadro comprovado por seus interlocutores que, posteriormente, vão elegê-lo como representante de uma modernização a ser combatida (Coleridge, Pugin, Disraeli). A noção do panóptico como representação física de uma temporalidade é transformada em chave hermenêutica para historiar, daí ser possível falar em panoptismo, o alargamento da idéia é que faz o diferencial do historiar genealógico levado a cabo por Foucault. Historiar esse que vai na contramão de quem busca falar em panóptico “*real*” ou “*verdadeiro*”, pois este que propõe encontrar a origem, preocupado com um mito de fundação, efêmero e fugaz, é ao olhos de Foucault motivo de riso:

A história ensina também a rir das solenidade de origem. A alta origem é o “exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial”: gostasse de acreditar que as coisas em seu início se encontram em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã.²⁸²

Uma compreensão mais precisa do olhar genealógico impediria esse equívoco, pois:

²⁸² FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 1979. p. 18.

O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mas digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem.²⁸³

Outro erro visto em algumas passagens da argumentação apresentada no terceiro capítulo por Davidson Gonçalves, em específico, na parte dedicada ao “panoptismo de Vigiar e punir” é quanto à utilização de citações e os recortes feitos. Por exemplo, Davidson diz que “o que preocupa Foucault não são mais as grades, mas sua ausência e a eficácia dessa ausência”²⁸⁴, porém não coloca a citação completa, pois quem afirma isso é Bentham. Foucault diz “Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas: basta que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas.”²⁸⁵

Em outra passagem Davidson Gonçalves comete o mesmo equívoco em relação a citação “Foucault atribui ao sistema de vigilância do panóptico, uma qualidade que não lhe pertence: observar sem que se saiba observado”²⁸⁶ o que Foucault diz é

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder a qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição.²⁸⁷

Foucault está explicando como se dá o processo de sujeição, de introspecção do poder, como o corpo é sujeito e conduzido por uma relação de visibilidade. O deslocamento que ele faz em relação a Bentham, sem com isso contradizê-lo, é perceber que o fato de ser observado e saber disso conduz a uma inscrição em si da relação de poder. Para além do controle do outro, a sujeição produz a vigilância de si mesmo, ou seja, o submetido à visibilidade além de saber

²⁸³ Idem. p. 19-20.

²⁸⁴ GONÇALVES. Davidson Sepini. **O panóptico de Jeremy Bentham: por uma leitura utilitarista**. 2008. p. 91.

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 192.

²⁸⁶ GONÇALVES. Davidson Sepini. Op. Cit. 2008. p. 94.

²⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 192. (grifo nosso)

que está sendo observado pode introjetar a sensação a ponto de não mais saber se está mesmo sendo ou não.

Novamente Davidson Gonçalves se equivoca ao afirmar que “*Para Foucault, o poder panóptico se contrapõe a todo processo de desenvolvimento a não ser que se estabeleça, de maneira contínua e homogênea, uma sociedade disciplinar, cujo referencial seriam seus próprios mecanismos.*”²⁸⁸ O que Foucault disse foi “*O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos.*”²⁸⁹ O esquema panóptico, a arquitetura, é um desenvolvimento que possibilita intensificar os aparelhos do poder, não de maneira contínua e homogênea, cujo referencial já está presente nos mecanismos do aparelho de poder.

As diferenças na forma de pensar o panóptico entre Bentham e Foucault são fruto de preocupações distintas e a leitura proposta pelo francês é, sobretudo, de inquirir sobre uma temporalidade que permitiu pensar o panóptico. Essa percepção que a sociedade deu como resposta é o objeto da investigação foucaultiana, por que com ele vem uma mudança nas relações de poder que estão acompanhadas também de mudanças em relação à disciplina. A mudança de um regime de disciplina a outro é fundamental, o panóptico é a expressão concreta desse discurso metamorfo. O pensador afirma isso:

Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.²⁹⁰

Foucault tomou o panóptico como exemplo para demarcar uma organização de discursos que possibilita um modelo social diferente do em voga até então. Nesse outro modelo os procedimentos técnicos determinam uma sociabilidade em que a força física foi substituída pela força disciplinar, com isso, ele estabeleceu uma relação entre a sociedade disciplinar e o panóptico. A forma de problematizar o seu objeto leva em consideração os micropoderes, oriundo do pensamento do poder enquanto relacional e prático, onde as questões levantadas pelo utilitarismo são, sobretudo, o indicativo não o objeto em si. Requerer do pensador essa preocupação é pedir algo que ele não se propõe a fazer.

²⁸⁸ GONÇALVES, Davidson Sepini. Op. Cit. 2008. p. 95.

²⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 195.

²⁹⁰ Idem. p. 194.

A questão central do trabalho de Davidson, que é perceber o panóptico do Bentham como parte do conjunto da obra, tendo este que ser entendido dentro da teoria utilitarista, e dentro do contexto teórico é que o panóptico se torna uma coisa razoável, é uma problemática que não diz respeito aos interesses de Foucault. Sendo mais claro, Foucault não se propôs estudar o utilitarismo, como já mencionado nas respostas dadas a Jaques Léonard. Foucault se propõe estudar um problema: de que maneira foi possível uma racionalização do exercício poder no século XVIII que fez emergir uma nova “economia” das relações de poder.

Foucault não propõe fazer uma leitura utilitarista. Não parecer ser relevante pra ele, enquanto construção do seu argumento em *Vigiar e Punir*, pensar Bentham enquanto utilitarista. O que fica claro é que Foucault fez uma escolha, optou por não comentar sobre o utilitarismo. Há um recorte nos estudos dele em relação a Bentham, ele seleciona dentro da forma historiar um modelo de Bentham. Requerer de Foucault que ele trate do utilitarismo ou para falar do panóptico retome toda ética utilitarista é querer que um pensar responda às angústias do leitor e não aos objetivos que se propôs.

Mostrar como Foucault fez escolhas e quais foram é tentar evidenciar esse historiar. Não cabe a especulação se Foucault leu todas as obras de Bentham ou se não leu, se ele tinha conhecimento sobre o que era o utilitarismo inglês ou desconhecia, no entanto, ele não cita. Ele descreveu Bentham como mais relevante que Kant, como um “ovo de colombo” para o pensamento do ocidente e mantém silêncio sobre a noção de utilitarismo. Todavia é importante perceber que ele fez isso, que foi feito um recorte. Onde ele separou seus argumentos e em seguida os montou. Cabe a investigação mais apurada, perceber como um determinado pensador se comportou diante um dado problema.

O panóptico tem uma historicidade, tanto na trajetória filosófica de Foucault como na do seu criador, Jeremy Bentham. A pesquisa sobre essa historicidade precisa levar em conta uma série de ligações e argumentações: Qual era o momento pessoal de Foucault ao falar sobre o panóptico que poderia ter ligação com sua escrita? Quem eram seus interlocutores? A que inquietações ele se relacionava e respondia? Essas perguntas podem ser feitas igualmente para Bentham, pois as respostas ajudam a entender como Foucault inventa, ao alargar a idéia de Bentham sobre um plano arquitetural, o panoptismo. Tomar o panoptismo como invenção é percebê-lo como chave interpretativa de uma época que associadas a mudanças na concepção de disciplina, punição e exercício do poder constituem uma temporalidade, uma forma de historiar.

Tomar Foucault como inventor do panoptismo é tentar entender o que faz um historiador quando faz história, e a resposta é dada justamente na constituição dessa passagem

do panóptico ao panoptismo. Não por acaso que o livro de Foucault com maior receptividade e reação entre os historiadores é *Vigiar e punir*, que foi longamente debatido, como foi visto, suscitou polêmicas, mas ofereceu possibilidades diferentes de se praticar o ofício do historiador. A forma de fazer história, reflexiva com componentes de filosofia, inclusive, mostra como foi possível inventar um chave hermenêutica como o panoptismo, que mais do que um conceito é um entendimento bom para pensar sobre uma determinada temporalidade.

Esse historiar genealógico tem também uma temporalidade, esta inserido numa problemática datada, assim como, se encaixa dentro da trajetória intelectual que ele desenvolvia. Não se trata de, com isso, perceber no pensamento de Foucault um desenvolvimentismo do seu historiar, ou mesmo uma evolução, porém as suas ideias e a sua forma de fazer história não estão soltas, elas têm ligação com seus escritos anteriores e passaram a ter com o posteriores. Ligações essas que são, sobretudo, de transformação mas também de incorporação, negação, rejeição, exclusão. São mudanças no seu historiar que vão além do desenvolvimento de uma forma de fazer/escrever história e passam por diferentes momentos, diferentes questões, diferentes objetos e objetivos. Cabe agora perceber como o historiar genealógico está inserido na trajetória do pensador e de suas transformações.

Capítulo III: A arte e o ofício de historiar

Puedo preguntar a mil libro si es verdad que yo lo escribí? (Posso perguntar a meu livro se é verdade que eu o escrevi?)

(Pablo Neruda, *Livro das perguntas*, p. 49)

Michel Foucault reúne duas atividades numa mesma prática: fazer filosofia através de textos históricos e produzir historiografia ao se debruçar sobre a filosofia.²⁹¹ Ele criticava uma história que se estreitava a um relato empírico dos fatos sem buscar compreender-lhes a significação através do concurso da filosofia. Esta história “*não saberia, literalmente do que fala.*”²⁹² Assim como, “*só haverá filosofia se os sentidos ou as verdades que ela busca forem procurados no seio do devir, na trama histórica dos acontecimentos.*”²⁹³

Até aqui se fixou principalmente em *Vigiar e punir*, para exemplificar sua forma de historiar e inventar o panoptismo, nessa operação, o projeto arquitetural do panóptico de Bentham foi o objeto. Contudo, até chegar a essa análise, Foucault percorre uma trajetória teórica, a qual será abordada nos pontos de tangência a análise do panoptismo. Ao longo do seu caminho teórico, pelo menos quatro entendimentos serviram de alicerce para os comentários a respeito do panoptismo: percepção, olhar, saber e discurso.

Para se chegar a estas idéias, alguns instrumentos são necessários: um deles se constitui num sobrevôo na trajetória intelectual de Foucault, preocupando-se com suas relações com a história. E para isso é necessário uma divisão das suas formas de pensamento, se essa operação é sempre complicada e inevitavelmente redutora, com Foucault isso não é diferente. Porém mostra-se como a melhor alternativa para um estudo direcionado e minimamente didático. Como lembra Alfredo Veiga-Neto:

Já foram feitas várias tentativas de sistematizar e periodizar a obra e o pensamento de Michel Foucault; mas todas elas têm suas próprias inconsistências. E como acontece com qualquer classificação ou periodização, o que se ganha em termos didáticos perde-se em rigor.²⁹⁴

²⁹¹ MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente – textos reunidos**. 2004. p. 24.

²⁹² Idem. p. 23.

²⁹³ Ibidem. p. 23.

²⁹⁴ VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 41.

Nessa perspectiva de se estudar toda a obra, a perda de rigor é inevitável, entretanto se o objeto é um determinado tema específico, as sistematizações e periodizações da obra ajudam num direcionamento e aprofundamento da análise. Mesmo assim, ao tratar de Foucault isso é problemático, pois:

Ainda que bastante prática, [a *periodização*] ela sugere que, em termos metodológicos e de problemas, Foucault tenha percorrido uma seqüência cronológica, com rupturas entre uma fase e a subsequente. Tal não ocorreu. Além do mais, tal periodização leva a pensar que cada fase encerre uma teoria e um conjunto de técnicas suficientes e independentes uma da outra – do discurso, do poder e da subjetivação. Mas, ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematização e respectivas maneiras de trabalhá-la.²⁹⁵

Por isso, a perspectiva adotada aqui não é de rupturas e divisões entre fases, mas de perceber como na trajetória de Foucault, o pensamento é incorporado, alargado e retrabalhado constantemente. Como esse estudo tem como objeto uma invenção (*o panoptismo*) realizada num livro (*Vigiar e punir*) a respeito de uma noção (*o panóptico*), foi adotada uma divisão em momentos que respeitam as nuances do pensamento sem descolá-lo do conjunto de sua produção.

Dessa forma, a trajetória de Michel Foucault pode ser dividida em três grandes momentos: o primeiro “arqueológico” donde se encontra seus quatro primeiros livros, *A história da loucura* que foi publicado em 1961, *O nascimento da clínica* de 1963, *As palavras e as coisas* que é de três anos depois (1966) e *A arqueologia do saber*, também após três anos da publicação anterior (1969). O segundo momento é conhecido como “genealógico” e é composto por dois livros: *Vigiar e punir* de 1975 e o primeiro volume da *História da sexualidade* com o título de *A vontade de saber*. O terceiro e último momento pode ser designado de “ontologia do presente” que está compreendido nos volumes II e III da *História da sexualidade*, tendo como títulos *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, respectivamente, ambos de 1984.²⁹⁶

O primeiro momento, arqueológico, tem como preocupação o estudo das questões relativas à constituição dos saberes. Na genealogia, o enfoque é perceber os mecanismos de

²⁹⁵ Idem. p. 44-45.

²⁹⁶ MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente – textos reunidos**. 2004. p. 9-10.

poder e suas relações com o saber. A terceira parte da obra, ontologia do presente, o pensador trata de questões relativas à constituição do sujeito ético.²⁹⁷

Como dito anteriormente, estas definições são tentativas de entendimento do pensamento de Foucault que, por vezes, o próprio reelaborou, mostrando-se sempre complexo e de difícil definição. A escolha por um corte didático é uma saída encontrada para o conhecimento do mesmo, por isso estas “classificações” são entendidas como possibilidades de compreensão, e não como a última palavra a respeito desse assunto. Tendo em vista que o próprio autor era loquaz em sua re-significação.²⁹⁸

Mas ainda assim é feita no intuito de evitar imprecisões pois, a generalização do panoptismo para toda a obra de Foucault torna-se um equívoco, assim como estudá-lo separadamente sem perceber as zonas de confluência e divergência inerentes ao legado do intelectual. Cabem agora algumas considerações sobre esses momentos da obra de Foucault, utilizando-se destas para exemplificar, e seguindo principalmente as proposições do professor Roberto Machado, sem descartar outras contribuições.

A utilização da interpretação do pensamento de Michel Foucault desenvolvida por Roberto Machado não é arbitrária ou desinteressada. Além de ser reconhecidamente um estudioso da obra foucaultiana, ele oferece subsídios que corroboram com a proposta até aqui apresentada, mas sobretudo, ajuda nas interpretações possíveis de um pensamento complexo como o de Michel Foucault. Machado não é uma interpretação definitiva da obra de Foucault²⁹⁹, assim como, não é um crítico da mesma. Porém é quem melhor compreende as ressignificações realizadas por Foucault ao longo de sua trajetória. Como o objetivo aqui não é uma reconstrução desse porte, mas sim perceber as nuances do historiar de Foucault, seguiu-se as proposições de Roberto Machado na medida em que estas interessavam aos objeto em questão, o historiar de Foucault na invenção do panoptismo.

1. Arqueologia

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Um exemplo do deslocamento que o autor se propõe é encontrado nas suas entrevistas, mais precisamente numa concedida a Roger Pol-Droit em 1975 intitulada “*Eu sou um pirotécnico*” que encontra-se no *Entrevistas* de 2006.

²⁹⁹ A respeito de outras interpretações e comentários da obra de Foucault podem ser listados: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. RAJCHMAN, John. **Foucault: a liberdade da filosofia**. VEYNE, Paul. **Foucault revoluciona a história**. MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**.

Arqueologia de Foucault pode ser entendida como um deslocamento metodológico em relação à história das ciências, dialogando principalmente com a forma francesa que o precedeu. Antes o enfoque era perceber a ciência do ponto de vista de seus critérios de validação, como algo é reconhecido como científico. O que o pensador adiciona a esse percepção é mostrar como esses critérios de validação da ciência tem historicidade, ou seja, são também o resultado de um processo, no qual se procurou relacionar a epistemologia com a sua historicidade. Pois “*para dar conta de determinado discurso é indispensável considerá-lo interna e externamente.*”³⁰⁰

O momento arqueológico de Foucault está associado, em grande parte, a sua formação de epistemólogo à forma francesa, defendendo uma dimensão histórica da filosofia das ciências. Podem ser dados como exemplos de filósofos dessa tradição Gaston Bachelard, Georges Canguilhem, Michel Serres, J. Cavallès, A. Koyré, entre outros, pois

...quando filosofias do conceito tematizam a ciência em sua historicidade, fazem mais do que uma simples descrição de invenções, tradições, autores. Para a epistemologia a história das ciências só pode realizar seu objetivo – estabelecer a historicidade da ciência – situando-se em uma perspectiva filosófica e distinguindo-se, por conseguinte das disciplinas propriamente históricas ou científicas.³⁰¹

Nesse sentido, Foucault opera um deslocamento metodológico em relação à esta história das ciências de Gaston Bachelard, que estudou a física e a química, e Georges Canguilhem pesquisador da biologia, anatomia e fisiologia, pois vai voltar suas análises para o homem e suas formas de constituições de saberes. Segundo Roberto Machado, “*para compreender a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade.*”³⁰²

Cabe notar que essa forma de pensar o historiar arqueológico de Foucault é entendida também através de uma trajetória, um processo metamorfoseado a cada livro, e estes, por sua vez, não correspondem a uma unidade metodológica, mas possuem um deslocamento em relação à história epistemológica e suas argumentações internas, conduzindo assim a uma arqueologia do saber.

³⁰⁰ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 8.

³⁰¹ Idem. p. 7.

³⁰² Ibidem. p. 8-9.

Vale ainda perceber que a escolha do termo *arqueologia*³⁰³ não é aleatório, é uma marca diferenciadora do pensar filosófico que tem a preocupação de operar com análises distintas das que estavam sendo trabalhadas até então. Pode-se dizer que:

O uso da palavra *arqueologia* indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontinuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de cursos passados, a fim de trazer já à luz fragmentos de idéias, conceitos, discursos talvez já esquecidos. A partir desses fragmentos – muitas vezes aparentemente desprezíveis – pode-se compreender as epistemes antigas ou mesmo a nossa própria epistemologia a entender “*como* [e logo em seguida *por que*] os saberes apareciam e se transformavam”³⁰⁴

Esta arqueologia realiza procedimentos próprios de investigação filosófica e histórica, que podem trazer à superfície fragmentos de discurso antes encobertos por outras camadas discursivas. A idéia de arqueologia histórica é um historiar onde percepção, olhar, saber e discurso podem ser estudados.

1.1 A *História da loucura* ou uma arqueologia da percepção.

A obra que vai marcar o início da produção intelectual de Foucault é *História da loucura*, fruto de sua tese de doutorado, na qual a análise está voltada para a loucura e as motivações utilizadas para hospitalização e internamento de pessoas. “*A História da loucura tem na psiquiatria seu alvo principal: seu objetivo é estabelecer as condições de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado doente mental.*”³⁰⁵ Foucault divide seu livro em três grandes períodos renascimento, idade clássica e idade moderna. No Renascimento o louco surge no “*âmbito da questão da verdade e da razão, como ameaça, irrisão, ilusão.*”³⁰⁶ Como exemplo disso, tem-se o poema de Brant intitulado de *Stultifera navis* que forma um retrato de insanos passageiros de uma nau,

O louco passa a ser alguém que toma o erro como verdade, a mentira como realidade, a feiúra como beleza, a violência como justiça. Loucura é

³⁰³ Kant utilizou o termo “arqueologia” para referir-se à história do que torna necessária uma forma de pensamento. O texto em que Kant faz isso é: *Fortschritt der Metaphysik*, in: *Gesammelte Schriften*, Berlim, Walter de Gruyter, t. XX, 1942, p. 341. Essa informação foi retirada de: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2009. p. 42.

³⁰⁴ VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 54.

³⁰⁵ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 52.

³⁰⁶ Idem. p. 53.

presunção, ilusão, desagregação, irregularidade na conduta, defeito, falta fraqueza. Os personagens da *Stultifera navis*, de Brant, são avaros, delatores, bêbados, desordeiros, devassos, adúlteros, heréticos.³⁰⁷

Foucault tenta localizar historicamente a percepção social que inventa essa concepção de louco dizendo que: “*em suma, tudo o que o próprio homem pôde inventar como irregularidade da conduta.*”³⁰⁸ Sendo assim, socialmente se estabelece um entendimento do louco, a idéia de razão consegue ordenar a de loucura estabelecendo o olhar em relação ao outro. Dessa forma a razão realizou uma certa indistinção entres as especificidades da loucura, ela a acolhe pra si e tenta ordenar, criando o estranhamento, a loucura é tomar o erro como verdade, a mentira como realidade, a feiúra como beleza, a violência como justiça.

No segundo momento do livro Foucault vai tratar da época clássica, onde afirma que se radicalizou essa ordenação da razão através do seu marco filosófico René Descartes. Pois é com Descartes que a loucura vai ser excluída da razão, como comenta Roberto Machado:

Procurando dar à verdade um fundamento apodítico, Descartes, na primeira das *Meditações metafísicas*, ao afastar a possibilidade de a loucura comprometer o processo da dúvida, exclui-a do pensamento. Se alguém pensa, não pode ser louco. Se alguém é louco não pode pensar.³⁰⁹

O louco passou a ser reconhecido através de uma “percepção social” produzida por instituições da sociedade como a polícia, a justiça, a família e a Igreja com critérios que não dizem respeito ao médico, mas à transgressão das leis, da razão, e da moralidade pública.³¹⁰ O conceito de internamento aplicado aos loucos foi tomado de empréstimo do mundo jurídico, neste com sentido de encarceramento. A partir daí se colocou o interno, em certo sentido, como um criminoso, que doente ou não, causava distúrbios sociais.³¹¹

Dessa forma, a sociedade passou a indicar o que era ou não distúrbio social, ou seja, o que era percebido como destoante. Vale salientar que estava inserida nessa sociedade uma consciência médica em formação que, embora já existisse, não era autônoma, passando a se legitimar também, através da prática de internação. Foucault elabora uma análise dos aspectos subjetivos através dos quais um indivíduo seria percebido como louco, levando sua investigação em direção ao debate sobre o conceito de alienado.

³⁰⁷ Ibidem. p. 54.

³⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2004. p. 25.

³⁰⁹ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 55.

³¹⁰ Idem. p. 57.

³¹¹ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2004. p. 111-112.

Porém, não é o entendimento do conceito de loucura como desrazão que leva ao surgimento da psiquiatria. É uma transformação na percepção social e do conceito de louco onde este ganha autonomia e individualidade se comparado a idéia de desrazão que resulta a psiquiatria. Esta constatação levou a outra, pois é a partir dela, psiquiatria como causa e não resultado, que foi possível emergir a categoria de doente mental, ou seja a patologização da loucura objeto de uma medicina. Como explica Roberto Machado “*O ponto decisivo a respeito do aspecto teórico é o aparecimento de uma consciência histórica da loucura. Isto é, enquanto a experiência da desrazão é afetiva, imaginária, atemporal, a reflexão sobre a loucura é temporal, histórica, social*”³¹²

Diferentemente da época clássica, a loucura não é mais um erro, é produto de uma relação entre o homem e o mundo. Afastar o homem do mundo é distanciá-lo de si mesmo, alienar sua natureza. Nas palavras de Foucault “*o homem, na loucura, não perde a verdade, mas sua verdade; não são mais as leis do mundo que lhe escapam, mas ele mesmo que escapa às leis de sua própria essência*”³¹³

A mudança de entendimento feita por Foucault provoca uma reavaliação da própria história da loucura que antes entendia a categoria de doente mental como uma ruptura fundante no século XVIII. Ele vai defender a existência de uma trajetória entre uma noção a outra, fruto de um processo mais global, de uma configuração discursiva.³¹⁴ Como dito anteriormente se teve uma transformação não uma ruptura na percepção social e do conceito de louco. Este ganhou autonomia e individualidade diferentemente da percepção anterior, desrazão, assim se teve as condições de possibilidade da psiquiatria. Desta psiquiatria como causa e não resultado, foi possível insurgir o doente mental, entendido como a patologização e objeto de uma medicina própria, com conceitos e técnicas próprias.

Foucault aponta que o louco é uma criação de um modelo racionalista e que institui a alteridade, que alicerça o poder de demarcar os “não-sãos” como loucos. O intelectual percebe o sentido da loucura como um campo fragmentado de disputas, disputas estas que implicaram no procedimento de internação, se louco ou criminoso, o significado do louco liga o médico à decisão da reclusão. Este é responsável por identificar o paciente, a patologia da loucura e associar teoria e prática. Ao evidenciar essa relação, são desnaturalizadas as concepções de que as coisas sempre foram, ou “naturalmente” se comportaram assim, no processo de identificação do louco. O processo de desnaturalização é tido como uma quebra

³¹² MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 65.

³¹³ Apud. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 65.

³¹⁴ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 73-74.

das relações causais, destrinchando a construção daquilo que se acredita louco, destituído de razão.³¹⁵

A análise foucaultiana é realizada por períodos, entendendo-os como construção da percepção do louco em momentos específicos com suas historicidades próprias, e não como uma conjuntura maior, o que faz mudar a percepção sobre a história da loucura de então. Seguindo a divisão do autor, o louco da Idade renascentista é representado em uma nau; na Idade clássica vai ser deslocado para o hospital; e no período moderno, alojado no asilo.³¹⁶

Essa hospitalização individualizada do louco nos hospitais comuns, durante a Idade clássica, não foi avanço rumo à Modernidade, mas o resíduo ainda de uma percepção medieval e renascentista em que a individualidade do louco era de algum modo reconhecida, ainda que vagamente. O fato “novo”, inclusive do ponto de vista cronológico, da Idade clássica foi justamente a transposição dos loucos das casas de cura para as casas de correção, e não o inverso, de modo que a experiência mais ampla e relevante da loucura foi seu internamento não como procedimento médico, mas como prática social.³¹⁷

Esse suposto “alienado” foi reconhecido primeiramente como incapaz e louco e, depois, passou a ser denominado de doente mental. Tem-se aí uma junção da incapacidade jurídica do indivíduo, a prática de distúrbios sociais e a percepção de doença como algo social legitimando o médico que toma o internamento como prática terapêutica. A prática asilar passa a ter todos os componentes necessários a sua instauração.³¹⁸

Nesse sentido, a lógica da forma de fazer história apresentada por Foucault em *História da loucura* é desenvolvida a partir de um dever ser, uma elaboração daquilo que se acredita, como ocorreu com a categoria “louco” e “doente mental”. Assim, o autor problematiza sobre o condicionamento unidirecional na escrita e análise históricas.³¹⁹

Há a preocupação de perceber uma história em seus momentos constitutivos de significados, ou seja, como prática de elaboração de discursos constitutivos da sociedade, codificada em realidades. Uma arqueologia da percepção foi formada, as camadas discursivas a respeito do louco foram analisadas a partir de como uma sociedade o percebia e o nomeava.

³¹⁵ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2004. p. 379-415.

³¹⁶ MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente – textos reunidos**. 2004. p. 43.

³¹⁷ Idem. p. 47.

³¹⁸ Ibidem. 48.

³¹⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2004. p. 509-530.

1.2 O Nascimento da clínica ou uma arqueologia do olhar

O livro *O nascimento da clínica* marca o prosseguimento de algumas análises arqueológicas. Nessa obra, houve o alargamento do objeto, tendo em vista que a loucura não é mais o foco. O estudo voltou-se para a medicina moderna, suas especificidades e seu aparecimento por volta do início do século XIX. Pois

Foi na modernidade que, superando as ilusões subjetivas e infundadas, a medicina descobriu seu objeto ou ultrapassou o estágio de uma linguagem carregada de imagens, metáforas e analogias, tornando-se conceitual, quantitativa, rigorosa. Não foi nossa época que ensinou a ver e a dizer. O que muda é que ela diz de outro modo e vê um outro mundo; o que muda é a relação entre aquilo de que se fala e aquele que fala; o que muda é a própria noção de conhecimento.³²⁰

Foi no século XIX que a medicina passou a ser um conhecimento objetivo, buscando dar respostas além da taxonomia. “*A passagem de um espaço de configuração da doença, considerada como espécie nosográfica, para um espaço de localização da doença, o espaço corpóreo individual.*”³²¹

Entretanto, ainda no prefácio do livro, Foucault alerta para o fato de sua pesquisa não ser um desmonte de modelos médicos anteriores ou sua história, mas sim uma tentativa de historiar o saber médico na sua espessura, afirmando: “*De uma vez por todas, este livro não é escrito por uma medicina contra uma outra, ou contra a medicina por uma ausência de medicina. Aqui, como em outros lugares, trata-se de um estudo que tenta extrair da espessura do discurso as condições de sua história.*”³²² O livro de Foucault assinala o momento em que a medicina recriminou seu passado e, para legitimar sua originalidade, delineou-se como científica.

Para justificar essa afirmativa, uma transformação na organização do conhecimento médico e de sua prática, Foucault procura demonstrar que a ruptura no saber médico não é devida a um refinamento conceitual, nem à utilização e melhoramento de instrumentos técnicos mais potentes, mas sim a uma mudança em seus objetos, conceitos e métodos. Formou-se uma configuração de saberes que caracterizaram a medicina moderna e possibilitou o surgimento de novas formas de conhecimento e novas práticas institucionais. Como afirma Roberto Machado:

³²⁰ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 88.

³²¹ Idem.

³²² FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2004. p. XVI.

Nascimento da clínica é inteiramente construído para refutar a tese histórica de que a medicina se tornou científica ao se transformar em conhecimento empírico, rejeitando, conseqüentemente, a atitude teórica, filosófica, sistemática que marcou o seu passado. Foucault não nega que a medicina moderna seja empírica. O que ele critica é essa dicotomia estabelecida pelos historiadores. Não ha dúvidas de que a questão principal examinada em *Nascimento da clínica* é a das características da medicina chamada empírica.³²³

A noção de medicina empírica é central porque possibilita notar a ruptura que inaugura a medicina moderna, permite entender como se dá o deslocamento de um olhar antes classificatório para um investigativo. O olhar classificatório constituía-se num espaço ideal onde a doença precisava ser exatamente correlata à descrição antes estabelecida. Quando transposto para um espaço real, no qual o corpo é o ditame, o olhar passa a ser investigativo. Com isso, tem-se uma transformação da linguagem, cuja percepção desse espaço, o corpo, está intrinsecamente ligada à mudança da forma de ver. Dito de outra forma:

é a oposição entre um olhar de superfície que se limita deliberadamente à visibilidade dos sintomas e um olhar de profundidade que transforma o invisível em visível pela investigação do organismo doente. Em suma, a característica básica da ruptura é a mudança das próprias formas de visibilidade.³²⁴

O livro procura mostrar como muda, da época clássica para a época moderna, o próprio conceito da medicina, como desaparece a percepção da doença em si para se transformar no entendimento de um corpo doente. Foucault concentra a análise no “*desenvolvimento da observação médica e de seus métodos*”.³²⁵ O foco de seu interesse é o processo de produção de conhecimentos, analisado em épocas diferentes, tanto no nível da linguagem quanto da percepção médica. Ele afirma:

A medicina como ciência clínica apareceu sob condições que definem, com sua possibilidade histórica, o domínio de sua experiência e a estrutura de sua racionalidade. Elas formam seu *a priori* concreto que agora é possível desvelar, talvez porque esteja nascendo uma nova experiência da doença, que oferece a possibilidade de uma retomada histórica e crítica daquela que rejeita no tempo.³²⁶

³²³ Ibidem. p. 102.

³²⁴ Ibidem. p. 105.

³²⁵ FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2004. p. 180-182.

³²⁶ Idem. p. XII.

O ato de olhar adquire uma importância salutar, pois implica em ser produtor de uma linguagem médica que é uma das características básicas do livro, ou seja, são considerados olhar e linguagem aspectos intrinsecamente ligados e formadores de saber. “*É justamente pela conjugação dos dois aspectos, dos dois termos, dos dois níveis – olhar e linguagem – considerados em sua intrínseca relação que é possível entender as rupturas que afetaram e transformaram o conhecimento médico.*”³²⁷ É da relação entre esses aspectos – olhar e linguagem – que em momentos históricos distintos se tem a preponderância de um em sobreposição ao outro no saber médico.

Tendo como baliza as inter-relações conceituais, a medicina clássica está para medicina moderna assim como a história natural está para a biologia. Assim como a ciência natural produz um conhecimento classificatório que auxilia a biologia, a medicina clássica produz um inventário das espécies patológicas, fornecendo para medicina moderna as condições de possibilidade para realizar uma anatomoclínica.

Seguindo a divisão proposta por Foucault, pode-se dizer que na medicina clássica há o privilégio da linguagem com relação ao olhar. A preocupação classificatória é soberana do saber médico, a função deste é enquadrar o que é visto ao que já é conhecido, a taxonomia anterior ao olhar, deveria ser buscada para se enquadrar a doença. O próprio espaço da doença é um “*espaço racional*”, um “*espaço essencial*”,³²⁸ o que tem como consequência perceber e decifrar a ordem inteligível das doenças estabelecidas, no nível da representação, pelo espaço nosográfico. A linguagem médica é, portanto, necessariamente anterior à percepção médica. Se o conhecimento clínico é analítico é porque o próprio espaço da percepção tem uma estrutura lingüística.

No período que Foucault vai chamar de moderno, o ambiente clínico muda essa relação, há o privilégio do olhar em relação à linguagem. Ao invés do exame necrológico, a clínica possibilita o contato com a doença em sua atuação, que por sua vez, não é a representação taxonômica. A identificação do espaço da doença como organismo doente destrói a idealidade do espaço do conhecimento médico, tornando-o empírico. A elaboração da outra linguagem, a da medicina moderna, se alicerça na possibilidade de a medicina no corpo enfermo, procurar a lesão desencadeadora da doença.

O deslocamento realizado, por Foucault, nessa concepção histórica arqueológica, da medicina clássica, entendendo que esta tem como objeto a doença considerada como essência abstrata, para a medicina clínica, esta por sua vez um saber sobre o indivíduo como corpo

³²⁷ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 107.

³²⁸ FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2004. p. 7.

doente exigindo uma intervenção que dê conta de sua singularidade, muda a relação do saber médico. Concomitantemente a isso, uma outra mutação, paralela e complementar ganha forma: o nascimento de uma medicina do espaço social.

O que leva a duas conseqüências: a primeira, a consciência explícita da doença como problema político; e a segunda, é a aquisição, por parte do médico, da legitimidade como autoridade administrativa fundado na competência de seu saber. Institucionalmente uma outra nova articulação foi possível: o hospital, antes local de assistência ao pobre e de preparação para a morte, tornou-se local privilegiado para o exercício da medicina. Seja para curar, seja para ensinar, o hospital – instituição – reforçou a legitimidade do médico e se legitimou simultaneamente. Dessa forma, a noção de saúde substituiu a de salvação.

Em *O nascimento da clínica* o que se estudou, no nível da medicina, foi uma trajetória para dar conta da constituição das ciências humanas e sociais e da instauração de um tipo de poder da sociedade. Segundo Roberto Machado o

Projeto de explicação da normatividade pela profundidade que é assinalado pela idéia de que se trata, em *Nascimento da clínica*, de “determinar as condições de possibilidade da experiência médica”, de analisar a “reorganização epistemológica da doença”, de desvelar o “*a priori* concreto” da medicina, e é realizado pelo estudo dos diversos tipos de especialização e verbalização fundamentais e patológico.³²⁹

Foucault agrega uma dimensão diferente da *História da loucura*, em que a preocupação é a percepção e o conhecimento, as teorias sobre a loucura, a relação desta com o espaço institucional. No *Nascimento da clínica* a investigação volta-se para o binômio olhar/linguagem no conhecimento médico. E se pode dizer que há um privilégio na dimensão do olhar, considerado mais importante porque é ponto de referência para a análise da linguagem.³³⁰

Entretanto Foucault ainda não utiliza a noção de saber como categoria metodológica capaz de especificar o objeto próprio da análise, isso só vai ser feito no seu livro seguinte, *As palavras e as coisas*. O *Nascimento da clínica*, ao ser inserido numa trajetória arqueológica seria uma arqueologia do olhar (médico), diferentemente da arqueologia anterior voltada para a percepção (da loucura). Ainda seguindo essa idéia, é em *As palavras e as coisas* que ele vai estudar a constituição do saber das ciências humanas.

³²⁹ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 108-109.

³³⁰ Idem. p. 109.

1.3 *As palavras e as coisas* ou uma arqueologia do saber

Em *As palavras e as coisas*, Foucault estudou a “*constituição histórica dos saberes sobre o homem.*”³³¹ Os paradigmas científicos foram vistos em suas discontinuidades, um tipo de história epistemológica interessada na formação das continuidades e discontinuidades da ciência. Utilizando um recorte temporal, o mesmo de a *História da Loucura*, do renascimento até o presente, o trabalho realizado foi o de perceber como

as ciências empíricas e a filosofia explicam o aparecimento, na modernidade, das ciências humanas, porque é com elas que o homem passa a desempenhar duas funções complementares no âmbito do saber: por um lado, é parte das coisas empíricas, na medida em que a vida, trabalho e linguagem são objetos – estudados pelas ciências empíricas – que manifestam uma atividade humana; por outro lado, o homem – na filosofia – aparece como fundamento, como aquilo que torna possível qualquer saber. O fato de o homem desempenhar duas funções no saber da modernidade, isto é, sua existência como coisa empírica é fundamento filosófico, é chamado por Foucault de *a priori* histórico para assinalar que ele explica o aparecimento das ciências humanas, isto é, do homem, considerado não mais como objeto ou sujeito, mas como representação.³³²

Tem-se uma verticalização da investigação do saber, Foucault chama esta de trabalho arqueológico, dizendo que: “*A arqueologia, dirigindo-se ao espaço geral do saber, a suas configurações e ao modo de ser das coisas que aí aparecem, define sistemas de simultaneidade, assim como a série de mutações necessárias e suficientes para circunscrever o limiar de uma positividade.*”³³³

Essa proposta de aprofundamento vertical vai alicerçar-se em um conceito desenvolvido por Foucault para compreender as zonas de divisão entre uma camada arqueológica e outra, ele vai propor o conceito de *episteme*. Por *episteme* pode-se entender a delimitação da totalidade da experiência num campo de saber em num dado período. A delimitação pode ser definida como os objetos aparecem naquele campo. Em seguida apresentar modelos teóricos à percepção cotidiana do homem e também as condições em que ele pode sustentar um discurso sobre coisas que são reconhecidas como verdadeiras.³³⁴

³³¹ Ibidem. p. 111.

³³² Ibidem. p. 112.

³³³ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**, p. XX.

³³⁴ Idem, p. 135-146.

Por exemplo, ao estudar sobre o estabelecimento da economia no campo dos saberes das ciências humanas, pode-se entender o homem, como um ser cuja vida é procurar escapar, pelo trabalho, à iminência da morte.³³⁵ “A economia moderna se articula, assim, com uma ‘antropologia como discurso sobre a finitude natural do homem.’”³³⁶ Com isso, a relação entre o conhecimento e o homem ganha uma simultaneidade até então inexistente, pois se invertem, ou se completam. A descoberta da finitude se dá pela empiricidade, uma vez que o sujeito do conhecimento percebe a finitude de seu corpo, de sua linguagem e mesmo de seus desejos.

Uma tese central para Foucault “é que a instauração da economia, da biologia e da filologia como saberes empíricos da modernidade é coetânea do nascimento de um novo tipo de filosofia, que tem como marco inicial a ‘revolução copernicana’ realizada por Kant”³³⁷ Essa revolução “copernicana” é o deslocamento da questão filosófica, onde conhecer o *a priori* das coisas é submetê-lo, enquanto objeto, ao sujeito. Nesse sentido “conhecer é comparar; comparar é fundamentalmente ordenar; e como a ordenação se faz segundo a ordem do pensamento, conhecer é analisar.”³³⁸

É essa a leitura feita por Foucault em relação a Descartes pois, a comparação se faz segundo a ordem do pensamento em relação ao real. Assim a tese desenvolvida em *As palavras e as coisas* “é que entre o empírico e o transcendental, ocupando a distância que separa esses dois níveis, surge o lugar de uma outra questão sobre o homem, exatamente a das ciências humanas.”³³⁹ Roberto Machado vai afirmar que:

Essa tese é de que as ciências humanas se constituem, na modernidade, a partir das transformações, ocorridas no nível do saber, e que deram nascimento às ciências empíricas da vida, do trabalho e da linguagem e a um tipo de filosofia que, apesar de orientações diferentes, Foucault caracteriza como analítica, como “filosofia do mesmo”, no sentido de que o transcendental por ela tematizado é a repetição da empiricidade que as ciências começam e como transcendental – objeto das ciências empíricas e da filosofia moderna – é a condição de possibilidade do aparecimento do homem como representação, tal como é estudado pelas ciências humanas.

Sendo assim o cerne do pensamento de Foucault é uma investigação de como uma determinada ordem interna das coisas institui e legitima o saber. Daí a importância da definição de *episteme* desenvolvida por ele, pois esta

³³⁵ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 121.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Ibidem. p. 122.

³³⁸ Ibidem. p. 123.

³³⁹ Ibidem. p. 127.

significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anteriores à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A episteme é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber.³⁴⁰

É possível supor que a grande ambição de *As palavras e as coisas* é apontar as continuidades sincrônicas e as discontinuidades diacrônicas entre os saberes, pois como Foucault diz: “a arqueologia, dirigindo-se ao espaço geral do saber, a suas configurações e ao modo de ser das coisas que aí aparecem, define sistemas de simultaneidade, assim como a série de mutações necessárias e suficientes para circunscrever o limiar de uma positividade nova.”³⁴¹ O seu interesse foi montar a rede de coisas que definem e configuram o saber de determinada época, sua emergência e sua transformação. Ele afirma que

Pode-se perfeitamente escrever uma história do pensamento na época clássica, tomando esses debates como pontos de partida ou como temas. Mas não se fará então mais que a história das opiniões, isto é, das escolhas operadas segundo os indivíduos, os meios, os grupos sociais; e é todo um método de inquirição que está implicado. Se se quiser empreender uma análise arqueológica do próprio saber, então não são esses debates célebres que devem servir de fio condutor e articular o propósito. É preciso reconstruir o sistema geral de pensamento, cuja rede, em sua positividade, torna possível um jogo de opiniões simultâneas e aparentemente contraditórias. É essa rede que define as condições de possibilidade de um debate ou de um problema, é ela a portadora da historicidade do saber.³⁴²

Esse historiar requer uma prática metodológica específica: para reconstruir o sistema de pensamento de uma determinada época, a simultaneidade das opiniões, é indispensável que a prática traduza as condições de possibilidade de seu tempo, fornecendo as historicidades.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault, decompõe o sujeito moderno, analisando suas condições de possibilidade como elemento de estudo. A questão que ele coloca é: se o homem é o ponto de fundação da objetividade de seu conhecimento, dentro da lógica moderna, sendo necessário um ponto externo para avaliar sua *episteme*, então como estabelecer esse ponto? Essa ambigüidade, indicada por ele, faz com que se imploda a concepção de saber do homem como dado, levando assim a uma desnaturalização do sujeito, e parece ocorrer quando a

³⁴⁰ Ibidem. p. 133.

³⁴¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**, p. XX

³⁴² Idem. p. 103.

pergunta é antecipada: quem estuda o sujeito senão o próprio. Marca-se a historicidade do sujeito como objeto filosófico.

As implicações são mensuradas por ele, pois esta apropriação do sujeito como objeto de si mesmo, estabeleceu uma história profundamente humana e dividida em suas apreensões.

Assim parece, por trás da história das positivities, aquela, mais radical, do próprio homem. História que concerne agora ao ser mesmo do homem, pois que se evidencia que não somente ele “tem”, em torno de si, “História”, mas que ele mesmo é, em sua historicidade própria, aquilo pelo que se delineia uma história da vida humana, uma História da economia, uma história da linguagem. Haveria, pois, a um nível muito profundo, uma historicidade do homem que seria, por si mesma, sua própria história, mas também a dispersão radical que funda todas as outras.³⁴³

Ao delimitar essas implicações de auto-legitimação do sentido moderno de história, que abarca esse nível mais profundo, desemboca-se numa dispersão multiforme da “história do homem”.³⁴⁴ A crítica de Foucault é exatamente perceber essa construção e denunciá-la como uma razão impositiva e não natural.

Nos três livros iniciais, *História da Loucura*, *Nascimento da clínica* e *As palavras e das coisas*, arma-se uma primeira tentativa de realizar uma história crítica do presente, que define Foucault, através de seus propósitos, como um filósofo do hoje.³⁴⁵ Ele apresenta uma revisão no “*modus operandi*” da razão moderna em suas formas. A história arqueológica, novamente agrega, alarga e reconstrói-se; a percepção (do louco) dilatou-se para o olhar (na medicina) e ampliou-se para o saber (nas ciências humanas). Não se trata assim de um conceito estanque, mas também não é um desenvolvimento progressivo, essa forma de pensar a história é relacional e desenvolvida de acordo com as necessidades em que o historiar acontece.

1.4 A arqueologia do saber ou uma transição para genealogia.

³⁴³ Ibidem. p. 512.

³⁴⁴ As visões aqui colocadas sobre *As palavras e as coisas*, estão melhor e mais competentemente colocadas pelo professor José Ternes, no livro *Michel Foucault e a idade do homem* que é um estudo aprofundado no assunto da percepção do sujeito por Foucault.

³⁴⁵ A esse respeito existe uma bibliografia significativa, para citar apenas dois: o livro de André Queiroz *O presente, o intolerável...* (*Foucault e a história do presente*) e outro organizado por André Queiroz e Nina Velasco Cruz, *Foucault Hoje?*. Além desses livros existem trabalhos apresentados nos colóquios internacionais que ocorrem no Brasil anualmente.

A transição entre o primeiro e o segundo momento, ou seja, entre a arqueologia e a genealogia, pode ser visto em *A arqueologia do saber*, onde há um mergulho metodológico referente aos trabalhos anteriores, mas que marca o fim de uma longa investigação sobre o saber. Como explica Roberto Machado:

A arqueologia do saber não é mais uma pesquisa histórica. É um livro que, embora não se proponha construir, em sentido rigoroso, uma teoria ou uma metodologia da história arqueológica, tem como objetivo principal refletir sobre o procedimento utilizado, e por vezes explicitado, no trabalho de pesquisa dos livros anteriores.³⁴⁶

Um conceito vai ser alçado ao centro do debate, o de discurso, sendo trabalhado na produção intelectual de Foucault ao longo dos anos setenta. O objetivo é descrever a função adicional dos discursos, demonstrando como modelos serviram para solidificar e legitimar os termos científicos.³⁴⁷ Em suas análises a respeito do discurso, o mote vai ser a interligação entre poder e saber em suas diversas facetas e instrumentos, visto mais adiante por exemplo em *Vigiar e Punir*.

A arqueologia do saber define o método arqueológico como uma análise de discursos.

Os discursos são abordados em um nível anterior à sua classificação em tipos. A análise é feita sem obedecer às distribuições tradicionais dos discursos em ciência, poesia, romance, filosofia etc., sendo assim capaz de dar conta do que se diz em todos esses domínios sem se sentir limitada por essas divisões.³⁴⁸

Foucault não aceita essas divisões tradicionais em tipos, pois elas nem sempre existiram, seriam elas categorias muito recentes que precisaram se legitimar através de uma teoria auto-sustentável. O que leva a um problema, como reencontrar a unidade que ao menos elas permitiam, possibilitando situar o objeto da pesquisa histórica?

A possibilidade de resposta a esta questão é conferida por meio de quatro teorias para pensar sobre a unidade do discurso.

I) A primeira é que “*o que faz a unidade de um discurso não é o objeto a que ele se refere.*”³⁴⁹ Para ele, não é a unidade de um objeto que constitui o discurso sobre o mesmo, e sim, o objeto que se constituiu à medida que o discurso se sobrepõe a ele no conjunto de suas formulações.

³⁴⁶ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 143.

³⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 21-85.

³⁴⁸ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 145.

³⁴⁹ Idem.

II) A segunda teoria é que “*a organização de um discurso também, não é presidida por sua forma de encadeamento, um modo constante de enunciação, um ‘estilo’.*”³⁵⁰ O discurso é formado por um grupo de enunciações heterogêneas que existem em simultaneidade numa mesma disciplina.

III) A terceira é que “*a unidade de um discurso não pode ser buscada em um sistema fechado de conceitos comparáveis entre si, que seria o núcleo de base a partir do qual os outros seriam derivados, e que formaria uma espécie de ‘arquitetura conceitual’.*”³⁵¹ Essa hipótese abre precedência para se explicar o surgimento de novos conceitos, sejam estes compatíveis ou incompatíveis com anteriores.

IV) A quarta é que “*não é a presença de um mesmo tema que serve de princípio de individualização dos discursos.*”³⁵² Como exemplo disso ele toma o caso do evolucionismo que está presente em dois discursos diferentes: o da história natural do século XVIII, e o da biologia no século XIX.

Essas quatro hipóteses conduzem para a necessidade de problematizar a análise dos discursos, assim estes são um campo de possibilidades temáticas, e o que se vai perceber com eles são as regras de formação dos temas possíveis.

Os discursos não tem, portanto, princípios de unidade. E daí surge a idéia de analisá-los como pura dispersão. A dita unidade de um discurso, como ciência por exemplo, unidade procurada nos níveis do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade um dispersão de elementos.³⁵³

Foucault toma como ponto de partida do seu livro uma premissa: a análise dos discursos, e isso é feito através da descrição das dispersões do próprio discurso. O objetivo dessa empreitada é estabelecer regularidades das dispersões, formular sistemas de dispersão entre os elementos do discurso como uma forma de regularidade. Essas regras devem explicar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, que segundo o autor, podem ser chamadas de regras de formação.

Essas regras de formação discursiva constituem um sistema que determina uma formação discursiva. Em outras palavras, “*um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade, e portanto individualizado, descrito em sua*

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² Ibidem.

³⁵³ Ibidem. p. 146.

singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis.”³⁵⁴ No capítulo II – As regularidades discursivas, do *A arqueologia do saber* ele divide esses níveis de formação do discurso em quatro, o primeiro é no nível dos objetos.

Para definir o espaço comum aos objetos é preciso estabelecer um conjunto de relações entre as instâncias de emergências, delimitações e especificações dos objetos. Com isso se está relacionando os objetos aos seus conjuntos de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e constituem assim suas condições de aparecimento histórico.³⁵⁵ O segundo é o nível dos tipos enunciativos, “*se não se tem uma forma única, é preciso então descrever um coexistência de formas diversas para situar uma determinada articulação*”³⁵⁶ Foucault exemplifica essa idéia afirmando:

O que se deve caracterizar como medicina clínica é a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; é o sistema que rege sua repartição, o apoio de uns nos outros, o modo como se implicam ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de sua mudança, de sua disposição e sua substituição.³⁵⁷

Nessa concepção, como comenta Roberto Machado, analisar um discurso é determinar as regras que tornam possível a existência de enunciações diversas.

O terceiro nível é o dos conceitos, onde se considera as regras que tornam possível o aparecimento e a transformação dos conceitos, isto é, a organização do campo discursivo em que se encontram os conceitos analisados, em um nível mais elementar do que o dos próprios conceitos.³⁵⁸ A idéia é que esse sistema dê conta de entender as emergências simultâneas ou sucessivas de conceitos dispersos, heterogêneos e até mesmo incompatíveis.

O quarto nível é das estratégias, onde estas não individualizam um discurso, o objetivo é definir um sistema de relações entre as diversas estratégias que seja capaz de dar conta das formações discursivas. As motivações de Foucault são evidenciadas quando comenta o seguinte:

O problema é saber como se distribuem na história. Será por um determinismo que as encadeia, as torna inevitáveis, as chama exatamente a seu lugar, uma após outras, e, de fato, como soluções sucessivas de um único e mesmo problema? Ou por encontros aleatórios entre idéias de origem diversa, influências, descobertas, climas especulativos, modelos teóricos que

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 45-55.

³⁵⁶ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 147.

³⁵⁷ FOUCAULT, Michel. Apud. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 147.

³⁵⁸ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 147.

a paciência ou o gênio dos indivíduos disporia em conjuntos mais ou menos bem constituídos?³⁵⁹

As preocupações em analisar os níveis do discurso denotam que falar de discurso é falar de relações discursivas ou regularidade discursiva, as regras que caracterizam um discurso como individualidade se apresentam como um sistema de relações. O projeto teórico foucaultiano entende como indispensável “*as relações entre os objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade.*”³⁶⁰

Um problema surge de imediato, como falar de um sistema único quando o próprio autor fala em quatro tipos sistemáticos de análise? A saída encontrada é que esses quatro elementos de análise são relacionados entre si, formam um sistema único, um modelo vertical de dependência, onde não há justaposição nem autonomia absoluta entre eles. O que vai variar entre eles é a análise que se busca para então direcionar qual dos quatro enfoques (regras de formação do objeto – das enunciações – dos conceitos – das estratégias) adotar mediante o objeto pesquisado.

Dentro dessa teoria, busca-se resolver um problema causado pela categorização em tipos discursivos, pois toda formação discursiva não é do mesmo modo permeável aos acontecimentos não-discursivos. A análise arqueológica, proposta pelo pensador procura descobrir formas específicas da articulação, entre acontecimentos discursivos e não-discursivos, ligações que dêem conta de entender um sistema de relações.

Assim Foucault critica o que chama “análise simbólica”, que estabelece entre o discurso e o não-discurso uma correspondência em que os reflexos se dão nos dois sentidos; mas também uma “análise causal”, que procuraria situar de que maneira as práticas políticas e econômicas determinam a consciência dos homens e vêm assim influenciar seus discursos.³⁶¹

A proposta arqueológica busca explicitar as condições de possibilidade de um discurso através da definição de suas regras de formação e, para isso, o discurso é entendido também como um conjunto de enunciados. Uma outra necessidade se impõe, explicar o que se entende por enunciado, ou melhor, mostrar como a arqueologia foucaultiana, pensada como uma análise das formas discursivas, é uma descrição dos enunciados.

O enunciado é uma função de existência, ele só existe em função do seu cruzamento com estruturas possíveis de enunciação, como o autor explica,

³⁵⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 71-72.

³⁶⁰ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 148.

³⁶¹ Idem. p. 149.

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade: é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidade possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.³⁶²

Assim sendo, o enunciado é uma função vazia em si mesmo, mas é um lugar onde diferentes sujeitos podem vir a tomar posição e ao ocupar esse lugar formulam o enunciado; é uma posição determinada, um espaço vazio a ser preenchido por indivíduos diferentes. Como o próprio Foucault explica: “*Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser ditos ‘enunciados’ não é portanto na medida em que houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar em algum lugar seu traço provisório; é na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito.*”³⁶³ Para o autor um enunciado não pode existir isoladamente, diferentemente a uma frase ou uma proposição, estas só se tornam enunciado quando exercem a função de um elemento integrado a um conjunto de enunciados.

O enunciado só pode existir se localizado em algum lugar, a esse lugar, ou como preferiu denominar Roberto Machado “campo adjacente” ou “espaço colateral”³⁶⁴, ele se constitui como um conjunto de formulações. O “campo adjacente” ou “espaço colateral” é onde um enunciado se situa como elemento, por aquelas a que o enunciado se refere ou que o caracterizam como um tipo determinado de discurso. Foucault explica que o enunciado como conjunto de formulações realiza a função de dar existência a uma série de signos, um jogo de posições possíveis para o sujeito.

O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de – sozinha – formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível.³⁶⁵

³⁶² FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 98.

³⁶³ FOUCAULT, Michel. Apud. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 151.

³⁶⁴ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 151.

³⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 123.

Sendo assim é possível dizer que o enunciado pensado por Foucault é uma formulação que viabiliza que um conjunto de signos, formadores de unidades lógicas ou gramaticais, se relacione com objetos e receba um sujeito possível. Ele, o enunciado, coordena-se com outros enunciados e se apresenta como objeto, isto é, como materialidade repetível. É por ele que se tem o modo como existem essas unidades de signos. *“Ele lhe dá as modalidades particulares de existência, estipula as condições de existência dos discursos. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa que é uma condição de existência.”*³⁶⁶

A descrição detalhada do enunciado é fundamental para dar sustentabilidade à teoria foucaultiana do discurso, pois o discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. Nesse sentido, dentro da trajetória arqueológica as implicações são a de fazer com que exista o interesse pelos discursos que estabeleceram os princípios de legitimidade e verdade. O discurso no tratamento arqueológico é um conjunto finito, limitado, circunscrito em uma seqüência de signos verbais formulados. A arqueologia não se interessa pelos discursos possíveis, ela estuda os discursos reais, efetivamente pronunciados, existentes como materialidade.

A materialidade está no fato de que o discurso é um conjunto de regras dado como sistema de relações. Essas relações são o seu volume próprio, sua espessura, o caracterizam como prática. E para Foucault entender o discurso como prática – prática discursiva – significa defini-lo como *“um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa.”*³⁶⁷ Essas definições estão em debate com um campo muito específico, trata-se da história, mas não de qualquer história, sim da história das idéias, do pensamento, das ciências. O problema que ele aponta e tenta resolver é o desmonte de um tipo de história que se cristalizou e não dava cabo de resolver as descontinuidades. *“A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história”*³⁶⁸

As transformações propostas pela arqueologia apontam uma direção diferente na forma de como lidar com as descontinuidades e quem alicerça essa diferenciação no tratamento histórico é a mudança em como lidar com o discurso. Para o pensador, a história trabalha e elabora o documento,

³⁶⁶ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 152.

³⁶⁷ FOUCAULT, Michel. Apud. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 153.

³⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2004. p. 9.

...ela (*história*) o organiza (*documento*), recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas.³⁶⁹

A arqueologia procura determinar as condições de existência do discurso, tomado-o como acontecimento em relação a outros documentos, discursivos ou não, o discurso é elevado a uma categoria de monumento no sentido de ser estudado em sua materialidade, o que o caracteriza e lhe dá espessura. A tese central dessa teoria é analisar os discursos como práticas que obedecem a regras de formação, enumeradas pelo próprio Foucault como:

- 1) dos objetos;
- 2) das modalidades enunciativas;
- 3) dos conceitos;
- 4) das estratégias.

Analisar as regras de formação dos discursos é estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza, positividade aqui entendida como aquilo que produz algo e não como um jogo dialético entre positivo e negativo, benéfico e maléfico ou caridoso e nocivo. O significativo é perceber essa positividade como produção de um saber que não é necessariamente científico, a análise arqueológica descreve uma “formação discursiva”, determinando suas regras de formação, definido o que é um saber.

Ao lidar com uma concepção de história que se preocupa com documentos como uma materialidade discursiva (se incluem aí livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) o saber deixa de ser um monopólio da ciência. “*O saber não está investido apenas em demonstrações, ele também pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões*

³⁶⁹ Idem. p. 7-8.

políticas.”³⁷⁰ O que a arqueologia entende por formação discursiva são saberes oriundos de documentos científicos, filosóficos literários ou outros e estes são independentes das ciências, no sentido de também se encontrarem em outros tipos de discurso. Entretanto a ciência se localiza no campo do saber e pode ser analisada como tal, essa premissa permite, para a arqueologia, afirmar que a questão da cientificidade ou não de um discurso não tem importância, pois sendo ciência ou não, o que se tem é mais um tipo de saber.

Os quatro livros dessa fase (*História da loucura, O nascimento da clínica, As palavras e as coisas e A arqueologia do saber*), se entendidos quanto ao método, são significativamente diferentes entre si, como a idéia apresentada até aqui, pode se falar em arqueologias (da percepção, do olhar, do saber e do discurso). Contudo, quando vistos em relação aos livros posteriores (*Vigiar e punir, A vontade de saber* – associados a genealogia – *O uso dos prazeres e Os cuidados de si* – associados a uma ontologia do presente) pode-se falar em uma homogeneidade possível de ser identificada e denominada de história arqueológica que se diferencia de uma história genealógica ou uma ontologia do presente.

O livro *A arqueologia do saber* não representa um ponto final radical nessa história arqueológica, que é datada no âmbito do projeto teórico de Foucault, mas também não é um recomeço que abandona o que foi pensado anteriormente. “A arqueologia do saber *nem é a explicação conceitual de uma metodologia antes aplicada e ainda não definida, nem o estabelecimento de um novo método de análise dos saberes que irá guiar as pesquisas posteriores.*”³⁷¹ A noção de trajetória é fundamental para entender que o livro é mais uma etapa de um projeto maior – arqueológico – onde definem suas especificidades e clarifica seu exercício.

As linhas de amarração das pesquisas arqueológicas dizem respeito quanto ao conteúdo, pois são marcadas por uma aproximação temática. Na *História da loucura* toda argumentação é orientada para elucidar a questão da natureza da psiquiatria. Foucault investiga as especificidades do discurso psiquiátrico em relação ao discurso científico e evidência um descompasso entre eles. O saber sobre a loucura enunciado pelo discurso psiquiátrico “*é enganoso ou, mais precisamente, é o inverso da produção de uma verdade cada vez mais depurada dos erros iniciais.*”³⁷² Contudo a maior contribuição é a análise da relação direta do louco e a exclusão institucional em associação aos critérios sociais que a

³⁷⁰ FOUCAULT, Michel. Apud. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 154.

³⁷¹ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 156.

³⁷² Idem. p. 157.

possibilitaram, ou seja, como uma sociedade percebia um determinado grupo, motivo pelo qual a *História da loucura* pode ser considerada arqueológica.

Em *O nascimento da clínica*, o foco muda, ou pode-se dizer que se amplia, da história da loucura para a história da medicina, do modelo classificatório estudado principalmente na época clássica em relação à loucura para uma medicina especializada na época moderna. Ele estuda a produção de conhecimento não mais sobre a loucura, mas sobre a doença em geral, na época clássica e na modernidade. Dois aspectos são fundamentais e diferentes do estudo anterior, mas intrinsecamente relacionados: olhar e linguagem. O que o livro faz é retomar a análise histórica do conhecimento da doença já esboçada na *História da loucura*, procurando estabelecer as características básicas da ruptura entre medicina classificatória e a clínica médica moderna. A história arqueológica é o entendimento de como o olhar e linguagem médica mudou na transição de uma medicina classificatória a uma medicina clínica.

O conteúdo estudado em *As palavras e as coisas* alarga o estudo da relação da medicina com seus saberes constituintes, novamente na cronologia adotada nos livros anteriores, da época clássica à moderna. O alargamento é do âmbito da medicina para o da história natural e da biologia, estudando a configuração de cada uma e a ruptura existente entre elas. A ampliação é ainda maior, ele entende a biologia, juntamente à economia e filologia como ciências empíricas, coisa que também fizera em *O nascimento da clínica* ao falar da medicina. A implicação dessa constatação é perceber os saberes analíticos como oposição ao saber empírico, ou seja, as relações entre estes saberes (analíticos e empíricos) com a filosofia clássica da representação e do ser e com a antropologia filosófica moderna. Essa tese demonstra como as ciências humanas têm nestes saberes empíricos e filosóficos sobre o homem suas condições históricas de possibilidades, constatação essa possível através da análise histórica arqueológica.³⁷³

Há, portanto, homogeneidade temática entre as pesquisas arqueológicas de Foucault quando consideradas em suas grandes linhas. A ponto de podermos caracterizá-las como uma única e extensa pesquisa centrada na questão dos saberes sobre o homem na modernidade. Pois, no fundo, trata-se de uma análise histórica que, estabelecendo um mesmo recorte temporal para os saberes ocidentais do século XVI até o século XIX – Renascimento, época clássica e modernidade –, tem dois objetivos intrinsecamente relacionados: por um lado, procura destruir o mito da existência de um saber sobre o homem em outras épocas que não a moderna; por outro, evidencia o papel privilegiado que o homem ocupa nos saberes da modernidade, pelo estudo dos nascimentos do humanismo terapêutico psiquiátrico, da clínica como conhecimento do corpo doente individual, das ciências empíricas e da

³⁷³ Ibidem. p. 157-158.

filosofia que instituem o homem como ser empírico e transcendental e, finalmente, das ciências humanas que o representam como interioridade psicológica ou exterioridade social.³⁷⁴

No *A arqueologia do saber*, o que se têm é uma explicação do método utilizado nos livros anteriores, formulado de maneira generalizada, o que poderia dar uma errônea impressão de análises feitas em termos de totalidade cultural. O livro estuda como uma análise do discurso, das formações discursivas, que pretende determinar as regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e dos temas e teorias, pôde ser feita através de uma história arqueológica. Nesse sentido o debate com um tipo de história das idéias que busca continuidades é feito com a crítica a formação dos conceitos, estes são um nível, entre outros, da análise arqueológica dos discursos.

A arqueologia histórica de Foucault tem o objetivo de estudar um conjunto de saberes caracterizados a partir de inter-relações conceituais de uma época determinada como pondera Roberto Machado dizendo:

De modo geral, podemos dizer que as rupturas assinaladas pela arqueologia dizem respeito não a um determinado conceito, mas um conjunto de saberes caracterizado a partir de inter-relações conceituais estabelecidas em determinada época. Mas a extensão das descontinuidades variou em cada uma das investigações arqueológicas.³⁷⁵

Na *História da loucura* Foucault considera vários saberes diferentes, mas sua preocupação é entender a percepção social do louco e qual sociedade a concebeu. Os discursos de diferentes campos de saber são analisados em função da loucura e de como o louco em diversos momentos da história teve percepções distintas. No *O nascimento da clínica* ele analisa o saber médico estudado a partir de seus saberes fundadores que estão associados ao olhar. À como a mudança do olhar é uma mudança de saber, da taxonomia à investigação do corpo doente. Em *As palavras e as coisas* ele pretende cobrir o saber de uma época, atingindo o máximo de extensão, o conhecimento das ciências humanas e a própria inserção como objeto de conhecimento. Na *A arqueologia do saber* o que ele faz é deslocar e modificar os critérios de normatividade postulada pela história arqueológica, com o objetivo de estabelecer princípios históricos de organização dos discursos.

Em cada pesquisa realizada, a história arqueológica acontece de modo diferente, porém ainda é possível uma preocupação comum a elas como defende Roberto Machado:

³⁷⁴ Ibidem. p. 158.

³⁷⁵ Ibidem. p. 163.

Em *História da loucura* pelo julgamento da percepção e do conhecimento da loucura a partir da experiência originária tomada como norma; em *O nascimento da clínica* pelo balizamento de uma ruptura arqueológica entre dois tipos históricos de medicina a partir da análise do olhar loquaz considerado como dimensão de profundidade do conhecimento; em *As palavras e as coisas* pelo estabelecimento da ordem interna constitutiva dos saberes em sua positividade a partir de *episteme* concebida como critério de ordenação. *A arqueologia do saber* não abandona a idéia de normatividade. Segundo ela, a arqueologia tem por objetivo descrever conceitualmente a formação dos saberes, sejam eles científicos ou não, para estabelecer suas condições de existência, e não de validade, considerando a verdade como uma produção histórica cuja análise remete a suas regras de aparecimento, organização e transformação no nível do saber. Assim, na última etapa da trajetória da arqueologia, a exigência de normatividade da análise histórica se manifesta através do projeto de uma descrição capaz de elucidar a regularidade intrínseca dos saberes, estabelecer compatibilidades e incompatibilidades e individualizar formações discursivas.³⁷⁶

Pode-se dizer que o que interessa para a história arqueológica é buscar homogeneidades básicas que estão no fundo de determinada *episteme*. Essas homogeneidades são regularidades muito específicas, muito particulares, que formam uma rede única de necessidades *na, pela e sobre a* qual se engendram as percepções e os conhecimentos; os saberes.³⁷⁷

Contudo na *A arqueologia do saber* se assinala uma mudança nos rumos da trajetória filosófica de Foucault, o discurso longamente analisado e debatido, apresenta um componente relacional e junto a este está o poder. “A mutação essencial assinalada por livros como *Vigiar e punir* a vontade de saber, *primeiro volume da História da sexualidade, foi a introdução da questão do poder como instrumento capaz de explicar a produção dos saberes.*”³⁷⁸ Na história genealógica o discurso não é mais dissociado do poder e este liga-se ao saber de forma relacional. “A *genealogia é uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos.*”³⁷⁹

O próprio pensador num texto de 1984 ao fazer um tipo de balanço sobre a sua trajetória comenta sobre a separação entre suas pesquisas, porém a divisão não é de ruptura ou abandono é de postura em relação ao objeto. Ele diz:

Arqueologia – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará deprender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de

³⁷⁶ Ibidem. p. 166.

³⁷⁷ VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 58.

³⁷⁸ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 167.

³⁷⁹ Idem.

qualquer ação moral possível; mas trata tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez o que somos a possibilidade de no mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos.³⁸⁰

A metodologia muda, a história arqueológica, preocupada com as questões de conceito, da descontinuidade e da normatividade que apareciam em primeiro plano, é minimizada. Os debates sobre a necessidade de tomar um posicionamento em relação à história epistemológica também não são mais preocupações. A questão diz respeito, sobretudo, ao poder e sua relação com o saber.

2. Genealogia

Foucault elabora uma outra forma de pensar o saber, o intuito é “*explicar sua existência e suas transformações situando-os como peças de relação de poder ou incluindo-os em um dispositivo político*”³⁸¹, o autor chama esta forma de pensar de genealogia. O termo foi emprestado da filosofia de Nietzsche, e tem sua primeira aparição no *Vigiar e punir*, quando Foucault afirma o objetivo do livro:

Objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.³⁸²

Mais adiante ele novamente emprega o termo afirmando “*A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da ‘alma’ moderna.*”³⁸³ Essa terminologia vai ser empregada ao longo do livro em outras passagens, mas também, no *A vontade de saber*, nos cursos que ele ministrou no *Collège de France* além de originar um texto intitulado *Nietzsche, a genealogia e a história*.

³⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos II: arqueologia dos sistemas de pensamento**. 2005. p. 348.

³⁸¹ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 167.

³⁸² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2009. p. 26. (grifo nosso)

³⁸³ Idem. p. 31. (grifos nossos)

A genealogia faz um tipo de história que tenta descrever uma gênese no tempo, mas, não se interessa em buscar um momento de origem, um rito de fundação. Foucault ao comentar Nietzsche diz:

Procurar uma tal origem e tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si: é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.³⁸⁴

O que viabiliza e deixa falar em mudança na trajetória intelectual de Foucault é notar que a proposta passou a ser explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes. Para fazer isso, ele situou os saberes como elementos de um dispositivo de natureza política, ou seja, não se trata de considerá-los como efeito ou resultante. Seu objetivo deixou de ser analisar as compatibilidades e incompatibilidades entre os saberes a partir da configuração das positivities e passou a se preocupar também com as possibilidades externas aos saberes através de um enfoque político.

Outra mudança significativa é perceber que a ênfase que arqueologia e genealogia conferem ao tempo envolvido nas mudanças dos saberes é diferente, o que provoca uma mudança no tamanho dos objetos.

A diferença entre arqueologia e genealogia é aquela que existe entre um procedimento descritivo e um procedimento explicativo: a arqueologia pretende alcançar um certo modo de descrição (liberação de toda “sujeição antropológica”) dos regimes de saber em domínios determinados e segundo um corte histórico relativamente breve; a genealogia tenta, recorrendo à noção de “relações de poder”, o que a arqueologia deveria contentar-se em descrever.³⁸⁵

A genealogia tem um recorte processual da teia discursiva, em contraste com uma perspectiva arqueológica, que nos oferece um instantâneo, um corte através do nexos discursivo. A genealogia examina o processo enquanto a arqueologia examina o “momento”, por mais que estendido no tempo possa ser esse momento.³⁸⁶

³⁸⁴ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. p. 17-18.

³⁸⁵ MOREY, M. Apud. VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 75.

³⁸⁶ BEVIS, Phil; COHEN, Michele & KENDALL, Gavin. Apud. VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 75.

Como dito anteriormente, nos estudos Foucaultianos não é possível falar em ruptura ou um simples abandono de um pensamento a outro, o que se demonstra é uma relação de agregação de saberes, de objetos. As idéias desenvolvidas antes como percepção, olhar, saber e discurso são basilares para essa outra pesquisa desenvolvida sobre poder e suas relações com o saber.

Foucault dialoga com uma concepção do poder inspirada pelo modelo econômico que o considera como mercadoria,³⁸⁷ fruto de uma tradição francesa marxista e ligada a Althusser, o poder para Foucault não tem sua natureza essencialmente repressiva, mas sim, positiva. Como explica Roberto Machado:

Vigiar e punir e A vontade de saber, livros que estão constantemente querendo demonstrar que é falso definir o poder como algo que diz “não”, impõe limites, castiga. A uma concepção negativa que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido de que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, Foucault opõe uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão. O que suas análises quiseram mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão.³⁸⁸

As pesquisas sobre a história da penalidade conduziram a problematizar o poder, sobre os indivíduos enclausurados e como este incidia sobre seus corpos, utilizando uma tecnologia própria de controle. *“E essa tecnologia não era exclusiva da prisão; encontrava-se também em outras instituições como o hospital, a caserna, a escola, a fábrica, como indicava o texto mais explícito sobre o assunto, o Panopticon, de Jeremy Bentham.”*³⁸⁹

Não se trata, porém, de qualquer tipo de poder, mas de um tipo específico ao qual ele chamou de “disciplina” ou “poder disciplinar”. A disciplina para ele não está numa instituição ou mesmo no aparelho do Estado, rompendo com certa tradição de análise, ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder. Seu funcionamento se dá por uma rede de relações que podem estar no Estado e nas instituições, mas as atravessa e não se limita a elas. A disciplina *“é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.”*³⁹⁰

³⁸⁷ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 171.

³⁸⁸ Idem. p. 171-172.

³⁸⁹ Ibidem. p. 173.

³⁹⁰ Ibidem.

É em *Vigiar e Punir* que ele faz um relato de como uma disputa de poderes resulta em um direcionamento para sociedade. Mostra o surgimento de um projeto que tomava o encarceramento como a resposta necessária de uma sociedade que se “civiliza” e não tolera os desatinos sociais, mas não sabe exatamente qual procedimento adotar nem admite a permanência da violência punitiva. Foucault discute como esse projeto não era o mais viável nem o melhor aceite e, ainda assim, vigorou na disputa por legitimações de poder.³⁹¹ Nas relações entre poder e saber pode-se perceber seus aspectos de formação.

A disciplina é a responsável pela viabilização desse projeto, que como Foucault ressalta, é o mais improvável, demonstrando seu contínuo processo de estranhamento e desnaturalização do sujeito.

A formação da disciplina é vista em quatro partes: I) distribuição espacial, para ser possível o controle dos corpos; II) controle do tempo através de atividades realizadas dentro do espaço de cerceamento, para introspecção e adequação da disciplina; III) vigilância constante e exercícios físicos contínuos; IV) registro contínuo de conhecimentos referentes ao recluso, produzindo um saber que positiva o poder, é essa combinação de força e tática, para por em prática esse projeto de sociedade burguesa que proporciona um funcionamento dessa lógica com a desenvoltura requerida pelos mesmos.

Assim, Foucault pôde estabelecer uma interpretação do panóptico de Jeremy Bentham em que a observação contínua serviria de disciplina que ao invés de uma repressão, produz um comportamento. O cerceamento da liberdade mais do que tolher o indivíduo busca disciplinar o comportamento, ou seja, “docilizar”. Esse modelo pode ser alargado à sociedade como um todo na forma da “docilização dos corpos”, a busca da disciplina é uma espécie de herança das instituições criadas com a ascensão da sociedade burguesa. O liame social vai dar-se através da vigilância constante e irrestrita, para adequação e estabelecimento nas relações de poder. Os métodos panópticos, na sociedade disciplinar, tornaram possível uma ciência do homem racional. O exemplo disso aconteceria nas instituições como escolas, hospitais, centros militares, sistemas jurisdicionais e prisionais, onde a disciplina seria uma espécie de essência da civilidade fincada nas idéias modernas de organização social.³⁹² Como evidência Roberto Machado:

A grande importância estratégica que as relações disciplinares de poder desempenham nas sociedades modernas desde o século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses

³⁹¹ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. 1997. p. 17-44.

³⁹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 2009. p. 186-214.

termos qualquer juízo de valor moral e pensamos unicamente na tecnologia política empregada. E então surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produto de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber.³⁹³

Esta parte do pensamento de Foucault é foco do interesse por ser propositiva quanto à prática do historiador, mas não na sua imaterialidade. Especificamente no referente à sua leitura do panóptico e as implicações desse pensamento, ele inventa o panoptismo por ser uma elaboração hermenêutica do real aplicado à práxis discursiva. Cabe perceber que esse caminho redirecionado por Foucault não parece como uma negação de suas idéias anteriores nem um abandono de suas concepções. Mais sim, uma aglutinação ao arcabouço teórico que vai sofrendo ajuste de ordem prática e do amadurecimento das idéias do pensador.

A partir de *Vigiar e punir*, o foco da temática de Foucault tornou-se a relação poder-saber como instrumento de produção de um conhecimento que antes de repressivo é positivo no sentido de produzir saberes. O poder tem uma anatomia multifacetada que reverbera em diversas possibilidades e principalmente nas relações sociais, sua análise mostra como uma determinada percepção social se estabeleceu e constituiu uma subjetividade que normalizou-se.

No primeiro volume da *História da sexualidade, A vontade de saber*, Foucault questiona a hipótese repressiva da sexualidade, afirmando que não há uma repressão mas, uma incitação a verbalização desta. O que produziria um poder positivo sobre a sexualidade e sua conseqüente normatização e normalização. O que se tem é uma incitação, no início do século XVI e aumentado no XIX, ao discurso sobre o sexo, com o nascedouro nas ciências humanas, onde se forma um amontoado de imposições que são dispositivos do poder.³⁹⁴

As instituições são o palanque para discursar sobre a sexualidade: Igreja, família, consultórios, absorvem estes discursos e os significam sob forma de poder-saber. A idéia dessa produção de poder através do discurso não é necessariamente proibir a prática sexual, mas estabelecer os signos sociais que produzem uma sexualidade comum a todos. O heterossexual incluído na família é o cerne que vai contrapor-se ao “errante” pervertido, homossexual, masturbador. Essa percepção social é o controle social, é o modelo de domínio do indivíduo e da população que representa uma vontade de saber, não uma libertação sexual do capitalismo.³⁹⁵

³⁹³ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 174.

³⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 1988. p.9-18.

³⁹⁵ Idem. p. 19-49.

Como aconteceu anteriormente, a análise genealógica encontrou novos rumos, quando Foucault agregou novos dispositivos a essa genealogia da sociedade disciplinar, já no último capítulo de *A vontade de saber*.

Pois com o correr da pesquisa, ele descobriu que os dispositivos de sexualidade não são apenas do tipo disciplinar, isto é, não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame. Além de constituírem uma “anátomo-política do corpo humano”, centrada no corpo considerado como máquina, eles também se realizam por uma “biopolítica da população”, pela regulação das populações, por um “biopoder” que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência.³⁹⁶

Com isso Foucault não quer dizer que a noção de população substituiu a de indivíduo nas estratégias e táticas do poder, mas que eles foram objeto de mecanismos que os colocaram como alvo do saber e do poder. Como afirma Roberto Machado:

A posição de Foucault é que, mais ou menos na mesma época, cada um [*indivíduo e população*] foi alvo de mecanismos heterogêneos, mas complementares, que os instituíram como objeto de saber e de poder. Neste sentido, se as ciências do homem têm como condição de possibilidade política e disciplina, as “regulações da população”, os “dispositivos de segurança” estão na origem de ciências sociais como a estatística, a demografia, a economia, a geografia etc.³⁹⁷

A trajetória do pensamento de Foucault novamente tem uma mudança, e mais uma vez ao agregar idéias, no caso ao perceber que outros dispositivos além dos disciplinares formam e transformam os indivíduos e as populações simultaneamente. As análises se voltam para o governo de si, para como cada um se relaciona consigo através de sua sexualidade e que subjetividade emerge dessa relação. “*Quando estabelece as técnicas de si como fio condutor da pesquisa sobre o governo de si, Foucault está pensando, de modo geral, em procedimentos encarregados de fixar a identidade dos indivíduos em função de determinados fins, graças ao domínio de si e ao conhecimento de si.*”³⁹⁸

O que orientou a *História da sexualidade* a partir de então foi os modos de relação consigo. Esse novo tema se define pela correlação entre sexualidade, subjetividade e verdade que são técnicas que

³⁹⁶ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 178.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Ibidem. p 180.

permitem aos indivíduos efetuar, por si próprios, um determinado número de operações sobre seus corpos, suas almas, seus pensamentos, suas condutas de modo a produzir em si próprios uma transformação, uma modificação, e atingir um determinado estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural.³⁹⁹

O recorte genealógico permanece, porém sobre outra preocupação, o poder e o saber são agora uma inscrição no corpo, ainda mais profundo, na própria subjetividade, em como os sujeitos se constituem a partir de si e na sua relação com os outros. A forma de historiar passa a se preocupar em entender como o pensamento pode liberar o pensamento para pensar o diferente.

3. Ontologia do presente

Nesse momento da trajetória de Foucault dois importantes deslocamentos são realizados: o deslocamento da

análise do poder normalizador e da sujeição para os modos de subjetivação, em que o sujeito se constitui a partir de práticas que permitem ao indivíduo estabelecer uma determinada relação consigo; em segundo lugar, a recuar no tempo e concentrar sua atenção não só na importância que tem a sexualidade para os modernos, como também a “carne” para os cristãos e os *aphrodisia* para os gregos.⁴⁰⁰

O objeto de Foucault continua sendo a genealogia do homem de desejo que investiga “*de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo.*”⁴⁰¹ Porém sua investigação elegeu como contraponto o cristianismo primitivo, o estoicismo tardio e o pensamento grego clássico.

O próprio Foucault explica seus deslocamentos teóricos:

³⁹⁹ FOUCAULT, Michel. Apud. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 180.

⁴⁰⁰ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 2006. p. 180-181.

⁴⁰¹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. 1984. p. 11

Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que freqüentemente era designado como progresso dos conhecimentos: ele me levava a interrogar-me sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que freqüentemente se descreve como manifestações do “poder”: ele me levava a interrogar-me sobretudo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articularam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como “o sujeito”; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais os indivíduos se constitui e se reconhece como sujeito. Após o estudo dos jogos de verdade considerados entre si – a partir do exemplo de um certo número de ciências empíricas nos séculos XVII e XVIII – e posteriormente ao estudo dos jogos de verdade em referência às relações de poder, a partir do exemplo das práticas punitivas, outro trabalho parecia se impor: estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, tomando como espaço de referência e campo de investigação aquilo que poderia chamar-se de “história do homem de desejo”.⁴⁰²

Essa reorganização feita por Foucault implica também em uma forma diferente de lidar com a história, uma forma diferente de fazer seu historiar. Esse período – ontologia do presente – é onde a produção dele assume outro aspecto para pensar o passado, a questão de saber se é possível pensar diferentemente do que se pensa é indispensável a esse novo olhar. Ele afirma: *“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir.”*⁴⁰³

Numa releitura da própria trajetória Foucault descreve seu historiar como uma análise dos “jogos de verdade”, um jogo entre o verdadeiro e o falso através dos quais o ser se constituiu historicamente como experiência, como podendo e devendo ser pensado.

Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, se falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo?⁴⁰⁴

Com isso a forma de fazer história muda, como alerta o pensador, a pesquisa pertence ao campo, mas não é trabalho de “historiador”, aproximar-se de um trabalho filosófico pois, *“o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consisti em tentar saber de que maneira e*

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Ibidem. p. 13.

⁴⁰⁴ Ibidem. p. 12.

até onde seria pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?”⁴⁰⁵ Como dito antes Foucault faz história com reflexão filosófica e produz filosofia tendo por base uma pesquisa historiográfica.

No segundo volume da *História da sexualidade, O usos dos prazeres*, ele traz uma problematização da ética e seu constante exercício de controle e inserção do poder em subjetividades. O recorte leva em consideração desde o pensamento grego clássico até a doutrina pastoral cristã, observando seus modelos morais e éticos. Três grandes áreas sensíveis da ética sexual são abordadas: I) “dietética” no sentido de triunfar o controle sobre si através da dominação dos impulsos. II) A econômica, no aspecto de organização do controle que começa com o corpo, e este é visto como a casa da alma. III) A regulamentação da corte amorosa, que estabelece uma ética da conquista dos rapazes, na qual o importante é o tipo de amor e não o seu objeto.

No *O uso dos prazeres*, há uma reorientação da estética do prazer para uma hermenêutica do desejo, iniciada na antiguidade até o cristianismo, a educação, a prática da temperança, o bom uso dos prazeres, são representativos de um domínio moral, subjetivo de si e dos outros.⁴⁰⁶ A percepção social é um olhar sobre si para si e mediante o olhar dos outros, sendo assim possível falar de uma “arte da existência”. Foucault diz que

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.⁴⁰⁷

A sexualidade não interessa por si só, como interessaria, por exemplo, a um sexólogo, o foco é perceber como esta é um campo de experimentação da subjetividade, pelo qual o sujeito torna-se um ser de desejo. A sexualidade funciona como uma rede de dispositivos de interdição, na qual somos levados a falar sobre nós mesmos, em termos de desejo, na qual se dão as proibições de fazer isso ou aquilo da e na sexualidade. Diferentemente de outras interdições, “*as proibições sexuais estão continuamente relacionadas com a obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo.*”⁴⁰⁸

No terceiro volume da *História da sexualidade, O cuidado de si*, ele aborda os primeiros séculos da era cristã como um período de pensamento prenunciador da moral do

⁴⁰⁵ Ibidem. p. 13.

⁴⁰⁶ Ibidem p. 31-198.

⁴⁰⁷ Ibidem. p. 15.

⁴⁰⁸ FOUCAULT, Michel. Apud. VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2005. p. 96.

cristianismo. A problematização é perceber se estas moralidades são oriundas do mesmo pensamento ético de sujeição moral. O viés principal leva a uma reflexão sobre a sexualidade do indivíduo, que se encontra na subjetividade por intermédio dos cuidados de si. A moderação dos prazeres é representativa de uma fragmentação do próprio sujeito, inscrita em sua sexualidade. Dessa forma, a sexualidade vai associar-se ao mal, mesmo não sendo encarada como um vício, e sim uma decorrência da atividade sexual. A naturalização do casamento vai servir como um lugar de inserção racional do sexo, contudo não resolve a fragilidade da condição humana.⁴⁰⁹

A última fase da trajetória do pensamento de Foucault é responsável por elaborar minuciosos cortes em sua genealogia do corpo, entenda-se aí a história do homem de desejo, até atingir seu interior, onde pode-se entender o exercício de reflexão – o filosofar. Pode-se argumentar por meio de um dilema epistemológico: se todo saber é suspeito em sua pretensão de objetividade, como pode a própria teoria ser testemunho de sua verdade?

Nem o próprio autor tentou discutir sobre isso. Quando debateu com Habermas sobre o universalismo da verdade colocou-a como mais uma máscara de dogmatismos da razão. Para Foucault a ciência é o pensamento julgando pensamento, na linguagem científica ninguém poderia falar como quer, mas somente com princípios universais de evidência lógica. A questão passa a ser que não se pode falar, em qualquer época de qualquer assunto, e se retorna a premissa inserida no *O uso dos prazeres*, que é – de que forma é possível estabelecer historicidades que permitam sair do exercício ordinário do pensar para tentar pensar diferente do que se pensa. Passa ser indispensável para continuar a olhar ou refletir, perceber diferente do que se vê, pensar diferente do que se pensa.

O historiar mudou, pois ele não quer dar conta da “realidade”, mas sim da representação desta, pois a realidade pode ser mais uma construção do discurso enquanto ação. O pensamento de Foucault é eminentemente provocativo e inovador. Ao ter em vista essa concepção, é importante entender um elemento do pensamento foucaultiano que é intensamente significativo, por apresentar uma possibilidade interpretativa do social, fruto das disputas de legitimação do poder.

Ao retomar a trajetória do pensamento foucaultiano é evidente as suas muitas transformações na forma de historiar, porém mais do que perceber que elas mudam é fundamental perceber como e porque elas mudam. Entre a arqueologia, passando pela genealogia até desdobrar na ontologia, Foucault não era o mesmo, seus interesses não eram os

⁴⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 1985. p. 43-73.

mesmos, suas inquietações não eram as mesmas, seus interlocutores também mudaram, seus objetos eram distintos e os objetivos diferentes em cada nova formulação apresentada em cada livro. Entre as formas de historiar não existem grandes rupturas, mas também não é possível falar em continuidades, para tentar entender o historiar que produz o panoptismo é indispensável perceber as peculiaridades de cada momento do pensador.

A invenção do panoptismo tem que ser entendida dentro dos aspectos pessoais de Foucault, na formulação dos seus argumentos, no debate com outros historiadores, nos silêncios em determinados momentos e na conclamação de outros, mas também dentro de uma trajetória maior do pensador. Entender uma das formas de fazer história de Foucault é poder toma-lo como uma caixa de ferramentas para reflexões sobre a própria história como também, exemplificar outra forma de fazer história que não é causal, desenvolvimentista, evolucionista ou teleológica.

A forma como foi inventado o panoptismo pode ser, apresentado dentro de um período de preocupação com saber/poder, mas é sobretudo, uma invenção que serviu como uma chave hermenêutica de compreensão de uma historicidade. Essa invenção é fazer filosofia ao escrever sobre história, é historiar a temporalidade que mesmo recuperada em fragmentos, produziu um saber que estava inserido em redes discursivas produtoras de poder.

Considerações

As pessoas que eu gosto, eu as utilizo. A única marca de reconhecimento que se pode testemunhar a um pensamento como o de Nietzsche é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar.

(Michel Foucault, *Ditos & Escritos IV*, p. 174)

O intento, até aqui, foi estudar como um pensador se apropriou de um conceito para, no seu historiar, utilizá-lo argumentativamente, foi entender como Foucault se torna inventor do panoptismo, em *Vigiar e punir*, ao intencioná-lo como uma chave de leitura para uma época. No Primeiro capítulo foi feita uma investigação sobre as prerrogativas do panoptismo; como ele começa a formalizar o panoptismo; como se deu a construção dos argumentos que o possibilitaram falar em panoptismo; como foram recebidas as proposições de Foucault entre os historiadores; e como suas práticas de fazer história foram debatidas.

No segundo capítulo se investigou as aproximações e divergências nas concepções de Foucault e Bentham do panóptico; como o inglês foi eleito por seus contemporâneos representante de uma modernidade; como Foucault o tomou como um indicativo de uma temporalidade; como o panóptico foi descrito inicialmente por Bentham; quais foram os argumentos de Bentham no que tange ao panóptico; qual era o seu universo teórico na medida em que estabelecia uma relação com o panóptico; como o panóptico foi transformado em adjetivo; como a dilação do projeto arquitetural do panóptico foi uma invenção para se historiar.

No terceiro capítulo foi feita uma divisão das fases do pensamento de Foucault relacionando-as a arte e o ofício de historiar; foi tratada da sua forma de historiar na pesquisas arqueológicas, genealógicas e ontologia do presente; mostrou-se a importância de se entender o percurso filosófico para perceber a invenção do panoptismo; sua ligação com as preocupações de pesquisa; localizou-se como se deram as formas de ver a história antes, durante e depois do trabalho a respeito do panóptico.

À medida que Foucault instrumentalizou o conceito de Bentham para entender uma temporalidade, se fez uma outra forma de *historiar*, entender a invenção dessa forma de historiar foi, em certo sentido, notar seus padrões de intenção, se debruçando sobre as relações entre o escrito, o lido e o inventado. Foi notar suas preocupações em estudar a

constituição das construções discursivas da realidade, estando dentre elas o panóptico, mas para além disso, Foucault também realizou uma história diferente em seu fazer-se. O panoptismo foi também a forma encontrada pelo pensador para entender uma temporalidade, logo é o estabelecimento do historiar no momento de sua formalização.

Não se buscou com isso a verdade primeira do filósofo, a leitura correta, a escrita da história em sua formação originária, o que interessou foram as possibilidades, as ligações não causais deste, o que poderia ter gerado o desconforto da interpretação, da certeza probabilística, da conjectura. Entretanto isso não aconteceu. A resposta foi perceber um homem, em uma dada época, respondendo às inquietações de seu tempo, em interlocução com seus contemporâneos respondendo-os no seu ato de historiar. Suas respostas não foram simples, fáceis, ou objetivas, foram possíveis e datadas, têm historicidade que podem ser contadas, pesquisadas e questionadas por todos que se interessarem por elas.

Os desconfortos provocados por suas respostas foram vistas e comentadas e fazem parte também de sua historicidade, porém são um convite a reflexão. Patricia O'Brien comenta que:

Talvez seja verdade que as obras de Foucault respondam aos “problemas atualmente óbvios” que infestam a história social e econômica. Se assim for, então um exame mais amplo dos desafios colocados por Foucault aos historiadores deve ter algo a nos dizer sobre o impasse ou as encruzilhadas da história da cultura, bem como a contribuição da obra de Foucault para a escrita da história⁴¹⁰

Não há dúvidas que as contribuições de Foucault para a história deixaram uma marca significativa na historiografia, que ainda são motivo de debates, discussões e confusões, mas, sobretudo são problemas instigantes para pensar. Magareth Rago afirma que: “*não há dúvida de que, para os historiadores, seu maior impacto advém da maneira pela qual interroga a história mais do que dos temas que focaliza.*”⁴¹¹

Seja para criticar ou para utilizar suas reflexões, Foucault não passou imperceptível à historiografia em pelo menos três países com produção significativa em história, França, Estados Unidos e Brasil. Os problemas apresentados por ele, nas suas diferentes formas de fazer história, continuam a produzir efeitos.

Em suas análises arqueológicas, Foucault parece antecipar a pergunta em relação ao objeto, ou seja, ao invés de inquirir o objeto ele se adianta perguntado quais condições

⁴¹⁰ O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2001. p. 36.

⁴¹¹ RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. 1995. p. 72.

tornaram possível aquilo ser tomado como objeto. Seu interesse é investigar como em dado momento um determinado objeto emergiu como problema histórico. Essa relação possibilita uma dispersão, pois problematiza sobre as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador.⁴¹² O sujeito do conhecimento é desnaturalizado, cabendo ao historiador construir a trama correspondente que permitiu emergir tal naturalização.

Na genealogia, ao se perguntar sobre o começo e não sobre a origem, distinção fundamental, pois origem implica na relação de causalidade e começo nas condições de possibilidade de determinado fato, Foucault convida a refletir sobre como é possível fazer uma história das relações de poder. A percepção é alterada novamente, pois passa a perceber como as práticas discursivas e não discursivas tem seu começo em redes de poder e constituem determinadas configurações culturais e históricas. “*A história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder.*”⁴¹³

Na ontologia do presente, agrega-se outras formas de pensar/fazer história, pois a análise do poder e da sujeição muda para os modos de subjetivação, refletindo sobre como se constitui as práticas que permitem ao indivíduo estabelecer uma determinada relação consigo. Novamente um convite é feito aos historiadores, agora para colocarem em prática análises preocupadas com os modos de subjetivação, para além disso, colocar em prática uma estética da existência.

Os convites e interpelações de Foucault aos historiadores, mais do que mera provocação podem ser tomados como um projeto maior. Não como uma filosofia da história, modelo que o pensador critica e ironiza também por sua teleologia, mas como uma forma de pensar a história, talvez uma teoria. Pois, se for tomada por teoria da história, a reflexão continuada sobre o fazer histórico, incluindo ainda o exercício constante de uma metodologia sempre alicerçada nessas reflexões, talvez seja possível falar em uma teoria da história foucaultiana.

Esta seria marcada, talvez, por alguns pontos que se repetem ao longo da trajetória intelectual. Uma história que tem como ponto de partida o objeto e não sua causa, dando-lhe a faceta do presente, uma história que se preocupa com as discontinuidades muito mais que com as continuidades, pois monta as suas premissas não no objeto mais nas condições de possibilidade que o fizeram possível, uma história que sem a ingenuidade de buscar uma origem das coisas é mais pertinente em se debruçar sobre o começo.

⁴¹² RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. 1995. p. 72.

⁴¹³ Idem. p. 77.

Com essa forma de fazer a história se poderia, então, desprender-se das suas muitas subdivisões (arte, conceitos, idéias, filosofia, estética, cinema, militar, etc.) para voltar a não ter nome, sendo tão completamente história. E porque não, quando as muitas divisões tivessem sido postas de lado para os historiadores, estes que antes entendiam o exercício teórico sobre o próprio ofício como matéria de filósofo, poderiam voltar a pensar sobre as tessituras da organização do seu próprio pensamento. As proposições de Foucault, se encaradas como uma teoria, não dura e imutável, mas condizentes com as reflexões do pensador, podem contribuir para desenvolvimento do saber historiográfico como uma teoria da dispersão, da mudança e, sobretudo, da reflexão em seu fazer-se.

Com base nessa forma de pensar a própria história, seria possível investigar os procedimentos utilizados por Foucault ao longo de sua trajetória. Buscando assim, compreender como o fazer histórico foi reorganizado e redistribuído, notando seus pontos de convergência e de dispersão, tratando as idéias como evidências de uma dada temporalidade a ser historiada. Sem com isso deixar de lembrar que essas reflexões de Foucault não estão dadas, não são transparentes, nem se oferecem por inteiro, mas são um constante retrabalhar de tessituras argumentativas que não são estáticas, são produtoras de teorias dispersivas.

O panoptismo e sua invenção são complexos, pois como ele explica: “*meu problema consistia em dizer: vejam, o problema do poder é complexo, e em mostrar em que sentido ele o é, com todas as conseqüências que isso pode ter até na política atual.*”⁴¹⁴ Mas é também um convite para os historiadores perceberem o grande jogo da história.

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.⁴¹⁵

⁴¹⁴ FOUCAULT, Michel. Precisoões sobre o Poder. Respostas a certas criticas. In: **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. 2003. p. 275.

⁴¹⁵ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 1979. p. 25-26.

Fontes

- BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 7, nº 14, março/agosto de 1987. p. 199-229.
- _____. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A sociedade punitiva (1972-1973), In: Resumos dos Cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Ditos & escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **Em Defesa da Sociedade curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da Loucura na idade clássica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva 2004.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. **História da sexualidade II: o cuidado de si**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **História da sexualidade III: o uso dos prazeres**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. **Microfísica do poder**. 19ª ed. São Paulo: Edições Graal, 2004.
- _____. **O nascimento da clínica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **Surveiller et punir, Naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. VEIGA-NETO, Alfredo. SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa de História intelectual. In: **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP v. 19, n.1. 2007. p. 9
- ALVAREZ, Marcos César. **Michel Foucault e a ordem do discurso**. In: CATANI, Afrânio Mendes. & MARTINEZ, Paulo Henrique. (orgs.). **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ALVES, Alexandre. **A constituição da genealogia no pensamento histórico de Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2000. 182p.
- ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frédéric (Org.). **Foucault. A coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. O fim do panóptico. In: **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. p. 40-46.
- BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- CASTRO, Edgard. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COLERIDGE, Samuel Taylor. **Biographia literaria**. vol. 1. London: Electric Book. 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DOSSE, François. **A história do estruturalismo**. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. Da História das idéias à História intelectual. In: DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

- DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUARTE, Adriane de Silva. **Dicionário grego-português: DGP.** Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault 1926-1984.** Lisboa: Livros do Brasil, 1990.
- FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **A ordem do discurso.** 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. **Entrevistas Roger Pol-Droit.** São Paulo: Graal, 2006.
- _____. (Apres.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- _____. **Ditos & Escritos 2: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. **Ditos & Escritos 3: Estética: Literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. **Ditos & Escritos 5: Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GONÇALVES, Davison Sepini. **O Panóptico de Jeremy Betham: por uma leitura utilitarista.** São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.
- GROS, Frédéric. Introdução: A coragem da verdade. In: **Foucault. A coragem da verdade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- HERZOG, Emile Salomon Wilhelm. **Disraeli: a picture of the victorian.** New York: Appleton, 1928.
- HUME, David. **Uma investigação sobre os princípios da moral.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOHAN, Walter Omar. (org.). **Foucault 80 anos.** Belo Horizonte: Autêntica 2006.

- LÉONARD, Jacques. L'historien et le philosophe. A propos de: Surveiller et punir; naissance de la prison. In: PERROT, Michelle. **L' impossible prison. Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle.** Paris: Seuil, 1980.
- LESSING, Gotthold. **Theologiekritische Schriften III.** Munique: Hanser Verlag, 1979.
- LYOTARD, Jean-Fraçois. **A condição pós-moderna.** 8^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** 3^a ed. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2006.
- MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou niilismo de cátedra.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MILLER, Jacques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MILLER, James. **The passion of Michel Foucault.** New York: Simon and Schuster, 1993.
- MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente – textos reunidos.** São Paulo: Ed Loyolo, 2004.
- NERUDA, Pablo. **Livro das perguntas.** Porto Alegre: L&PM, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: **Obras incompletas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores) p. 58-70.
- O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PELUSO, Luis Alberto (org.). Utilitarismo e Ação Social. In: **Ética & utilitarismo.** Campinas: Editora Alínea, 1998.
- _____. O Utilitarismo clássico e a eliminação da pobreza. *Phónesis*, PUCCAMP, Campinas, 5 (2): 11-59, julho/dez., 2003.
- PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PICOLI, Rogério Antônio. **Sobre o governo em Jeremy Bentham: os riscos das partes e o traçado do todo.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006. 173p.
- _____. **O utilitarismo à luz da tradição: os predecessores de Bentham.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2001. 158p.
- PUGIN, Augustus Welby Northmore. **The collected letters of A.W.N. Pugin.** Vol. 3, Oxford: Oxford University Press, 2009.

- RAGO, Margareth. Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias Nietzscheanas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- _____. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. In: **Revista Resgate**. São Paulo: Papyrus, nº05, 1993.
- _____. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil: 1890-1930**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RAJCHMAN, John. **Foucault. A liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- QUEIROZ, André e CRUZ, Nina Velasco. **Foucault Hoje?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- QUEIROZ, André. **O presente, o intolerável... (Foucault e a história do presente)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- TUCK, Richard. História do pensamento político. In BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TASSET, José Luis. Hume e o Utilitarismo: convergências e discrepâncias. In: PELUSO, Luis Alberto (org.). **Ética & utilitarismo**. Campinas: Alínea, 1998. p. 27-48.
- TERNES, José. **Michel Foucault e a idade do homem**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG: Ed. da UFG, 2009.
- VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria? Ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2005.
- VIEIRA, Priscila Piazzentini. **Pensar diferentemente a História: o olhar genealógico de Michel Foucault em “Vigiar e punir”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2008. 201p.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a História. In: **Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora da UNB, 1995.

WERRET, Simon. **Potemkim e o Panóptico: Samuel Bentham e a arquitetura do absolutismos na Rússia do século XVIII**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995.

ZAIDAN, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papirus, 1989.